



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**O Independente: um autor de cor de um jornal moderado na imprensa carioca  
(1832-1833).**

**Maria Eduarda Abreu Cavalcante**

**2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***O INDEPENDENTE: UM AUTOR DE COR DE UM JORNAL MODERADO NA IMPRENSA CARIOSA (1832-1833).***

**MARIA EDUARDA ABREU CAVALCANTE**

*Sob a Orientação do Professor  
Álvaro Pereira do Nascimento*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre(a) em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001.*

Seropédica, RJ  
(fevereiro de 2025)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

C 376i Cavalcante, Maria Eduarda Abreu, 2001-  
O Independente: um autor de cor de um jornal  
moderado na imprensa carioca (1832-1833). / Maria  
Eduarda Abreu Cavalcante. - SEROPÉDICA, 2025.  
120 f.: il.

Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História,  
2025.

1. Torres Homem. 2. Imprensa . 3. Intelectuais  
Negros. 4. Liberalismo Moderado. 5. Antiescravismo.  
I. Nascimento, Álvaro Pereira do, 1964-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa  
de Pós-Graduação em História III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO N° 101 / 2025 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.008568/2025-68**

**Seropédica-RJ, 21 de fevereiro  
de 2025.**

Nome do(a) discente: MARIA EDUARDA ABREU CAVALCANTE

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO , área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 19 de fevereiro de 2024

Banca Examinadora:

Dra. IVANA STOLZE LIMA, OUTRO Examinadora Externa à Instituição  
Dra. LUCILENE REGINALDO, UNICAMP Examinadora Externa à Instituição  
Dr. ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO, UFRRJ Presidente

*(Assinado digitalmente em 24/02/2025 12:03 )*

ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1542358

*(Assinado digitalmente em 24/02/2025 12:41 )*

LUCILENE REGINALDO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 124.177.458-79

*(Assinado digitalmente em 21/02/2025 13:25 )*

IVANA STOLZE LIMA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 926.086.477-15

Visualize o documento original em

<https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **101**,  
ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **21/02/2025** e o código de verificação:  
**de26f3ffa1**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AGRADECIMENTOS**

A jornada de elaboração da Dissertação de Mestrado não foi nada fácil. O processo de busca e compra da fonte foram os mais difíceis e por isso eu agradeço ao meu Orientador Professor Álvaro do Nascimento por ter me auxiliado nesse processo, através da compra do microfilme digitalizado pela Biblioteca Nacional. De igual modo, agradeço ao mesmo por ter me ajudado em todo o processo de construção desta dissertação.

Também gostaria de agradecer as Professoras que fizeram parte da banca de qualificação do Mestrado, Ivana Stolze e Lucilene Reginaldo. Agradeço as orientações que das professoras, sem as quais este trabalho não teria chegado a sua configuração final.

Agradeço a Deus, por me orientar neste processo, sempre abrindo as portas que me pareciam fechadas. Agradeço aos meus pais, por todo suporte. E, sobretudo, ao meu esposo Estevão, por estar comigo em todos os momentos, me estimulando, apoiando e reconhecendo minha capacidade intelectual, da qual duvidei em muitos momentos dessa jornada.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAVALCANTE, Maria Eduarda Abreu. *O Independente: um autor de cor de um jornal moderado na imprensa carioca (1832-1833)*. 2025. 120p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder e Cultura. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

**RESUMO**

Esta pesquisa analisa as ideias políticas de Francisco Salles Torres Homem, apresentadas no jornal *O Independente* entre 1832 e 1833, levando em consideração a trajetória de Torres Homem enquanto um homem de cor e de origem modesta, enfrentando os desafios impostos pelas hierarquias raciais do Rio de Janeiro oitocentista.

O Período Regencial, marcado pela abdicação de D. Pedro I, permitiu uma descentralização política que estimulou os debates e as manifestações públicas, principalmente através da imprensa, que se tornou palco de disputas entre as facções políticas dos liberais exaltados, moderados e restauradores. Paralelamente, as ideias Iluministas e as notícias das Revoluções francesa, inglesa, americana e haitiana chegavam ao Brasil, inspirando debates em torno das ideias de liberdade, cidadania, direitos civis e políticos.

Como um jovem intelectual brasileiro recém formado em medicina, Torres Homem tinha acesso as ideias antiescravistas e iluministas e informava-se sobre os acontecimentos revolucionários ao redor do mundo. Ele aproveitou a flexibilização do espaço público oferecido pela imprensa para se manifestar politicamente como um liberal moderado. Nas páginas de *O Independente* ele apresentou seu projeto para o futuro do país.

**Palavras-chave:** Torres Homem, Imprensa Regencial, Intelectuais negros, Liberalismo Moderado, Anti-escravismo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAVALCANTE, Maria Eduarda Abreu. *O Independente: A man of color in charge of a moderate newspaper of the Rio de Janeiro Press (1832-1833)*. 2025. 120p. Dissertation (Master in History, Relations of Power and Culture. Institute of Human and Social Sciences, Graduate Program in History, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

**ABSTRACT**

This research will analyze the political ideas of Francisco Salles Torres Homem, presented in the newspaper *O Independente* between 1832 and 1833, while recognizing Torres Homem's trajectory as a man of color and from a modest family, as he faced the challenges imposed by the racial hierarchies of nineteenth-century Rio de Janeiro.

The Regency Period, marked by the abdication of Dom Pedro I, provided an environment of political decentralization that stimulated debates and public manifestations, especially through the press, which became the stage for disputes between the political factions of exalted liberals, moderates and restorers. At the same time, Enlightenment ideas and news of the French, English, American and Haitian Revolutions reached Brazil, inspiring debates around the ideas of freedom, citizenship, civil and political rights.

As a young Brazilian intellectual who had recently graduated in medicine, Torres Homem had access to anti-slavery and Enlightenment ideas and was informed about revolutionary events around the world. He took advantage of the flexibilization of the public space available in the press to express himself politically as a moderate liberal, using the pages of *O Independente* to present his plans for the future of the country.

**Key words:** Torres Homem, Regency Press, Black Intellectuals, Moderate Liberalism, Anti-slavery.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Análise Comparativa das trajetórias dos intelectuais de cor .....	64
Tabela 2 - Autores citados no Independente por edição.....	75
Tabela 3 - Autores citados no Independente .....	76
Tabela 4 - Continuação da tabela de autores citados no Independente por edição .....	76
Tabela 5 - Jornais/Revistas citados no Independente por edição .....	77
Tabela 6 - Jornais/Revistas citados por edição .....	78
Tabela 7 - Correspondências citadas por edição .....	79
Tabela 8 - Jornais mencionados por edição.....	86
Tabela 9: Jornais mencionados por edição .....	86

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Mapa da Rua dos Latoeiros .....	49
Figura 2 - Torres Homem de comenda. Torres Homem admirando sua nova condecoração de Visconde. <i>Semana Ilustrada</i> , 4 de junho de 1871. ....	66
Figura 3 - Ilustração de Joaquim Saldanha Marinho .....	68
Figura 4 - Fotografia de Torres Homem.....	69
Figura 5 - Ilustração de Joaquim Cândido Soares de Meirelles .....	69

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Número de citações por autor .....	77
Gráfico 2 - Frequência de menções dos jornais exaltados no <i>Independente</i> .....	93
Gráfico 3 - Frequência de menções dos jornais caramurus no <i>Independente</i> . ....	102
Gráfico 4 - Frequência de menções dos jornais moderados no <i>Independente</i> .....	109

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: O SÉCULO DE TORRES HOMEM: ESCRAVIDÃO, REVOLUÇÕES E LIBERDADE.....</b>	<b>18</b>
1.1: Mundo da ordem e mundo da desordem: a formação da classe senhorial e a brecha para os intelectuais de cor.....	18
1.2: A Era das Revoluções: .....	22
1.3: Raça e cidadania no século XIX: .....	24
1.4: Constitucionalismo e os marcadores da diferença: .....	28
1.5: O Dilema Liberal: Escravidão e Cidadania: .....	31
1.6: Silêncio, Vestuário e Ofício: Estratégias de sobrevivência dos pretos e pardos na transição Antigo Regime e Modernidade. ....	37
<b>CAPÍTULO 2: FRANCISCO SALLES TORRES HOMEM: A TRAJETÓRIA DE UM INTELECTUAL MULATO. ....</b>	<b>44</b>
2.1: Um mestiço nascido na cidade mestiça: .....	44
2.2: A “vil” origem de Torres Homem: .....	47
2.3: Torres Homem, o jovem acadêmico de medicina: .....	52
2.4: Torres Homem, da medicina ao jornalismo: .....	54
2.5: Torres Homem: um dos fios de um nó de trajetórias. ....	60
2.6: O silêncio da cor e o segredo da origem: .....	65
<b>CAPÍTULO 3: PERSPECTIVAS POLÍTICAS DE UM JOVEM DE COR: AS FACÇÕES DA REGÊNCIA INTERPRETADAS POR TORRES HOMEM NO INDEPENDENTE. ....</b>	<b>71</b>
3.1 O Independente (1832–1833): um jornal moderado escrito por um homem de cor na imprensa da Corte.....	71
3.2 Traduções e citações das ideias ilustradas no O Independente: .....	73
3.3 A primeira edição: .....	82
3.4 A facção dos jururubas, farroupilhas, ou o partido exaltado. ....	86
3.5 A Sociedade Conservadora: restauradores, comprometidos, caramurus, liberticidas.....	95

3.6 O Partido Moderado ou Partido Nacional: a moderação. ....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CITADA: .....</b>	<b>116</b>
III.I Fontes:.....	116
III.I.I. Jornais: .....	116
III.I. II Biografias: .....	116
III.III Bibliografia: .....	117

## INTRODUÇÃO

Chego lentamente ao mundo, habituado a não aparecer de repente. Caminho rastejando. Desde já os olhares brancos, os únicos verdadeiros, me dissecam. Estou fixado. Tendo ajustado o microscópio, eles realizam, objetivamente, cortes na minha realidade. Sou traído. Sinto, vejo nesses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um preto!

Deslizo pelos cantos, captando com minhas longas antenas os axiomas espalhados pela superfície das coisas, – a roupa do preto cheira a preto – os dentes do preto são brancos – os pés do preto são grandes – o largo peito do preto, – deslizo pelos cantos, permaneço silencioso, aspiro ao anonimato, ao esquecimento. Vejam, aceito tudo, desde que passe despercebido!<sup>1</sup>

Ao falar sobre a experiência vivida do negro, Frantz Fanon explica que ao chegar ao mundo, o negro é submetido ao olhar do outro que o considera inferior. Enclausurado e submetido ao olhar e julgamento do homem branco, o negro é sufocado pelos estigmas que o branco impõe a ele; pretos são menos humanos, são sujos, são inferiores, são maus, são feios, são animais, são canibais, são amedrontadores.

Por causa disso, Fanon argumenta que o negro, a fim de se proteger deste sistema, cria “máscaras brancas”, que são mecanismos utilizados por pessoas de cor na tentativa de se humanizar. Em outras palavras, diante do racismo sistemático e estruturante, que desumaniza pessoas negras, considerando-as inferiores, estas pessoas criam estratégias para serem humanizadas que, por envolverem a adoção de elementos da cultura e estética branca, são consideradas máscaras brancas.

Devido ao fato de que a inferiorização e desumanização históricas do negro são processos anteriores ao próprio racismo científico, podemos refletir sobre a trajetória do jovem jornalista oitocentista Francisco Salles Torres Homem, a partir de alguns conceitos que Fanon elaborou, como o de “máscaras brancas”.

Torres Homem viveu num século em que a escravidão e o tráfico negreiro estavam em pleno funcionamento. Era neto de escravizados e filho de uma mulher preta liberta, que exercia o ofício de quitandeira com um padre de má reputação.

---

<sup>1</sup> FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 108.

Na época em que Torres Homem nasceu, o Estatuto de Pureza do Sangue, que considerava negros, judeus e mouros, sujeitos sangue maculado, já havia sido abolido, mas seus preceitos ainda influenciavam as hierarquias sociais do século XIX.<sup>2</sup>

Além disso, Torres Homem era um “mulato”, um indivíduo visto com desconfiança pela sociedade, que considerava “mulatos” seres híbridos e de mau caráter. Os “mulatos” nasciam submetidos a vários estigmas, muitos eram vistos como arrogantes e malandros, por não se submeterem a escravidão já que tinham sangue branco e, portanto, não eram totalmente impuros.

Assim, tendo herdado a cor de pele “parda”, os lábios grossos, e o cabelo crespo como traços que denunciavam a negritude e, portanto, impureza de sangue, Torres Homem teve de adotar “máscaras brancas”. Ele usava perucas e maquiagem para esconder o cabelo e disfarçar a cor da pele, mas também, portava roupas à moda parisiense, relógios, óculos de cristal e bengalas para apresentar “boa condição” financeira.

Além de elementos estéticos da cultura europeia, Torres Homem também buscava portar-se de maneira mais parecida com os brancos do que com os escravizados. Ele aprendeu a ler e escrever em outros idiomas como francês e inglês, obteve um diploma de Medicina e, depois de Direito em uma Universidade europeia.

No entanto, ainda que utilizasse de todas estas “máscaras” para ser reconhecido como um ser humano intelectualmente capaz, a sociedade racializada do século XIX ainda o via como um “mulato” e, o concebia a partir dos estereótipos ligados a esta classe. Como exemplo disso, poemas foram escritos ofendendo Torres Homem por sua origem e relatos mostram o incômodo das pessoas diante de seu comportamento.

O Visconde de Taunay descrevia Torres Homem como:

Um personagem de estatura abaixo de mediana, quasi rotundo, de calbelleira postiça, um formidavel par de beiços grossos, oculos de' ouro com vidro de chrystal, cara de poucos amigos. Carrancudo, aprumado, teso, parecendo respirar orgulho, vaidade e impostura, encarar o resto da humanidade com o mais soberano desprezo, caminhando com o passo lento e firme, sem olhar para os lados, sempre empavesado, trajando caprichosamente, com apuro irrehprehensivel, supondo talvez que elle fosse e o unico mulato do mundo.<sup>3</sup>

Usava óculos fixos de aro de ouro sobre os olhos pardacentos, esbugalhados, e basta cabeleira postiça, sob um chapéu alto de abas um tanto largas, com o rosto liso e a barba sempre escanhoada em regra, aspecto de comodista e gordalhudo pastor protestante. Vestia-se, porém, com o maior

<sup>2</sup> Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. *Uma história do negro no Brasil* / Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 204. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2025.

<sup>3</sup> MANUEL, João. *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República*. Amparo: Correio Amparensse, 1894, p. 87-88.

apuro, buscando conservar certa elegância de bom cunho parisiense, na sobrecasaca rigorosamente abotoada e bem assente ao corpo, nas gravatas de gosto com alfinetes artísticos, nas botinas envernizadas, sem nunca dispensar luvas, que trazia quase todo o dia calçadas. Gostava de bengalas de valor e delas tinha grande variedade; nem jamais se o via de guarda-sol ou de chapéu-de-chuva, como é tão geral no Brasil, hoje ainda mais do que outrora.<sup>4</sup>

O relato mostra a surpresa do Visconde de Taunay ao ver um “mulato” bem vestido, vaidoso e transparecendo ter orgulho e não vergonha de si mesmo. Uma postura como esta não era esperada de pessoas negras que, naquela época, eram escravizadas ou descendentes de escravizados e, portanto, inferiores aos brancos. Por isso, o Visconde, enquanto um homem branco, descreveu Torres Homem como um sujeito arrogante e orgulhoso, alguém que se achava “o único mulato do mundo.”

A reação do Visconde diante do comportamento e da vestimenta de Torres Homem, é um exemplo do espanto de um homem branco diante de um negro que não se comporta conforme as expectativas de seus estereótipos racistas. Por outro lado, também podemos ver a tentativa de um homem de cor de disfarçar sua negritude por meio de um comportamento e de uma forma de vestir adequada a estética europeia.

A trajetória de Torres Homem é um exemplo de desafio aos estigmas raciais da época e, das brechas que existiam nas hierarquias raciais do século XIX. Ao acompanharmos o início da vida de um jornalista negro em ascensão, veremos como as crenças sobre a pureza racial dos indivíduos que eram tão fortes na época, eram ao mesmo tempo, tão frágeis. Veremos como as rígidas hierarquias raciais que separavam o mundo dos brancos e dos negros, dos livres e dos escravizados, tinham brechas. Veremos, enfim, como o mundo do governo foi aos poucos sendo ocupado por uma classe de intelectuais de cor que pensava a participação da população negra no futuro da nação.

Utilizando as “máscaras brancas”, da vestimenta, do comportamento e do modo de pensar europeu. Torres Homem obteve prestígio para se tornar um jornalista relevante. Ele usou o pensamento de filósofos europeus como Benjamin Constant, Rousseau, Locke, entre outros, para defender o fim do tráfico negreiro e a igualdade entre os indivíduos, independentemente de suas cores e origens. Tendo o mérito como único elemento de distinção entre os seres humanos.

---

<sup>4</sup> VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968; MANUEL, João. *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República*. Amparo: Correio Amparense, 1894, p. 143; MAGALHÃES JUNIOR, R. *Três panfletários do Segundo Reinado*: Francisco Salles Torres Homem e o “Libelo do Povo”, Justiniano José da Rocha e “A conferência dos divinos”. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1956, p. 12.

No primeiro capítulo, discorreremos sobre o “século de Torres Homem”, ou seja, o contexto social, político e histórico no qual o personagem estava inscrito. De acordo com Edward Said, “os intelectuais pertencem ao seu tempo”<sup>5</sup> e são impactados diretamente pelo contexto histórico em que vivem. Por isso, ao escrever *O Independente*, o jovem Torres Homem estava representando, ao mesmo tempo, suas ideias e a si mesmo.<sup>6</sup>

Logo, as ideias de Torres Homem no *Independente* não carregam apenas os valores da facção liberal moderada – a qual pertencia – mas também, carregam as experiências, valores, e o estilo de vida particular do redator. E sendo este redator um homem de cor, inscrito numa sociedade escravista e racialmente hierarquizada, suas ideias serão influenciadas por suas experiências como tal.

Portanto, partiremos do contexto histórico início do século XIX para compreender o mundo em que Torres Homem nasceu e se formou enquanto sujeito. Um século de transição entre o Antigo Regime e a Modernidade, que manteve a escravidão e a institucionalizou através do constitucionalismo. A Era das Revoluções que estremecia a sociedade escravista com as novas ideias de igualdade e liberdade.

Feita a contextualização, partiremos para a análise do início da trajetória de Torres Homem até a publicação de *O Independente*. Discorreremos sobre os primeiros 19 anos de vida do personagem, demonstrando onde este jovem nasceu, quem era sua família, onde estudou, o que estudou e, como se tornou um jornalista.

Francisco Salles Torres Homem nasceu no Rio de Janeiro e se formou na Academia Médico Cirúrgica local, mas sua amizade com o político Evaristo da Veiga o levou ao campo do jornalismo político, publicando artigos em jornais do partido moderado. Como consequência do sucesso de seus artigos, Torres Homem foi convidado a ser redator de *O Independente*, substituindo Joaquim José Rodrigues Torres.

Logo no terceiro capítulo analisaremos a fonte desta pesquisa, o jornal *O Independente*. A partir da compreensão do contexto histórico, social e político de Torres Homem e de sua trajetória enquanto homem de cor livre, nos debruçaremos sobre as ideias deste personagem.

Em *O Independente*, sob a bandeira do liberalismo moderado, Torres Homem defendia a manutenção da ordem e da tranquilidade pública. Citava pensadores europeus, adequando suas teorias a realidade brasileira. Fazia comparações entre as revoluções

<sup>5</sup> SAID, Edward. *Representações do Intelectual*: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 34.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 27.

exteriores e as revoluções locais. E, por fim, apresentava suas ideias sobre como deveria ser o Estado brasileiro em formação.

Ao lermos as ideias de Torres Homem para o futuro do país, devemos ter em mente que o redator do *Independente* é um jovem, nascido na época da escravidão e das revoluções. Um jovem intelectual, formado numa Universidade local, membro de uma Sociedade. Um sujeito que está tendo contato com as ideias sobre liberdade, cidadania, direitos civis e políticos e que pensa aplica-las em seu país.

No entanto, Torres Homem não era como os demais jovens intelectuais de sua época. Ele era um jovem de cor, neto de escravizados, alguém cuja a sociedade considerava infame, um sujeito de sangue maculado. Logo, ao pensar em liberdade e cidadania, ele não pensará em aplica-las apenas aos homens brancos, mas a toda a população.

Como um intelectual de cor, Torres Homem idealizou um Estado brasileiro que incluísse em seu corpo de cidadãos as pessoas de cor. Portanto, toda leitura de suas ideias deve ser feita pensando em sua trajetória, em quem ele era dentro da sociedade brasileira.

## CAPÍTULO 1: O SÉCULO DE TORRES HOMEM: ESCRAVIDÃO, REVOLUÇÕES E LIBERDADE.

### **1.1: Mundo da ordem e mundo da desordem: a formação da classe senhorial e a brecha para os intelectuais de cor.**

A historiografia sobre a classe dirigente do Brasil no século XIX apresenta duas visões predominantes. José Murilo de Carvalho<sup>7</sup> argumenta que essa classe era homogênea, devido à formação e ocupações semelhantes de seus membros, que moldaram o Estado Imperial com base em uma ideologia comum, derivada da tradição coimbrã. Por outro lado, Ilmar Rohloff de Mattos<sup>8</sup> ressalta que essa aparente homogeneidade não se restringe apenas à formação em Coimbra ou à ocupação de cargos administrativos, mas resulta da aliança entre proprietários de terra, que se uniram pelas experiências em comum a favor da restauração da moeda colonial, atraindo para o seu bloco, os intelectuais formados em universidades locais, ou, do exterior.

Para Mattos, a classe senhorial, composta por senhores de engenho e grandes proprietários de terra, exercia dominação total sobre suas propriedades, os escravizados e a sociedade em geral. Eles eram unidos por diversos fatores, como os laços familiares, construídos através dos casamentos entre famílias proprietárias, que criavam blocos territoriais de grandes famílias ligadas pelo matrimônio e pela terra, sobretudo na região cafeeira. Essas famílias tinham como inimigo comum as insurreições negras, que ameaçavam a perda de uma de suas principais propriedades: os escravizados.

Além das insurreições negras, outros fatores ameaçavam a hegemonia da classe senhorial no início do século XIX. Dentre eles, a chegada de D. João VI e sua corte ao Rio de Janeiro, em 1808, que complicou as relações de poder, especialmente na Corte. Com D. João, vieram burocratas que compuseram a administração da nova sede do Império. Assim, os senhores de terra, que antes detinham a maior autoridade na colônia, passaram a dividir esse poder com a classe burocrática.<sup>9</sup>

Portanto, nas primeiras décadas do século XIX, a classe senhorial se viu ameaçada pelas revoltas dos escravizados e, pelo surgimento de uma nova classe na disputa do poder político, a classe burocrática. Então, unidos contra as ameaças ao sistema escravista e à

<sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.* 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>8</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial.* 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2017.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 31-34.

sua hegemonia política, a classe senhorial buscou atrair para si, os intelectuais que compunham a burocracia estatal. Para isso, proprietários de terra passaram a participar de Sociedades políticas, frequentar lojas maçônicas e participar da guarda nacional.<sup>10</sup>

Um evento que reforçou a união entre esses dois grupos foi a luta pela emancipação política em relação a Portugal. Temerosos com a possibilidade de recolonização, que significaria a perda dos privilégios adquiridos, proprietários e burocratas se uniram contra as Cortes de Lisboa, formando o partido brasileiro. Inicialmente, este partido defendia a manutenção do status de Reino Unido, conquistado em 1815, buscando o reconhecimento de uma igualdade jurídico-política que garantisse a participação nas decisões legislativas e administrativas. No entanto, diante do fracasso dessa proposta e da contínua pressão das Cortes, a ideia de emancipação política começou a se consolidar entre a classe senhorial.<sup>11</sup>

Além das Cortes, a classe senhorial e os intelectuais enfrentavam outros inimigos comuns, como a pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro, escravizados revoltosos, fugitivos, e homens livres e pobres. Esses adversários forçavam a união das classes dirigentes. Para Mattos, a experiência compartilhada de privilégios políticos, econômicos, sociais e raciais, adquiridos por meio da exploração da terra e dos corpos, bem como por alianças com a realeza, unia esses indivíduos, permitindo-lhes identificar interesses comuns e contrapor-se a outros grupos cujos interesses eram antagônicos.<sup>12</sup>

Dessa forma, a classe proprietária de terras se aproximava cada vez mais da classe burocrática, exercendo controle e dominação sobre a construção do Estado Nacional, sempre visando a manutenção de seus privilégios. Assim, a formação da classe senhorial brasileira ocorreu simultaneamente à formação do Estado Imperial, reutilizando elementos coloniais como a escravidão e as hierarquias raciais. Ao elaborar a Constituição do Império, a classe senhorial reafirmou seu compromisso com a escravidão, inserindo-a nas bases do direito moderno e do liberalismo.

Os proprietários de terra, unidos pela terra e pelo laço familiar, uniram-se ao Estado Imperial, “ligaram suas vidas a ele”<sup>13</sup>, concebendo o Estado como instrumento de seus interesses. Segundo Mattos, “a classe senhorial forjava a si própria pelos nexos que tecia com o Estado.”<sup>14</sup>

<sup>10</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit. p. 78.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 34-35.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 68-69.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 79.

Para consolidar a ordem imperial, a classe senhorial utilizou de alguns elementos como: a Coroa, a educação e a imprensa. A Coroa, servia como agente restaurador e de expansão dos monopólios que formaram a classe senhorial: a terra e os homens, ela é, portanto, um partido político que representa os interesses da classe senhorial, fiscalizando e executando as leis que garantiam a manutenção da propriedade de terra e da escravidão<sup>15</sup>.

Logo, os burocratas, enquanto funcionários do Estado, eram agentes privilegiados desta “restauração”, porque eram funcionários da Coroa que, por sua vez, representava os interesses da classe senhorial. Se a Coroa era o partido político da classe senhorial, os burocratas eram os “braços” que trabalhavam para concretizar os interesses deste partido.<sup>16</sup>

Por sua vez, a educação e a imprensa serviam como ferramentas de controle, monopolizando a consciência e a formação dos cidadãos. Era necessário controlar o “mundo da desordem”, composto por homens brancos livres e pobres, escravizados e mestiços livres e libertos. Para isso, a classe senhorial recrutou intelectuais que, por meio da imprensa e da educação pública, propagariam a sua ideologia.<sup>17</sup>

Além disso, devido à extensão territorial do país, nem todos os proprietários rurais estavam associados à alta burocracia estatal. Assim, a imprensa e a instrução também foram usadas para criar uma consciência de classe entre os senhores de terra distantes da Corte. Os intelectuais desempenharam um papel central no processo de unificação da classe senhorial e de promoção dos ideais de ordem e civilização para as massas. Professores, médicos, advogados e jornalistas, membros dessa classe de intelectuais, foram responsáveis pela propagação dessas ideias.<sup>18</sup>

Mattos utiliza o conceito de intelectual orgânico, de Gramsci<sup>19</sup>, para descrever esses intelectuais. Eles mantinham vínculos diretos com as classes dominantes, com o objetivo de organizar interesses e conquistar o poder político. Segundo Mattos<sup>20</sup>, a classe senhorial contou com esses intelectuais para promover a consciência de classe entre os proprietários de terra. Os políticos da província fluminense, por exemplo, usaram a

---

<sup>15</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit. p. 103-105.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>19</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

<sup>20</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op cit. p. 15-18.

imprensa e a instrução pública para consolidar uma classe senhorial unida em torno desses princípios.

No entanto, ao incentivar a educação e promover a politização através da imprensa, a classe senhorial acabou abrindo uma brecha para a participação política dos homens livres de cor. Estes homens utilizaram a educação como meio de ascensão social, tornando-se parte do corpo de intelectuais que ajudavam a disseminar os ideais da classe senhorial.

Adriana Maria P. da Silva<sup>21</sup>, dialogando com Mattos, argumenta que a educação pública e a imprensa, utilizadas pela classe senhorial para unificar o “mundo da ordem”, ampliaram as possibilidades de ação dos indivíduos do “mundo da desordem”, resultando no aumento significativo de intelectuais de cor que ingressaram aos cargos públicos e às universidades.

Dessa forma, a ampliação da instrução pública permitiu o acesso de homens de cor à educação, possibilitando sua ascensão social e ingresso em cargos públicos. Intelectuais como Torres Homem, Montezuma, Rebouças, José do Patrocínio, Joaquim Saldanha Marinho e Joaquim Cândido Soares de Meirelles, homens de cor, ascenderam socialmente por meio da educação, principalmente nas áreas de medicina, farmácia e direito. Esses indivíduos utilizaram suas formações para ingressar em carreiras mais estáveis na administração pública.

A classe senhorial necessitava de intelectuais para propagar seus ideais de ordem e civilização, e os homens de cor, já formados em áreas estratégicas, publicavam jornais, panfletos e periódicos, aliados a partidos políticos e sociedades da época. Torres Homem, por exemplo, publicou *O Independente* e colaborou com *Aurora Fluminense* em favor do partido moderado, enquanto Montezuma escrevia no *Diário Constitucional*, alinhado aos conservadores. Assim, se formou a imprensa dos homens de cor.

Embora estivessem alinhados a partidos políticos distintos, esses intelectuais frequentemente usavam suas publicações para defender os direitos da população negra e questionar a escravidão. Paralelamente à imprensa, intelectuais como Meirelles e Marinho atuavam nas áreas médica e jurídica, participando de institutos e sociedades ligados à classe senhorial. Suas atuações profissionais os levaram a ocupar cargos como deputados e senadores, onde, em seus discursos, defenderam os direitos da população negra livre e escravizada.

---

<sup>21</sup> SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

Portanto, a formação da classe senhorial, que ocorreu simultaneamente à construção do Estado Imperial, criou, também, a oportunidade para que intelectuais de cor ascendessem socialmente aos cargos públicos. Embora servissem à classe senhorial em suas profissões — como jornalistas, médicos, advogados e membros do governo —, esses intelectuais encontraram brechas para questionar a escravidão e o tráfico negreiro, reivindicando os direitos civis e políticos dos homens de cor.

### **1.2: A Era das Revoluções:**

De acordo com Eric Hobsbawm<sup>22</sup> entre 1789 e 1848, ocorreram duas revoluções que tiveram repercussões por todo o mundo, a Revolução Francesa e a Revolução Inglesa. Entretanto, o autor também afirma que as bases destas revoluções já estavam formadas bem antes de seu início. As forças econômicas e sociais, as ferramentas políticas e intelectuais que fizeram parte das revoluções do fim do século XVIII e início do século XIX já estavam preparadas e triunfaram com a erupção dos movimentos revolucionários.

A Era das Revoluções costuma ser representada como substituta da Era medieval, sob a teoria de que durante as revoluções francesa e inglesa, os elementos feudais ligados ao Antigo Regime teriam totalmente sido abandonados, inaugurando uma sociedade moderna baseada no progresso civilizatório e na racionalidade.<sup>23</sup>

No entanto, Hobsbawm demonstra que para se estabelecer, a modernidade teve de contar com alguns elementos do Antigo Regime, entre eles: a monarquia e a escravidão. O autor defende que a monarquia foi mantida por ser uma forma de governo estável diante das transformações sociais, econômicas e científicas que a modernidade trazia, evitando a temida anarquia.<sup>24</sup>

Assim, a classe dirigente— considerada pelo autor a percussora das revoluções – instruída e empenhada a conquistar o progresso, buscou apoiar-se em no aparelho central de uma monarquia, para que as mudanças ligadas a modernização fossem feitas sem romper a ordem. Os príncipes, por sua vez, necessitavam de uma classe dirigente e de suas ideias para modernizar o Estado.<sup>25</sup>

Logo, se criou uma aliança entre a monarquia e a classe dirigente, no qual, esta classe dirigente ainda em formação – substituindo a aristocracia medieval – precisava de um príncipe que a apoiasse contra as forças do Antigo Regime: a nobreza e o clero.

<sup>22</sup> HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789 -1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 21-22.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 23.

Segundo Hobsbawm, esta classe dirigente era formada por todos aqueles que enriqueceram com as novas atividades econômicas: o comércio marítimo, o tráfico de escravizados, a manufatura, a exportação de culturas agrícolas e os cargos administrativos do Estado. Sendo eles: comerciantes, financistas e funcionários do Estado. No caso das colônias como Brasil e Estados Unidos, o historiador acrescenta a classe dirigente, formada pelos os grandes proprietários de terra, senhores de engenho e de plantações de café e algodão que enriqueceram com o advento do capitalismo moderno com base na escravidão de mão de obra africana.<sup>26</sup>

Estes indivíduos formavam a classe dirigente, que ajudou a expandir a produção industrial e o comércio nas metrópoles por meio da exportação de seus produtos. Eles foram os agentes do progresso e a busca pelo progresso, através da utilização da razão humana, gerou o Iluminismo, uma corrente internacional que envolvia a crença na racionalidade científica e econômica e no progresso.

Os campeões do iluminismo pertenciam a classe economicamente mais progressista, os mercadores, os financistas, burocratas e proprietários “iluminados”, estes formavam a classe dirigente instruída, que buscava utilizar todo o conhecimento científico necessário para alcançar o progresso.

Entretanto, segundo Hobsbawm, apesar dos efeitos da dupla-revolução terem partido da Europa para o resto do mundo, ela criou condições para que as colônias e os territórios não-europeus a contra-atacassem.<sup>27</sup>

Esse processo ocorreu na América Portuguesa, quando a coalização de proprietários de terra, comerciantes e funcionários do Estado decidiu emancipar-se de Portugal. A Revolução Liberal em Portugal e a chegada das ideias “iluminadas” à colônia, levaram a classe dirigente instruída a se unir contra as medidas recolonizadoras da metrópole e buscar maior autonomia para o país, processo que culminou na Independência.

Uma vez conquistada a emancipação, a classe senhorial brasileira precisou do apoio do monarca contra os inimigos que ameaçavam seus privilégios: os homens pobres e livres, os indígenas e os escravizados. Ao mesmo tempo, o monarca contava com a classe de intelectuais e burocratas para transformar a antiga colônia em um Estado Imperial moderno baseado nos ideais de civilização e progresso que, por sua vez,

---

<sup>26</sup> HOBSBAWM, Eric J. Op. cit. p. 22.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 25.

contavam com o apoio dos proprietários de terra e dos comerciantes para tornar adequar as atividades econômicas do país à modernidade.

Desse modo, a construção do Estado Imperial brasileiro foi feita em conjunto com a formação de uma classe dirigente – a classe senhorial – movida pelos ideais de civilização e progresso frutos da dupla-revolução francesa e inglesa.

### **1.3: Raça e cidadania no século XIX:**

De acordo com Stuart Hall<sup>28</sup>, raça é um significante flutuante, uma linguagem cujos conceitos e significados foram produzidos e modificados ao longo do tempo, não sendo uma categoria científica, mas uma construção sócio-histórica e cultural.

O autor também defende que, enquanto conceito historicamente construído, a ideia de raça adquiriu vários sentidos ao longo do tempo, através de sua relação mutável com outros conceitos. No que se refere ao período de colonização das Américas, a primeira tentativa de classificação racial dos sujeitos encontrados no Novo Mundo e, também, em relação aos africanos, fora feita pela religião.<sup>29</sup>

Enquanto significante do conhecimento da verdade, a religião classificou os seres humanos em raças, para organiza-los social e culturalmente. Nesse processo, a Igreja Católica recorreu aos mitos de criação, alegando que a humanidade se dividia em três povos, que descendiam dos três filhos de Noé: Cam, Sem e Jafé. Os descendentes de Jafé, seriam os europeus, os de Sem os asiáticos e, os de Cam os africanos.

Porém esse mito carregava significados mais profundos que foram atribuídos aos respectivos descendentes destes povos. Enquanto a linhagem de Jafé era considerada a “boa” descendência de Noé, que inclusive, estava inscrita na linhagem de Cristo, segundo a tradição Católica, os descendentes de Cam foram marcados com a cor de sua pele escura e condenados à servidão eterna aos seus irmãos. Esse mito ajudou a legitimar e justificar a escravização de africanos e seus descendentes.

De acordo com Juliana Rocha<sup>30</sup> primeiro Estatuto de Pureza de Sangue, datado de 1449, definia raça como descendência ou linhagem. Pertencer a linhagem pura, era pertencer a linhagem branca, europeia. Indivíduos de linhagem judia e moura foram

<sup>28</sup> HALL, Stuart. *Raça, o significante flutuante*. Revista Z Cultural: Ano VIII, n.2, 2013.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>30</sup> ROCHA, Juliana de Holanda Alves. Pela honra pública e notória: A familiatura do Santo Ofício da Inquisição em Pernambuco (1750-1800). In: IX SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES: RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE, 2007, Viçosa-MG. Anais Eletrônicos. Viçosa-MG: UFV, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3593>. Acesso em: 02/10/2024.

considerados sujeitos de linhagem infecta por manchas de sangue. Os Estatutos proibiam estes sujeitos de “sangue infecto” de participarem de ofícios e corporações da Igreja, bem como, de Ordens militares, também impedindo seu acesso à cargos burocráticos e oficiais.

Inicialmente, o Estatuto serviu como forma de garantir a ocupação do poder por sujeitos pertencentes a cristandade, excluindo os judeus e mouros. Várias instituições eram encarregadas de verificar a pureza de sangue dos membros do Santo Ofício e do corpo burocrático do Estado, dentre elas, a Inquisição, que possuía Regimentos sobre a pureza de sangue.

Em Portugal, o estatuto foi imposto as ordens regulares e militares do século XVII, proibindo não somente mouros e judeus, como também, os sujeitos de trabalho mecânico. O objetivo, era privilegiar o acesso aos cargos públicos e eclesiásticos aos cristãos-velhos.

Do outro lado do Atlântico, a presença dos africanos, indígenas, mestiços e seus descendentes criavam uma situação ainda mais complexa. No caso dos judeus e mouros, a diferenciação e, portanto, impureza de sangue, se justificava pela não adesão ao cristianismo. Entretanto, quanto aos indígenas e africanos, a própria colonização de suas terras e corpos, fazia parte de um processo de conversão ao cristianismo. Portanto, a Coroa e suas instituições tiveram de adotar novos critérios para regulamentar a diferenciação entre estes sujeitos e os homens brancos cristãos. Nesse sentido, a cor da pele e as características físicas se tornaram um elemento essencial de classificação e diferenciação social.<sup>31</sup>

O Estatuto da Pureza de Sangue foi abolido em 1783, mas continuou a influenciar as formas de diferenciar e classificar os indivíduos no início do século XIX. No Brasil, a necessidade de critérios para classificar a população advém da preocupação das autoridades locais em controlar a população cada vez maior de libertos. Pois, se a massa de escravizados estava sob o domínio de seus senhores, sendo a intervenção sob elas uma violação ao direito da propriedade privada, cabia às autoridades políticas estabelecerem um domínio sob a população de pretos e mulatos libertos.

Assim, diante do desequilíbrio demográfico que atingia o território brasileiro no início do século XIX, marcado por uma pequena quantidade de homens brancos, cercados por uma multidão de pretos e pardos, as autoridades locais tiveram de adotar medidas

---

<sup>31</sup> ROCHA, Juliana de Holanda Alves. Op. cit. p. 3-4.

para registrar e classificar esta multidão de libertos que se encontrava fora do domínio senhorial.<sup>32</sup>

Os censos, usados como forma de classificação dos indivíduos, apontavam no século XVIII uma grande diferença entre brancos, que eram associados a liberdade e, pretos, associados a escravidão. Entretanto, se entre brancos e pretos a diferença de condição social era mais evidente devido a escravidão, sob os mestiços imperava a ambiguidade.

Mestiços, mulatos e pardos poderiam ser escravizados, livres, libertos ou fugitivos, por isso, havia uma maior dificuldade em classificar e, portanto, controlar essa população.

Segundo Silvia Lara Hunold, a preocupação com a classificação e hierarquização dos indivíduos era uma característica própria das sociedades do Antigo Regime. No Antigo Regime, a sociedade era um corpo, no qual todos tinham um lugar e função específicos, de modo que, “a arquitetura social previa para cada um o seu lugar numa rede organizada e hierarquizada de posições.”<sup>33</sup>

Cada indivíduo possuía deveres, direitos e privilégios que correspondiam ao lugar que ocupavam na hierarquia social. Cada posição social era estabelecida a partir de uma comparação com os demais, um indivíduo estava sempre abaixo ou acima de alguém. Portanto, os indivíduos ostentavam publicamente seu lugar social e, os privilégios que desfrutavam.

Nesse sentido, as cerimônias, os títulos, as honrarias, os cargos e, sobretudo, a vestimenta, serviam como elementos visuais para demonstração de um lugar social, pois, numa sociedade de maioria analfabeta “o poder e o prestígio deveriam saltar aos olhos”<sup>34</sup>.

Entretanto, havia uma grande distância entre as expectativas de classificação e diferenciação das autoridades do Império e, a realidade das relações sociais. Conforme Lara, “a correspondência entre cor e condição social não caminhava de modo direto, mas transversal, passando por zonas em que os dois aspectos se confundiam ou se afastavam.”<sup>35</sup>

Em outras palavras, haviam brechas que permitiam que pessoas de cor performassem papéis sociais que eram esperados de pessoas brancas. Por isso, veremos

<sup>32</sup> Sobre o aumento populacional ver: LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 126-127.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 131.

no século XVIII e XIX, diversos exemplos de mestiços e pretos ocupando cargos públicos e eclesiásticos, vestindo-se como nobres, frequentando universidades e, tendo propriedades de terra.

Como exemplo disso, Lucilene Reginaldo<sup>36</sup> apresentou a trajetória de André do Couto Godinho, homem preto nascido em Minas Gerais, que se formou na Universidade de Coimbra e foi missionário em Angola.

Reginaldo aponta que Godinho enfrentou vários obstáculos por sua cor, em seu registro de formatura foi registrada a classificação “homem preto”, além da declaração “não tem informação” no que se refere as informações de desempenho. Estas duas informações no diploma de Godinho poderiam lhe gerar problemas futuros em exercer sua profissão, visto que, nem todas as instituições aceitavam “homens pretos” como funcionários, além do fato de que, a falta de informações sobre seu desempenho podia impedir o candidato de concorrer a cargos de magistratura.<sup>37</sup>

Mas Godinho não foi exceção, a autora aponta que além dele, haviam mais 42 registros de informações gerais na Faculdade de Cânones e 50 na de Leis, nos quais a declaração “não tem informação” constava. Inicialmente, os casos envolviam suspeitas de cristãos-novos (judeus e mouros), já que segundo os Estatutos de Pureza de sangue os proibiam de acessarem cargos eclesiásticos e públicos.<sup>38</sup>

Segundo Lucilene, a expansão dos impérios ibéricos para a costa americana e africana, ao longo dos séculos XVII e XVIII, introduziu complicadores neste demarcador social, e também interferiu definitivamente em outros demarcadores do Antigo Regime. Desse modo, o aumento do ingresso de homens de cor livres na Universidade de Coimbra, fez com que a instituição ampliasse a definição de impureza de sangue, introduzindo os mulatos, pardos e pretos nesta categoria.<sup>39</sup>

Seguindo esta lógica, a congregação da Universidade de Coimbra passou a aplicar a categoria “mancha de sangue” aos africanos e seus descendentes. Além de André do Couto Godinho, outros afrodescendentes enfrentaram os obstáculos da classificação racial.

Em 1705, o mulato Antonio de Sousa Falcão teve sua candidatura ao grau de doutor negada pela instituição, por ter ascendência “escrava” e, portanto, impura. Em

<sup>36</sup> REGINALDO, Lucilene. André do Couto Godinho: homem preto, formado em Coimbra, missionário no Congo em fins do século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 173, p. 141-174, jul-dez. 2015.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 152.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 155-156.

1762, João Rodrigues Lameiro teve em seu registro a anotação “não tem informação por ser mulato”, assim como os irmãos Felipe de Santiago Brito e Gonçalo Agostinho de Brito que como os supracitados, não tinham informações de seu desempenho, mas sim, de sua racialidade.<sup>40</sup>

Estes registros se cruzam e nos trazem a informação de que, diante da emergência de uma população de cor livre nos espaços públicos, os conselhos destas instituições, seja o clero, ou as Universidades tiveram que “criar novas – e reinventar antigas – categorias para lidar com uma situação que colocava em xeque vários supostos da organização social do Antigo Regime.”<sup>41</sup>

Portanto, a presença de homens de cor nas Universidades e no clero do século XVIII, demonstram que as hierarquias raciais não eram tão rígidas como se imaginava. Essas hierarquias se inspiravam no Estatuto de Pureza de Sangue, que foi abolido ainda no século XVIII, mas que continuavam a orientar as relações sociais e, a influenciar o imaginário social da população e das autoridades imperiais do século XIX.

#### **1.4: Constitucionalismo e os marcadores da diferença:**

Na Europa, o constitucionalismo surgiu como instrumento de desmonte da organização feudal da sociedade, pondo “fim ao direito as posições de privilégio e de cargos públicos exclusivos a determinados grupos.”<sup>42</sup> As constituições instituíram os direitos dos cidadãos, estabeleceram e organizaram os limites dos poderes políticos do Estado.

Em Portugal no ano de 1820, os envolvidos na Revolução do Porto reivindicavam a criação de uma Constituição e de um Poder Legislativo para acabar com as influências do Antigo Regime. No ano seguinte, a lei de liberdade de imprensa foi decretada em Portugal, estendendo-se as suas colônias.<sup>43</sup>

Como resultado, diversos jornais brasileiros divulgavam as ideias do constitucionalismo no país. No entanto, apenas em 1823 ocorre a Assembleia Constituinte, em que a classe senhorial se reuniu para pensar a primeira constituição brasileira. A Assembleia foi dissolvida e, a Constituição foi outorgada por D. Pedro I em 1824.

<sup>40</sup> REGINALDO, Lucilene. Op. cit. p. 153-154.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 155.

<sup>42</sup> PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Discriminação racial e cidadania no Brasil do século XIX (1829-1833). *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. 1-37, 2 jul. 2020, p. 6.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 6.

A Carta de 1824 tornou o Brasil uma Monarquia Constitucional no Brasil, nela foram estabelecidos a cidadania e o sistema eleitoral. A cidadania compreendia todos aqueles que tinham liberdade e propriedade e o sistema eleitoral todos os cidadãos que tivessem renda de cem mil réis anuais, quantia considerada acessível à população pobre.<sup>44</sup>

Apesar da Constituição 1824 ter tornado todos os brasileiros livres e proprietários cidadãos, ou seja, sujeitos com direitos civis e políticos, as hierarquias do Antigo Regime e as ideias de pureza de sangue ainda estavam no horizonte da sociedade oitocentista. A coexistência destas duas noções nas décadas de 1820 e 1830 provocaram uma situação de ambiguidade social aos homens de cor livres que, pela lei eram considerados cidadãos, mas pela sociedade, eram vistos como indivíduos de sangue infecto e que, portanto, estariam impedidos de acessar a cargos públicos e eclesiásticos.

No meio dessa tensão, homens de cor começam a utilizar a imprensa como forma de reclamar a sua cidadania e todos os direitos que ela lhes concedia, usando como fundamento a Constituição. Assim, conforme evidenciou Pandolfi<sup>45</sup>, os homens de cor ocuparam o espaço público da imprensa para reivindicar seus direitos como cidadãos e denunciar a discriminação racial, inaugurando um vocabulário político que conciliava estes temas com o liberalismo

Nesse sentido, a imprensa que funcionava como instrumento de controle da classe senhorial sobre as massas, acabou sendo utilizada por indivíduos do “mundo da desordem” como meio de reivindicação de sua cidadania. Segundo Pandolfi, a partir do fim da década de 1820, homens oriundos das camadas médias alijadas das posições formais de poder se lançaram ao jornalismo, indicando uma ampliação da esfera pública<sup>46</sup>.

Baseando-se na realidade do desenvolvimento inglês, francês e alemão do século XVIII ao início do XIX, Habermas<sup>47</sup> defendeu que a esfera pública era composta por burgueses e cidadinos e, um público leitor universal que transcendia a república das letras não lendo apenas as obras tradicionais, mas orientando seu fluxo de leitura para novas publicações e isso faz surgir uma rede densa de comunicação pública.

Para Habermas, a esfera pública comprehende o público leitor universal, que lê e discute não apenas obras clássicas, mas alimenta a produção e a circulação de novas

<sup>44</sup> PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Op. cit. p. 6.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 7-8.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>47</sup> HABERMAS, Jürgen. *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. São Paulo: UNESP, 2023, p. 38.

publicações, de modo que, o número crescente de leitores é complementado por uma ampliação da produção de livros, jornais e revistas e por um aumento do número de escritores, editoras e livrarias. À medida que o número de publicações cresce, surgem novos espaços de discussão das mesmas: as sociedades de leitura, as bibliotecas, as salas de leitura e as lojas maçônicas.<sup>48</sup>

Esse processo gera uma politização da sociedade, que está envolvida direta, ou indiretamente, no debate de novos conceitos políticos por meio de uma imprensa de opinião e das novas redes e espaços de comunicação. Por isso, aos poucos, uma esfera pública essencialmente burguesa, acaba se convertendo em uma esfera pública plebeia.<sup>49</sup>

A obra de Thompson sobre a classe operária inglesa abriu as portas para novos trabalhos que focavam na cultura das classes subalternas. Seguindo esta orientação, para Habermas, o autor Gunter Lottes ampliou o seu conceito de esfera pública para estudar os jacobinos de Londres do fim século XVIII. Para ele, a esfera pública plebeia surge influenciada pelos ideais radicais e graças as novas condições de comunicação pública, desenvolvendo uma nova cultura e vocabulário político baseados na cultura popular.<sup>50</sup>

Segundo Habermas, Lottes defendia que o surgimento da esfera pública plebeia foi uma fase do desenvolvimento histórico das classes baixas. É, por um lado, uma variação da esfera pública burguesa, porque se orienta por seu modelo e, por um outro, mais do que isso, porque possibilita o desdobramento do potencial emancipatório da esfera pública burguesa em um novo contexto.<sup>51</sup>

Se para Lottes, a esfera pública plebeia é a esfera pública burguesa cujos pressupostos foram superados, para Habermas elas estão juntas. Para Habermas, a própria exclusão das camadas subalternas que já estavam mobilizadas cultural e politicamente, já implica uma pluralização da esfera pública.<sup>52</sup>

De acordo com Habermas, a cultura popular e as camadas populares mobilizadas, não são um pano de fundo, ou uma moldura passiva da esfera pública burguesa dominante. Mas uma esfera pública paralela que se entrelaça à esfera pública dominante. Pois, todo mecanismo de exclusão, ao mesmo tempo que exclui e opõe, provoca contra-efeitos.<sup>53</sup>

---

<sup>48</sup> HABERMAS, Jürgen. Op. cit. p. 38-39.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 41-42.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 44.

Em concordância com a interpretação de Habermas sobre a esfera pública plebeia apresentada por Lottes, compreendemos que a formação da imprensa dos homens de cor, funciona como uma esfera pública plebeia, formada por sujeitos que possuíam em comum o desejo pelo reconhecimento de sua cidadania. Uma esfera pública que se formou paralelamente à esfera pública burguesa – composta pela classe senhorial – e a partir da exclusão. Uma esfera pública que se orientou pelo modelo burguês – adotando o modelo partidário, a cultura periódica e os valores do liberalismo – mas que ampliou o potencial emancipatório dos ideais da classe dominante – aplicando seus valores a questão dos direitos da população de cor.

A imprensa dos homens de cor, surge como uma superação dos pressupostos da imprensa da classe senhorial. Inaugura uma nova esfera pública que amplia os ideais de cidadania introduzidos pela classe senhorial à população de cor, ou, ao “mundo da desordem.”

### **1.5: O Dilema Liberal: Escravidão e Cidadania:**

Nas primeiras décadas do século XIX, as Américas foram fortemente impactadas pela Era das Revoluções e pelas ideias do liberalismo. Na luta pela Independência dos Estados Unidos conceitos do liberalismo foram evocados, dentre eles, o conceito de cidadania.

De acordo com Hebe Mattos<sup>54</sup>, os principais líderes da Revolução Americana eram donos de escravizados, por isso, ao utilizarem o conceito de cidadania, o fizeram de forma estreitamente relacionada a escravidão. Assim, apesar da Declaração da Independência proclamar que todos os homens nascem livres e iguais, tendo direito à vida, a liberdade e à busca por felicidade, os escravizados eram vistos como propriedades, logo, estavam excluídos da cidadania.

Entretanto, a Declaração plantou a semente do futuro abolicionismo, a declaração de que todos os homens eram livres e iguais fez com que muitos africanos e afrodescendentes escravizados exigissem, com base nela, a sua libertação. Ao mesmo tempo, homens e mulheres de cor libertos reclamavam o direito à cidadania garantido na declaração.

---

<sup>54</sup> MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Repensando o brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 351-391.

Assim como nos EUA, no processo de Independência do Brasil, os ideais do liberalismo também foram evocados e o Império brasileiro também estabeleceu um governo constitucional, conciliando princípios liberais de cidadania e liberdade, com a escravidão. E, da mesma maneira, afrodescendentes livres começaram a reivindicar a cidadania proposta pela Constituição. Logo, em ambos os países recém independentes formados sob a égide da liberdade e igualdade perante a lei, a escravidão se manteve por anos.<sup>55</sup>

Todas essas revoluções de Independência se basearam no Constitucionalismo liberal, que por sua vez, nasceu do Iluminismo e da Revoluções Francesa. De acordo com Deivide Ribeiro e Maria Repolês<sup>56</sup>, o Constitucionalismo tinha como base a limitação do poder do Estado por meio de um conjunto de direitos derivados da interpretação das ideias de liberdade e igualdade, que têm a pretensão de universalidade.

Para os autores, o Constitucionalismo estabelece a relação entre o Homem e o Direito, alegando que os direitos de liberdade e igualdade são universais. Entretanto, em sua aplicação esta universalidade encontrou limites. Nas Revoluções francesa, estadunidense e até brasileira, estes direitos “universais” estavam restritos aos homens brancos.<sup>57</sup>

No Constitucionalismo europeu, os seres humanos são recategorizados racialmente. De modo que, os direitos “universais” de liberdade e igualdade, só pertencem aos homens brancos e europeus, já que estes são, de fato, humanos. Por um outro lado, estes valores não alcançavam os indígenas e negros porque eram considerados de um grau inferior de humanidade, oscilando entre “coisa e pessoa”.<sup>58</sup>

Assim, os negros e indígenas foram enquadrados em categorias filosóficas, religiosas e jurídicas como seres inferiores, aos quais o Direito não se aplicava. Essa lógica criou uma série de contradições nas aplicações do Liberalismo e do Constitucionalismo. Na França a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão coexiste com a escravidão nas colônias, nos Estados Unidos, a Declaração da Independência estabelecia a igualdade e liberdade de todos os homens, menos a massa de africanos escravizados. No Brasil, a Constituição estabelecia a cidadania, mas não

<sup>55</sup> MATTOS, Hebe. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*. Op. cit. p. 351-354.

<sup>56</sup> RIBEIRO, Deivide Júlio; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. O Haiti como Memória Subterrânea da Revolução e do Constitucionalismo Modernos. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 165-192, 2 out. 2024, p. 168.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 173-174.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 175.

compreendia como parte do corpo dos cidadãos os escravizados, os indígenas e as pessoas de cor.<sup>59</sup>

No entanto, como contraponto à estas experiências de Constitucionalismo, temos a Revolução do Haiti, que apresenta uma versão do Constitucionalismo que estende os direitos à população escravizada.<sup>60</sup>

Revoltados por não terem sido incluídos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, mulatos de São Domingos reclamavam seus direitos, mas sua inclusão foi reprovada na Assembleia Constituinte francesa. Como consequência, as pressões na colônia irão aumentar. De um outro lado, os escravizados tinham uma visão ainda mais abrangente dos Direitos do Homem e do Cidadão, acreditavam que a cidadania não deveria ser estendida apenas aos mulatos, mas a todos os homens, que deveriam ser livres e iguais.<sup>61</sup>

Dessa forma, movida pelos ideais de liberdade e igualdade, a população escravizada de São Domingos iniciou um processo revolucionário que culminou na abolição da escravidão nas colônias francesas em 1794. Os escravizados de São Domingos se libertaram da escravidão e, obrigaram a França a estabelecer a abolição. Nesse processo, eles criaram sua própria interpretação do Constitucionalismo e dos Direitos do Homem, compreendendo a liberdade e igualdade como princípios universais e que, portanto, incluíam indivíduos de todas as origens e cores.<sup>62</sup>

Todas estas Revoluções constitucionalistas são processos inter-relacionados. Por isso, da mesma maneira que o Brasil foi influenciado pelos ideais da Revolução Francesa e pelos princípios liberais da Revolução Estadunidense, ele também foi influenciado pela Revolução do Haiti.

Logo, assim como circulava no Brasil um constitucionalismo liberal europeu, também circulava um constitucionalismo haitiano. Por sua vez, a classe senhorial temia a influência dos ideais do Haiti sob os homens de cor livres e escravizados. O medo de uma Revolução do Haiti se espalhou pelas Américas.

A Revolução do Haiti teve várias instrumentalizações, ela era evocada por diferentes agentes, com diversos sentidos. Segundo Ada Ferrer “simplesmente mencionar

<sup>59</sup> RIBEIRO, Deivide Júlio; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Op. cit. p. 175-176.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 177-178.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 179-180.

o nome do Haiti no Atlântico durante a era revolucionária implicava em se referir a uma vasta gama de possibilidades: revolução, violência, extermínio, vingança, liberdade.”<sup>63</sup>

Em Cuba, as elites aproveitaram a queda da colônia de São Domingos, a maior exportadora de açúcar da época, para substituir a colônia francesa no mercado internacional. Assim, os cubanos notáveis tentaram preencher o vazio provocado pelo colapso de São Domingos, importando um grande número de escravos africanos para trabalharem nas plantações e engenhos de açúcar. Como consequência, neste período, a população negra de Cuba quadriplicou e, diante dos acontecimentos do Haiti, a elite cubana começou a se preocupar com a segurança da colônia.<sup>64</sup>

As elites cubanas enfrentavam uma situação complexa, tentando equilibrar o desejo de ter acesso à maior força de trabalho negra e de garantir a supremacia branca. Como forma de controlar a situação, resolveram contar e classificar a população. Dessa maneira, os funcionários coloniais e os proprietários de terra cubanos, construíram o Estado colonial cubano em alerta constante à situação do Haiti, criando censos para contar e classificar a população, enviando funcionários ao Haiti para verificar a possibilidade de uma invasão, controlando a entrada de refugiados franceses.<sup>65</sup>

Por um outro lado, também haviam boatos de conspirações por parte da população escravizada de Cuba. Em 1806, três escravizados revelaram a existência de um complô para colocá-los contra seus proprietários em Guines, Havana. Em seus testemunhos, os escravizados mencionavam a “atração irresistível”<sup>66</sup> da Revolução do Haiti.

O Haiti surgiu como resultado de uma insurreição na ilha de São Domingos, colônia francesa, processo revolucionário conduzido por pretos e pardos livres e cativos que chegaram ao poder. Por ter sido conduzido pela população de cor, a suspeição sobre esses indivíduos nos demais territórios da América aumentou consideravelmente. Por um outro lado, alguns pretos e pardos nas Américas foram, de fato, influenciados pela revolução haitiana e, desejavam estendê-la ao seu território.

No Brasil, assim como em Cuba, as autoridades coloniais temiam o haitianismo e os boatos de insurreições por parte dos escravizados aumentavam este temor. Seja por boatos, conspirações, suspeitas ou por movimentos reais, a Revolução de São Domingos teve repercussões em toda a América.

<sup>63</sup> FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. *Almanack*, Guarulhos, n. 3, p. 37-53. jun. 2012, p. 39.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 43-44.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 49.

Em Pernambuco, o pardo Emiliano Mundurucu, major do Batalhão dos Bravos da Pátria (Batalhão dos Pardos), planejou uma conspiração durante a Confederação do Equador em 1824 que convidava pretos e pardos civis e militares a revidar o ataque das tropas imperiais, atacando os comerciantes europeus e brancos de Recife.<sup>67</sup>

De acordo com Marco Morel<sup>68</sup>, as cenas projetadas por Mundurucu foram semelhantes às que ocorreram no Haiti sob a liderança do também líder militar Henri Christophe. Tal como Christophe, Mundurucu também defendia o republicanismo e desejava combater as potências europeias e a escravidão, também tinham em comum uma hostilidade aos brancos e europeus.<sup>69</sup>

Apesar de não ter tido sucesso, a conspiração de Mundurucu ajudou a alimentar o temor da classe senhorial ao haitianismo. Além do líder pernambucano, outros personagens foram alvos se suspeitas de haitianismo no fim do século XVIII e início do século XIX

No início do século XIX, ideias antiescravistas e a favor do haitianismo dos abades Raynal, De Pradt e Gregóire chegavam ao Brasil e encontravam muitos adeptos no clero e fora dele e isso tornava estes sujeitos suspeitos de abolicionismo, ou, haitianismo.<sup>70</sup> No clero brasileiro, o monsenhor Pedro Machado Miranda Malheiro trocava cartas com o abade Grégoire, pois tinham em comum a defesa da universalidade do gênero humano, ultrapassando as categorias de gênero e raça. Outros adeptos das ideias dos abades, foram o bispo Romualdo Seixas e o frei Monte Alverne.<sup>71</sup>

Alguns jornalistas e políticos do século XIX também aderiram as ideias dos abades, Torres Homem traduziu e publicou trechos das obras e discursos dos três abades no *Independente* para defender o fim da escravidão, Antônio Pereira Rebouças, acusado de dar vivas à Revolução do Haiti e de pertencer a Sociedade Gregoriana, tinha livros sobre a história do Haiti e uma obra de De Pradt sobre a mesma revolução.<sup>72</sup>

Além destes personagens, Cipriano Barata, Francisco Sabino Alves e Joaquim Cândido Soares de Meirelles estavam sob suspeição de haitianismo ou de pertencerem à

---

<sup>67</sup> MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito.* 1. ed. São Paulo: Paco, 2017, p. 164.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 133-134.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 134.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 239.

Sociedade Gregoriana, uma sociedade miscigenada de cunho abolicionista inspirada no nome do abade Grégoire.<sup>73</sup>

Joaquim Cândido Soares de Meirelles era um médico mulato que, ao presenciar um ato de discriminação racial em seu ambiente de trabalho e comentar sobre o mesmo, acabou sendo acusado de haitianismo e de fazer parte da Sociedade Gregoriana. Diversos jornais espalharam por todo o Brasil o boato sobre Meirelles, que teve que publicar jornais defendendo-se das acusações.<sup>74</sup>

Em torno do rumor sobre Meirelles, surgiu uma rede de acusações e rumores que geraram o que Morel chama de “Grande Medo” de uma articulação haitianista.<sup>75</sup> Por causa disso, vários sujeitos foram acusados de haitianismo. No Rio de Janeiro, em maio de 1831, surgiu o rumor de que dois pretos de São Domingos estariam na cidade incitando uma revolução. Nesse processo, o haitiano Moiro foi preso e não negou as acusações.<sup>76</sup>

No mesmo ano, o diplomata francês Edouard Pontois notificou a Paris que haviam dois cirurgiões mulatos, no caso Meirelles e Joaquim José da Silva, incitando a população do Rio de Janeiro e que, Meirelles estava fundando uma sociedade abolicionista, a Sociedade Gregoriana.<sup>77</sup>

Nesse processo, Meirelles se defendeu negando as acusações de haitianismo, por um outro lado, Silva se defendia e acusava Meirelles de fundar a Sociedade. Para se defender do boato, Silva jogou a culpa não apenas seu colega cirurgião, mas também, outros dois cirurgiões: Cipriano Barata e Sabino, acusando-os de haitianismo e de estarem associados à Gregoriana.<sup>78</sup>

Como Cipriano Barata já tinha fama por participar da Conjuração Baiana em 1798 e grande prestígio entre os pardos e pretos, ele foi visto como uma ameaça pelos comerciantes e as autoridades, que acusaram Barata de incitar uma revolução haitianista que proclamassem a república e a liberdade dos escravos. Como resultado, o personagem foi preso e publicou diversos textos negando as acusações. Por sua vez, Sabino também negou as acusações de haitianismo, se defendendo em jornais da época.<sup>79</sup>

Em suma, a Revolução do Haiti foi uma das faces do Constitucionalismo liberal que havia sido utilizado na Revoluções Francesa e nas lutas de Independência

<sup>73</sup> MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista*. Op. cit. p. 236-239.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 240.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 235.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 235-236.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 240.

Estadunidense e Brasileira. Enquanto estes movimentos restringiram a universalidade dos direitos do homem e do cidadão aos homens brancos, a Revolução do Haiti estendeu a ideia de liberdade e igualdade a todos os homens, incluindo os escravizados e pessoas de cor livres.

No Brasil, o movimento da Independência de 1822 e a Constituição de 1824 formaram um Estado Imperial cujo corpo de cidadãos era composto por aqueles que possuíam liberdade e propriedade. Logo, ao reinterpretar o constitucionalismo dando liberdade aos escravizados, a Revolução do Haiti serviu como inspiração para muitos pretos e pardos brasileiros que desejavam ver o fim da escravidão, do tráfico negreiro, ou, a ampliação dos direitos dos homens de cor.

Do medo à movimentação política, o constitucionalismo haitiano teve grandes repercussões no Brasil. Fosse pela acusação de haitianismo, ou, pela real inspiração nas ideias revolucionárias, homens de cor como Mundurucu, Rebouças, Torres Homem, Meirelles e Silva, foram, naquele período, motivados a se posicionar em relação ao sistema escravista e as hierarquias raciais.

Este processo mostra uma das faces da politização social que ocorreu no Brasil entre o século XVIII e início do XIX. O posicionamento político nos jornais, periódicos e discursos não era apenas em relação ao Constitucionalismo ou em relação as formas de governo e seus representantes, mas, sobretudo, em relação a escravidão, sistema que regia a sociedade colonial e que foi renovado sob as bases da modernidade e do constitucionalismo no Brasil independente.

No contexto da década de 1830, as disputas em torno da abrangência da cidadania se tornam mais acirradas. O dilema estava posto: a Constituição de 1824 reconhecia os direitos civis de todos os cidadãos, não compreendendo como tais os escravizados e seus descendentes e mantendo a escravidão.

### **1.6: Silêncio, Vestuário e Ofício: Estratégias de sobrevivência dos pretos e pardos na transição Antigo Regime e Modernidade.**

Nas primeiras décadas do século XIX certa parte da América Portuguesa, transformava-se em Estado Brasileiro este aparelho estatal foi construído deixando para trás alguns aspectos do Antigo Regime e, mantendo outros, ao mesmo tempo em que absorvia princípios da modernidade.

Segundo Hendrick Kraay, no que se refere à classificação racial, uma das características do Antigo Regime abandonadas pelo Estado Imperial Brasileiro foram as

antigas categorias raciais do Exército do século XVIII, influenciando a política racial e a visão de raça na época.

Antes, as Forças Armadas adotaram as categorias preto, para designar escravizados e seus descendentes, pardo, para os mestiços, e branco para os europeus e seus descendentes. No entanto, essa classificação adquiriu uma forma binária, que colocava os pardos e pretos na categoria de “classes de cor” em oposição aos brancos.

De acordo com Kraay, essa classificação racial binária surge como consequência da Era das Revoluções, sobretudo a Revolução Haitiana, que por sua vez, abalaram a confiança da classe senhorial brasileira nas categorias e valores do Antigo Regime, exceto a escravidão. O medo das “classes de cor” levou a classe senhorial a pensar em estratégias de branqueamento da sociedade, o que por fim gerou o racismo científico e as políticas de imigração.

No entanto, apesar da concepção binária das raças ser existente entre a classe senhorial e presente em suas políticas, havia um relacionamento nem sempre concordante entre as categorias e hierarquias raciais impostas pelo governo e, a experiência dos indivíduos em relação a classificação racial.

Por isso, veremos diferentes formas de classificação racial no século XIX, indivíduos eram chamados ou, se chamavam de pretos, pardos, mulatos, cabras, bodes, portugueses, brasileiros, brancos, entre outros termos. A experiência dos indivíduos com as categorias raciais ia da injúria ao silêncio sobre a própria cor. Naquele momento, muitas concepções sobre raça estavam em construção e debate, inclusive, a concepção de que a cor não passava de uma “qualidade accidental” e que, portanto, não deveria ser elemento de diferenciação entre os indivíduos, o que colocava em xeque as hierarquias sociais da época.

No início do século XIX, apesar de terem seus direitos reconhecidos constitucionalmente, na prática, as pessoas de cor tinham seus direitos de ir e vir dependentes do reconhecimento de sua condição de liberdade. Em outras palavras, todos os negros eram considerados suspeitos de serem escravizados fugitivos, até que apresentassem provas de sua liberdade.

Por conta desta realidade, muitos homens e mulheres de cor começaram a utilizar ferramentas e tomar medidas de distinção social, afim de se distanciar da escravidão. Uma dessas medidas foi o silenciamento da própria cor. Muitos brasileiros afrodescendentes escolhiam não declarar sua cor e faziam questão de que ela não fosse declarada por terceiros.

De acordo com Hebe Mattos<sup>80</sup>, esse “silenciamento” da cor, fazia parte de uma proposta adotada por muitos negros no início do século XIX. Para a autora, esta foi uma das formas específicas de racialização da disputa por cidadania, na qual os sujeitos de cor livres reclamavam a igualdade entre todos os cidadãos livres, eliminando a categoria “cor” usada para distingui-los. Esse processo, implicava o silenciamento da cor destes personagens, muitas vezes, exercido por eles mesmos, que não se declaravam homens de cor.<sup>81</sup>

Segundo Mattos, o silenciamento da cor foi uma reivindicação politizada e, por vezes, violenta, usada por pessoas de cor livres como estratégia para obterem acesso a cidadania que lhes foi negada. O próprio Torres Homem, nunca se declarou homem de cor e defendia que a cor da pele das pessoas não tinha relação com sua capacidade intelectual e seu talento, aspectos que, para ele, deveriam ser considerados ao classificar os indivíduos no lugar de categorias raciais.

Além de Torres Homem, outros homens de cor também não se declaravam como tal, entre eles: o médico Joaquim Saldanha Marinho. Haviam também, jornais da chamada “imprensa negra” tais como: *O Homem de Côn*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*, que também defendiam a igualdade de todos os cidadãos brasileiros, independentemente da cor, declarando que a cor não deveria criar diferenças entre homens livres.<sup>82</sup>

Além disso, os sujeitos de cor livres também se opuseram ao uso dos termos que faziam referência a sua cor como “mulato”, “de cor”, “cabra”, “bode” e “preto”, também criticando os censos que estabeleciam categorias de cor entre pessoas livres, ocorrendo também, diversas revoltas contra o registro da cor nos registros civis e eclesiásticos.<sup>83</sup>

O silenciamento sobre a própria cor, bem como, a luta para que a categoria “cor” não fosse mais elemento de diferenciação entre homens livres, ajudavam os homens de cor livres a se distanciarem do mundo da escravidão, os colocando em pé de igualdade em relação aos homens brancos livres.

Na realidade material, outros recursos eram usados pelos homens e mulheres de cor livres para destacarem sua condição de liberdade, como a vestimenta e a profissão. O início do século XIX é marcado por mudanças e continuidades em relação ao Antigo

<sup>80</sup> MATTOS, Hebe. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*. Op. cit. p. 360.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 359- 360.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 359.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 340.

Regime. Um dos fragmentos que a sociedade setecentista deixou no início da modernização do Brasil foram as hierarquias sociais e raciais.

Segundo Silvia Lara Hunold<sup>84</sup>, a sociedade setecentista era marcada pela ostentação pública do lugar ocupado por cada sujeito na hierarquia social, daí a importância das marcas físicas, ceremoniais e visuais da nobreza de um indivíduo, tais como os brasões, o vestuário, os gestos e as formas de tratamento. Em uma sociedade em que a maioria da população era analfabeta, os recursos estéticos e as ceremonias foram usadas como forma de fazer saltar aos olhos de todos os privilégios e as diferenças sociais.<sup>85</sup>

No século XIX, apesar do Constitucionalismo pressupor a igualdade entre os homens, ainda haviam resquícios da cultura setecentista que se baseava na diferença. Além disso, a existência do sistema escravista, criava, por si só, um ambiente de hierarquização dos sujeitos, além de representar um problema para aqueles que precisavam afirmar sua condição de liberdade e não serem confundidos com os escravizados.

Diante disso, muitos homens e mulheres livres de cor usavam os recursos visuais como forma de reafirmar sua liberdade diante da sociedade. No século XVIII, haviam leis que proibiam mulheres de cor de usarem sedas e ouro e homens de cor de portarem armas, na mesma época, o Conselho ultramarino sugeriu ao Rei medidas contra o luxo de mulatas e mulatos. Estas proibições remetiam ao temor das autoridades de que as hierarquias sociais se tornassem confusas, já que escravizados e pessoas de cor podiam se vestir da mesma forma que brancos e nobres.<sup>86</sup>

No século XIX, podemos notar que muitos homens de cor usavam a patente militar como forma de distinção social. Por isso, além de muitos destes sujeitos terem orgulho de se declarar membros das Milícias dos Homens Pretos e Pardos, muitos outros lutaram pela inclusão dos homens de cor na Guarda Nacional. Em meio a esta luta pela inclusão, temos a famosa frase de Rebouças “todo preto e pardo pode ser general”.

Portar uma farda, ter uma patente militar, participar em lutas pela causa nacional, todos estes eram recursos utilizados por sujeitos que buscavam afirmar sua igualdade em relação aos demais homens livres, através de seu mérito. Basta ver as ilustrações dos membros das Milícias dos Homens Pretos ou Pardos para perceber como as fardas, as

<sup>84</sup> LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas*. Op. cit. Passim.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 93-97.

armas e as comendas se impunham diante de qualquer um que desejasse questionar sua liberdade.

Destacavam-se também, as vestimentas dos homens de cor que ingressavam aos cargos públicos. Em fotografias ou ilustrações de Torres Homem, podemos vê-lo usando roupas de nobre, bengala, óculos de cristal e até perucas. Outros personagens como Paula Brito e a família Rebouças aparecem nos retratos sempre mais que bem vestidos.

Uma outra ferramenta de diferenciação era a língua, especificamente o “falar bem” e saber escrever a língua portuguesa. Após a Independência, a língua portuguesa teve papel importante na construção da nacionalidade brasileira, sendo considerada a língua civilizada e, portanto, oficial. De acordo com Ivana Stolze, o século XIX foi um momento essencial de elaboração simbólica da nacionalidade linguística, sendo assim, a língua portuguesa era propagada na imprensa e na literatura.

Segundo a autora, ao estabelecerem a língua nacional, as autoridades da época também definiram o que não era considerado correto de acordo com esta língua. Um exemplo citado por Stolze é a obra do Visconde da Pedra Branca que diferenciava a língua portuguesa do idioma brasileiro, nesta obra, o autor aponta as influências africanas no idioma, as concebendo como uma corrupção da língua portuguesa.

Por isso, saber falar e escrever a língua portuguesa de acordo com os padrões da classe dirigente, era um elemento de diferenciação numa sociedade que condenava qualquer resquício de africanidade na língua.

O uso da língua como forma de diferenciação social por pessoas de cor do século XIX é evidenciado nas descrições que os proprietários davam de escravizados fugitivos. Muitos senhores eram insistentes em descrever as capacidades linguísticas de seus escravos, pois o fato de falarem ou escreverem corretamente a língua portuguesa e até outras línguas, podiam levar outras pessoas a crerem que eram livres.

Assim, descrições de proprietários em relação ao uso correto da língua de escravizados fugitivos como; “fala corretamente o português”, “fala bem”, “bem falante”, “sabe ler e escrever”, “fala desembaraçada”, “fala explicada/inteligível”, se unem a descrições acerca da beleza e do bem vestir destes escravizados, expressões como “bem feito”, “bonito(a)”, bonito de cara”, eram usadas pelos senhores para descrever a aparência de suas propriedades.

Logo, a ênfase dos senhores na descrição da boa aparência, comportamento e habilidades linguísticas dos escravizados fugitivos demonstram como as pessoas de cor

utilizavam a vestimenta, a língua e até a aparência como forma de afirmar uma condição de liberdade.

Além de procurarem se destacar pela vestimenta, aparência, linguagem e pelas patentes militares, os pardos e pretos também usaram como estratégia de ascensão social, para então, se diferenciarem dos escravizados, o ofício ou profissão. De acordo com Manoel Querino<sup>87</sup>, no Antigo Regime o trabalho mecânico era mal visto pelos brancos, concepção que, no início do século XIX ainda estava muito presente na sociedade, mesmo com a iminência da industrialização.

Segundo Querino, os pardos e pretos livres aproveitaram-se dessa concepção para exercer funções mecânicas que os escravizados não exerciam por não terem formação ou conhecimento técnico para tal e que boa parte dos brancos rejeitavam por considerarem infamante a sua nobreza. Por isso, na virada do século XVIII para o XIX, surge uma grande quantidade de pretos e pardos que exerciam os ofícios de médicos, professores, advogados, farmacêuticos, jornalistas, tipógrafos, boticários, entre outros.

Através desses ofícios, muitas pessoas de cor conseguiram acumular prestígio para ocuparem cargos na administração do Estado, ou obter propriedades de terra, os dois ramos predominantemente ocupados pela população branca da época, a classe senhorial.

Homi Bhabha chamou esse fenômeno de “mímica” e explicou como essa “mímica” revela a ambivalência do sistema colonial. Para o autor, o sistema colonial impôs ao Novo Mundo os seus valores, crenças, línguas, bem como, padrões estéticos, raciais e de comportamento como forma de trazer a civilização ao mesmo, por um outro lado, para se adequarem a estes padrões civilizatórios, os colonizados deixam de lado seu próprio sistema cultural e religioso e imitam o que lhes foi imposto.<sup>88</sup>

Portanto, para Bhabha, a “mímica” é “uma estratégia complexa de reforma, regulação, e disciplina, que “se apropria” do *outro* ao visualizar o poder.”<sup>89</sup> Através da mímica, muitos colonizados conseguem ser inseridos no sistema colonial, atuando como tradutores culturais em funções intermediárias como: professores, jornalistas, tradutores, escritores, médicos e advogados.

Entretanto, a mímica envolve uma ambivalência: apesar do colonizado ser “aceito” por imitar bem o colonizador europeu, ele nunca será igual a ele, sobretudo num

<sup>87</sup> QUERINO, Manuel. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018. v. 5.

<sup>88</sup> BHABHA, Homi. Op. cit. p. 126.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 126.

sentido humano, pois o colonizado não é completamente humano. Por isso, Bhabha afirma que “a mímica colonial é o desejo por um *outro* reformado e reconhecível, como um sujeito de diferença que é quase o mesmo, mas não exatamente.”<sup>90</sup>

Para Bhabha, o sistema colonial depende da diferenciação e estratificação dos indivíduos, porém, a mímica revela sua ambivalência justamente neste aspecto: o fato de que os colonizados se vêem forçados a mimetizar costumes para alcançar os altos padrões de civilização europeia e, ainda sim, não serem considerados humanos, já mostra a contradição da ideologia colonial.<sup>91</sup> Pois, se não são tão humanos e superiores como os europeus, como conseguem reproduzir perfeitamente seus comportamentos? Como conseguem falar, ler e escrever corretamente seus idiomas? Como são capazes de compreender e reproduzir seus sistemas religiosos e políticos?

É na provocação destes questionamentos que a mímica zomba do sistema colonial. Logo, ao pensarmos em pessoas escravizadas que falavam e escreviam tão bem o idioma do colonizador que levavam outras pessoas a crerem em sua liberdade, pensamos na ambivalência da mímica colonial. Ao pensarmos nas pessoas de cor do século XIX que eram capazes de adquirir uma formação intelectual que os qualificava para se tornarem funcionários da classe senhorial e intermediários culturais da mesma, a ironia da mímica colonial se torna evidente: ao imitar comportamentos impostos, o colonizado ajudava a manter o sistema colonial, ao mesmo tempo que expunha a sua total incoerência.

O personagem central desta pesquisa, Francisco Salles Torres Homem é perpassado por todos esses aspectos que marcavam a sociedade brasileira do século XIX. Ele vivenciou os impactos da Era das Revoluções e das Independências do Brasil e Estadunidense na sua realidade e estava inscrito numa sociedade em que elementos do Antigo Regime e da ordem colonial, coexistiam com elementos da Modernidade e do império independente.

Por isso, através do jornal *O Independente* é possível visualizar como este jovem de cor compreendia a sua realidade. Os temas contextuais que discutimos brevemente dentre eles: os ideais iluministas e liberais, a interpretação dos processos de Independência e sobre as Revoluções, assim como, o Constitucionalismo, a escravidão, o tráfico negreiro e a discussão sobre o mérito e a cor são todos assuntos tratados no primeiro jornal publicado por Torres Homem.

---

<sup>90</sup> BHABHA, Homi. Op. cit. p. 126.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 127.

## CAPÍTULO 2: FRANCISCO SALLES TORRES HOMEM: A TRAJETÓRIA DE UM INTELECTUAL MULATO.

### 2.1: Um mestiço nascido na cidade mestiça:

Francisco Salles Torres Homem nasceu no dia 29 de janeiro de 1812 no Rio de Janeiro, na época, o Rio já havia deixado de ser apenas uma cidade dominada por um vice-rei e se tornado a sede do Império Português. Nessa época, a população da Corte recebeu, junto à família real 10.000 portugueses, dentre eles a nobreza e os funcionários públicos<sup>92</sup>.

A partir de 1808, não apenas nobres portugueses imigravam ao Brasil, mas também outros europeus, sobretudo ingleses, e diferentes tipos de trabalhadores vieram em busca de melhores condições de vida, ou enriquecimento. Naquela época, a fisiocracia pregava a importância do uso da terra para o enriquecimento e o alcance do progresso o que somado às descrições da riqueza e o potencial agrícola e ambiental da colônia, incentivaram a imigração de europeus que buscavam explorar as oportunidades de enriquecimento no Novo Mundo<sup>93</sup>.

Assim, em 1808, junto a nobreza que se instalava temporariamente nas casas de moradores locais, até que se construíssem os palácios e palacetes, se apertavam na Corte os trabalhadores livres europeus em busca de oportunidades, os viajantes, os geógrafos, artistas e naturalistas que vinham explorar as paisagens da América Portuguesa.

Aos poucos, o Rio de Janeiro foi tomando a forma de seu novo status de capital do Império, o espaço urbano foi sendo transformado com a construção e o alargamento de estradas, a pavimentação, a iluminação pública, o investimento em saneamento, o abastecimento de água potável. A cidade que antes era um pequeno espaço rural entre o mar e as montanhas, foi ganhando uma nova estrutura, mais urbana e mais parecida com as cidades europeias<sup>94</sup>.

---

<sup>92</sup> MEIRELLES, J.G. *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)*. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, p. 12.

<sup>93</sup> BARREIRO, José Carlos. O botânico George Gardner e suas impressões sobre a cultura escrava no Brasil: Rio de Janeiro, 1810-1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p. 567-584.

<sup>94</sup> MEIRELLES, J. G. Op. cit. p. 11.

Esse crescimento urbano, se refletiu num crescimento demográfico. A população do Rio de Janeiro teve um grande aumento entre 1808 e 1821, no ano da chegada da Família Real e da Corte, o Rio tinha 60.090 habitantes, já em 1821, o número de habitantes chegou a 79.321. De acordo com John Luccock<sup>95</sup>, em 1808, os sessenta mil habitantes estariam divididos em:

- 1.000 relacionados por várias formas com a Corte.
- 1.000 funcionários públicos.
- 1.000 que em geral residiam na cidade, mas tiravam seu sustento principalmente das terras da vizinhança e de navios.
- 700 padres residentes.
- 500 advogados.
- 200 que praticavam a medicina.
- 40 negociantes regulares.
- 2.000 retalhistas de variadas espécies.
- 4.000 caixeiros, aprendizes e criados de lojas.
- 1.250 mecânicos.
- 100 taberneiros, vulgarmente chamados vendeiros.
- 300 pescadores.
- 1.000 soldados de linha.
- 1.000 marinheiros pertencentes ao porto.
- 1.000 negros forros.
- 12.000 escravos.
- 4.000 mulheres como chefes de família.<sup>96</sup>

Somados a eles, estavam as 29.000 crianças e 16.000 estrangeiros. Esta população se espalhava pelas freguesias de Santa Rita, Sé, Candelária, São José, Candelária e Engenho Novo<sup>97</sup>. Como demonstrado por Luccock, a massa trabalhadora carioca era composta por uma parcela de trabalhadores livres, sendo eles imigrantes europeus brancos, ou, pessoas de cor livres.

Os trabalhadores livres mais pobres disputavam oportunidades no tráfico negreiro, no comércio e nas fábricas inglesas que chegavam na época. Já os que possuíam certo pecúlio e formação intelectual, iam para os cargos administrativos do Estado ou, se juntavam por matrimônio às famílias de proprietários de terra.

Enquanto portugueses, ingleses e brasileiros se acotovelavam num mercado de trabalho pequeno, africanos eram trazidos em massa para o trabalho braçal nas lavouras e nas obras públicas. A necessidade de reformar o espaço público carioca, construindo

---

<sup>95</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*: Tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A, 1942, p. 29.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 29.

espaços de sociabilidade para a classe senhorial levou a um aumento considerável do tráfico negreiro a partir de 1808<sup>98</sup>.

Como consequência, a Corte se tornou uma “cidadela portuguesa”<sup>99</sup>, cercada por um campo negro, uma “cidade mestiça”<sup>100</sup>, na qual as cores e as hierarquias se confundiam. Pretos, pardos e brancos circulavam pelo espaço público reivindicando seus lugares na hierarquia social por meio de elementos visuais e linguísticos.

Se para os brancos, a condição liberdade era óbvia, a de nobreza, bem como, de pureza de sangue, deveria ser ostentada por meio da vestimenta, dos títulos e do sobrenome. Por sua vez, os pretos eram associados automaticamente a escravidão, de maneira que, os pretos forros precisavam de uma série de recursos para provar sua liberdade diante da sociedade<sup>101</sup>. Daí, surgem as Milícias dos Homens Pretos, que melhoravam a visão da sociedade sobre estes homens pretos que portavam comendas e condecorações militares, além da farda e do prestígio que vinha de pegar em armas pelo país.

No que se refere aos pardos, imperava a ambiguidade, de modo que estes sujeitos precisavam utilizar todos os recursos possíveis para se afastar da escravidão<sup>102</sup>. Se o escravizado andava descalço, com vestes rasgadas, os pardos livres buscavam andar bem vestidos. Os pardos livres também buscavam ter uma ocupação que lhes desse prestígio e pecúlio, ingressando as ordens militares e religiosas, ou, exercendo profissões liberais de botânicos, professores, médicos e advogados. Os pardos livres buscavam falar e escrever bem o português para diferenciar-se, também falavam outras línguas, formavam-se em universidades locais e no exterior. Usando todos os recursos possíveis para demarcar sua diferença em relação aos escravizados.

Não apenas os homens de cor, mas também, as mulheres utilizavam os recursos estéticos e linguísticos para afirmar sua condição de liberdade. As escravizadas de ganho, ou mulheres negras libertas que atuavam no comércio, portavam joias para simbolizar sua

<sup>98</sup> SANTOS, Ynaê Lopes dos. Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. *Almanack*, Guarulhos, n. 24, ed. 519, p. 1-31, 30 abr. 2024.

<sup>99</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Orientador: Robert Wayne Slenes. 1997. 550 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997, p. 218.

<sup>100</sup> Termo utilizado por Jean-Baptiste Debret para descrever o Rio de Janeiro do início do século XIX.

<sup>101</sup> LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas*. Op. cit. p. 124-127.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 147.

condição de mercadora, ou de livre. Andavam calçadas, com roupas de veludo e seda, portavam brincos, anéis e cordões que poderiam ser de ouro.<sup>103</sup>

O “luxo” das crioulas e mulatas preocupava as autoridades coloniais e religiosas, por ser uma forma de confundir a hierarquia imposta, de modo que, ainda no século XVIII, o bispo do Rio de Janeiro reclamava ao Rei que proibisse o uso de seda e ouro pelas escravizadas. Em 1709, o Conselho Ultramarino discutia como a vestimenta luxuosa de negros e mulatos na colônia poderia ser um prejuízo ao bem público.<sup>104</sup>

Esta preocupação reflete a necessidade que as autoridades coloniais tinham de tornar as diferenças entre os indivíduos mais clara para justificar a escravidão e as ideias de pureza racial. Entretanto, como demonstrado previamente, a mímica que os negros faziam da cultura europeia, usando as mesmas vestes, falando a mesma língua e sendo capazes de ocupar os mesmos ofícios militares, religiosos e civis, escancarava a incoerência e a falibilidade das ideias que sustentavam o sistema colonial.<sup>105</sup>

Rio de Janeiro, a cidade mestiça, na qual brancos, pretos e pardos dividiam um espaço público cultural, religioso e etnicamente plural, na qual os lugares sociais se confundiam e as hierarquias do Antigo Regime eram cotidianamente postas em questão por pessoas de cor que ultrapassavam as barreiras de ascensão social impostas pelo sistema escravista, na qual a economia girava em torno da mão de obra escrava, que por sua vez, ocasionava um grande crescimento demográfico e urbano. Foi neste local que o Padre Apolinário Torres Homem conheceu a mulata forra Maria Patrícia, união da qual Torres Homem foi o fruto.

## 2.2: A “vil” origem de Torres Homem:

Não foi possível encontrar o registro de batismo de Torres Homem, ou de matrimônio de seus pais, entretanto, biógrafos e jornais contemporâneos afirmam que Torres Homem era filho legítimo de Maria Patrícia da Conceição e do Padre Apolinário Torres Homem. Nos mesmos registros encontramos a descrição da origem de seus pais.

Em 1848 o jornal *A Contrariedade Pelo Povo*<sup>106</sup> publicou a genealogia de Torres Homem afim de escarrecê-lo por sua origem “infame”. Apesar de ter sido exposta com a intenção de ofender o personagem, tanto outros jornais, quanto biógrafos confirmaram a

<sup>103</sup> TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de Crioulas: Subversão e Poder no Brasil Colonial. *Antiteses*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 829-856, 1 dez. 2017. p. 832.

<sup>104</sup> LARA, Silvia Hunold. Op. cit. p. 98.

<sup>105</sup> BHABHA, Homi. Op. cit. Passim.

<sup>106</sup> *A Contrariedade Pelo Povo*. Rio de Janeiro, n.1, 13 de março de 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 18 dez. 2024. p. 1.

história da origem de Torres Homem. O próprio Torres Homem também nunca desmentiu as afirmações sobre sua origem.

Na *Contrariedade*, a genealogia de Torres Homem começa em Eva, creoula, escravizada natural de Taubaté, que deu à luz a uma filha mestiça chamada Anna, sendo compradas pelo negociante José Francisco Cardoso e trazidas para o Rio de Janeiro. No Rio, Eva recebeu novo nome de Eva da Serra, pois já havia uma escravizada com o mesmo nome e também creoula.<sup>107</sup>

A filha de Eva, Anna deu à luz a uma “parda muito clara” chamada Maria Patrícia e, anos depois à Manoel, também pardo. Em 1805, Cardoso faleceu deixando todos os escravizados forros, com isso a família de libertos mudou-se para o Beco do Fisco.<sup>108</sup>

Com suas cartas de alforria em mãos, Eva, Anna, Maria Patrícia e Manoel puderam viver de seu próprio trabalho. Pouco tempo depois, a matriarca Eva e seu neto Manoel morrem. Deixando Anna e Maria Patrícia sozinhas. No jornal, Maria é retratada como uma jovem que vivia às custas de seus parceiros, na prostituição seu apelido era Maria você me Mata (*A Contrariedade Pelo Povo*, 1848, n. 1, p. 1). Alguns biógrafos como João Manuel (1895, p. 91) e Hélio Vianna (1968, p. 354) e Magalhães Junior (1956, p. 10-11), afirmam que Maria Patrícia era uma mulher preta forra que trabalhava como quitandeira no Largo do Rosário, já o jornal *O Caboclo* (1849, n.5, p. 4), confirma que Torres Homem era resultado da Luxúria de um padre corrupto – seu pai.

Além de dizer que Maria Patrícia era prostituta, o autor da *Contrariedade Pelo Povo* também acusou a mesma de ser ladra e, segundo o jornalista, foi desta forma que ela conheceu o padre Apolinário Torres Homem, o pai de Torres Homem. A acusação do jornal é de que os dois eram parceiros amorosos e criminosos, que viviam praticando “ladroeiras”, ambos não eram casados no papel – o que explica a falta de registro do matrimônio – mas viviam publicamente como tal.<sup>109</sup>

Não encontramos outras fontes que confirmem o ofício de Maria Patrícia, os biógrafos dizem que ela era quitandeira, e os jornais, prostituta. Como os jornais tinham o interesse de caluniar e ofender Torres Homem, devemos desconfiar de suas acusações. No entanto, se ela fosse quitandeira, como os biógrafos apontam, ela teria uma condição de vida bem melhor.

---

<sup>107</sup> *A Contrariedade Pelo Povo*. Rio de Janeiro, n.1, 13 de março de 1848. p. 1.

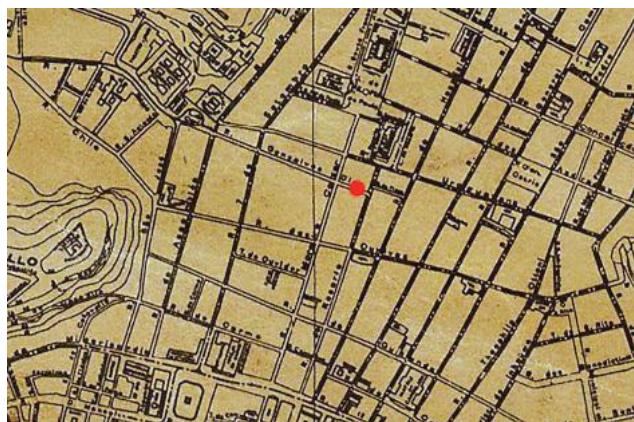
<sup>108</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 3.

As quitandeiras poderiam ser escravizadas ou libertas, as primeiras, eram obrigadas a ceder uma quantia pré-estabelecida de seu ganho ao seu proprietário, podendo acumular o resto para si. Já as libertas, como era o caso de Maria Patrícia, poderiam desfrutar integralmente de seu próprio ganho, sem ter de pagar a um senhor. Apesar disso, libertas ou escravizadas, as quitandeiras desempenhavam a mesma função social, atuando no ramo da venda dos produtos alimentícios e, sendo sujeitas aos mesmos preconceitos.<sup>110</sup>

Segundo Péres<sup>111</sup>, no século XIX havia uma representação praticamente universal das quitandeiras como mulheres escandalosas, imorais e inconvenientes. Apesar do preconceito, as quitandeiras conquistaram um lugar de grande importância no comércio das grandes cidades do Brasil, seu ofício, permitia não apenas obter o necessário para sua sobrevivência, como também, acumular certa fortuna.<sup>112</sup>

O padre Apolinário de Salles Torres Homem vinha de outro mundo. Nascido no Rio de Janeiro, o jovem Apolinário estudou no seminário da Lapa, se tornando mestre gramática latina, porém foi recrutado para o regimento de Bragança, do qual desertou um tempo depois. Retornando de Lisboa, Apolinário resolveu exercer a carreira sacerdotal no



Rio de Janeiro, seu requerimento do uso das ordens foi negado pelo Bispo José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, mas tendo ele falecido em 1805, o vigário geral e governador do bispado, Villas Boas, lhe deu permissão de usar as ordens.<sup>113</sup>

Figura 1- Mapa da Rua dos Latoeiros<sup>114</sup>

<sup>110</sup> SOARES, C. M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, 19 jan 1996.

<sup>111</sup> PÉRES, Maria Luiza. Quitandeiras e domésticas na Desterro do século XIX (1835-1870): os mundos do trabalho e suas representações. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, ano 2021, v. 15, ed. 1, 2 fev. 2023.

<sup>112</sup> SOARES, C. M. Op. cit. p. 59.

<sup>113</sup> *A Contrariedade Pelo Povo*. Rio de Janeiro, n.1, 13 de março de 1848. p. 3.

<sup>114</sup> Informações e imagem retiradas do site da Biblioteca Nacional, na página que descreve o endereço da Tipografia Econômica, Rua dos Latoeiros, número 34. Disponível em:

Segundo o jornal, Maria Patrícia da Conceição e o Padre Apolinário Torres Homem viviam como casados na rua dos Latoeiros na casa de número 34, imóvel que na década de 1850 pertencia à Tipografia Econômica. A rua recebeu esse nome devido a grande quantidade de artesãos que trabalhavam com cobre e latão que ali viviam e trabalhavam.

Em 1810, o casal teve a primeira filha, Apolinária Maria da Conceição, dois anos depois, tiveram Francisco Salles Torres Homem. Não há registros do casamento de Apolinário e Maria Patrícia, o que reafirma o argumento do redator da *Contrariedade* de que o casal apenas vivia como se fossem casados, mas não eram oficialmente. Além disso, não foram encontrados registros de batismo de Torres Homem ou de sua irmã.<sup>115</sup>

No entanto, ao registrar seus filhos ao contrário de Torres Homem que não mencionou os nomes dos avós paternos, sua irmã, Apolinária Maria, registrou no batismo de seu filho, o nome dos avós Apolinário Torres Homem e Maria Patrícia da Conceição, da qual herdou o sobrenome.<sup>116</sup>

Nesse sentido, ao contrário de seus filhos, o sobrinho de Torres Homem, João da Silva Torres Neto, carregou em seu registro de batismo, o nome dos avós. Portanto, o registro de João da Silva Torres Neto comprova a existência da família de Torres Homem, compreendida por seus pais, Apolinário e Maria Patrícia, sua irmã Apolinária e, ele mesmo.

Quando Torres Homem nasceu, aos 29 dias no ano de 1812, na época, o Rio de Janeiro já havia se consolidado como centro administrativo e político do Império Português, a cidade já havia se adaptado a presença da nobreza e da família real, passando por um processo de urbanização, bem como, de mudanças econômicas e culturais, administrativas e políticas.

<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/tipografias/typographia-economica/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

<sup>115</sup> Após pesquisar nos registros de batismo das principais igrejas do Rio de Janeiro do século XIX, não encontrei o registro de batismo de Francisco Salles Torres Homem ou de sua irmã Apolinária Maria da Conceição. Ao pesquisar nos mesmos acervos, também não encontrei registros de casamento de Apolinário e Maria Patrícia. No entanto, um registro de batismo de um homem chamado João da Silva Torres Neto, contém o nome de sua mãe Apolinária Maria da Conceição e de seus avós maternos, Maria Patrícia da Conceição e Apolinário Torres Homem. Sendo este, o sobrinho de Francisco Salles Torres Homem.

<sup>116</sup> O registro de batismo de João da Silva Torres Neto, filho de Apolinária Maria da Conceição e, sobrinho de Francisco Salles Torres Homem se encontra disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KVSM-6D?i=320&cc=1719212>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Em 1812, a cidade já contava com novas freguesias, um porto aberto ao comércio internacional que criou uma classe comerciante emergente, novos casarões e palácios comportavam as famílias da Corte e a família Real. Espaços de entretenimento e sociabilidade foram construídos para abarcar essa classe, surgindo as bibliotecas, os jardins, os teatros e os cafés. Para a instruir a sociedade de acordo com as crenças e saberes da nobreza, a Imprensa Régia publicava em seu jornal relatórios sobre os bailes e outras cerimônias reais, além de livros de caráter religioso.

Por um outro lado, enquanto a cidade se enchia de administradores, nobres e comerciantes, ela também continuava a se encher de escravizados trazidos de África e, de mestiços frutos da mistura colonial. Torres Homem era um mestiço, fruto da união de um padre e uma quitandeira. De uma mulher parda e de um homem cuja cor não é registrada – presumindo a branquitude. De uma pessoa marginalizada, que descendia de escravizados e vivia do próprio trabalho e, de uma pessoa que fazia parte do sistema colonial, sendo membro do clero e, portanto, desfrutando dos privilégios que seu título de padre o concedia.

Os biógrafos<sup>117</sup> relatam que Torres Homem vinha de uma família modesta, humilde. Já o jornal *A Contrariedade Pelo Povo*<sup>118</sup>, afirma que seus pais eram ladrões. Porém, estes registros precisam ser vistos com certa desconfiança, sobretudo, porque, como quitandeira livre, a mãe de Torres Homem não tinha que dividir seus ganhos com nenhum senhor, podendo acumular o produto de seu trabalho de forma mais livre. No que se refere ao seu pai, os padres recebiam cerca de 200\$00 anuais do governo português, a chamada côngrua, o que não era considerado um valor alto na época, mas poderia ajudar a família.<sup>119</sup>

No século XVIII, para ingressar ao clero os sujeitos passavam por um “longo processo de avaliação de sangue, da vida e dos costumes”<sup>120</sup>. Os candidatos ao clero deveriam ter uma boa reputação familiar, sangue puro – sem misturas raciais com mouros, judeus ou negros, além de uma renda mínima.<sup>121</sup> No entanto, haviam brechas nesse

<sup>117</sup> Os biógrafos de Torres Homem em questão são: Hélio Vianna, Padre João Manoel e Magalhães Junior. Tomamos como fontes as seguintes biografias: VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968; MANUEL, João. *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República*. Amparo: Correio Amparense, 1894; MAGALHÃES JUNIOR, R. *Três panfletários do Segundo Reinado*: Francisco Salles Torres Homem e o “Libelo do Povo”, Justiniano José da Rocha e “A conferência dos divinos”. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1956.

<sup>118</sup> *A Contrariedade Pelo Povo*. Rio de Janeiro, n.1, 13 de março de 1848. p. 3.

<sup>119</sup> LIMA, L. L. G. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *SÆculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 30, 30 jun. 2014. p. 50.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 167.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 167.

sistema, uma vez que existiam diversos padres pardos e pretos, que nem sempre, tinham boas condições financeiras. Como exemplo, o Padre José Maurício, filho de dois pardos libertos, neto de uma africana, que obteve a dispensa de impedimento da cor, e ingressou ao clero.<sup>122</sup>

Logo, não se sabe se, ao ingressar o clero, o jovem Apolinário Torres Homem atendia aos requisitos de “pureza racial”, nem de renda, uma vez que não encontrei registros de sua origem familiar, ou, de sua cor.

Entretanto, o pai de Torres Homem tinha má-fama por ter rompido o celibato em seu relacionamento com Maria Patrícia. Portanto, os filhos deste relacionamento eram considerados sacrílegos, frutos do pecado de um padre.

Francisco Salles Torres Homem nunca mencionou sua origem, mas sempre foi “assombrado” por ela, através da exposição da mesma em jornais de oposição que o chamavam de “fruto da luxúria”<sup>123</sup> e de um “infame e sacrílego concubinato”<sup>124</sup>, um sujeito de origem maculada.

Dessa forma, assim como o personagem, algumas biografias ocultaram esta parte de sua trajetória, retratando Torres Homem apenas como um grande médico e publicista brasileiro, sem cor, pais e origem, como o próprio se apresentava diante da sociedade. Outras, como este trabalho, resolveram ver o Visconde para além da profissão e da política, considerando sua cor e origem elementos importantes em sua trajetória, porém não mais como fatores negativos que maculavam o caráter do personagem.

### **2.3: Torres Homem, o jovem acadêmico de medicina:**

Torres Homem realizou os estudos primários de latim, francês, filosofia moral e racional, retórica e matemáticas elementares<sup>125</sup>. Depois disso, o jovem Torres Homem ingressou a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, estudando com Gonçalves de Magalhães, futuro colega no jornalismo<sup>126</sup>. Em 1832, aos 19 anos, Torres Homem já havia

<sup>122</sup> OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Trajetórias de clérigos de cor na América Portuguesa: catolicismo, hierarquias e mobilidade social. *Revista Andes*, Argentina, v. 25, jun 2014.

<sup>123</sup> *O Caboclo*. Rio de Janeiro, n. 5, 3 de março de 1849. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 18 dez. 2024. p. 4.

<sup>124</sup> *A Contrariedade Pelo Povo*. Rio de Janeiro, n.1, 13 de março de 1848. p. 3.

<sup>125</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *Suplemento do ano biográfico*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1880. v. 1. p. 419.

<sup>126</sup> PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 34.

se formado na Academia quando esta foi convertida em Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.<sup>127</sup>

A formação das instituições de Ensino Superior no Brasil está ligada ao conjunto de instituições inauguradas a partir da chegada da Família Real em 1808, sob a necessidade de formar profissionais para os serviços públicos. As Academias Médico-Cirúrgicas foram inauguradas no Rio de Janeiro e em Salvador. A partir de 1820, para ingressar às Academias, era exigido o conhecimento da língua francesa, portuguesa e de lógica, bem como, o pagamento de uma taxa de matrícula.<sup>128</sup>

O curso tinha duração de cinco anos, então, para estar formado aos 19 anos, Torres Homem deveria ter ingressado aos 15, o que era totalmente viável, já que a idade de ingresso exigida era de 14 anos. A estrutura curricular era a seguinte: no primeiro ano, cursava-se anatomia; no segundo, fisiologia e patologia; no terceiro, matéria médica, higiene geral e particular e terapêutica geral; no quarto ano, instituições cirúrgicas e medicina operatória; no quinto, medicina clínica e nosografia médica. Além disso, os alunos também deveriam frequentar aulas de química e botânica.<sup>129</sup>

Entretanto, a partir de 1826, um Decreto Imperial estabeleceu a autonomia das Academias Médico-Cirúrgicas, dando a elas a liberdade para conceder os dois tipos de diploma: o de cirurgião formado e o de aprovado.<sup>130</sup> O primeiro era concedido àqueles que concluíram o curso, mas que precisavam cursar novamente as disciplinas do quarto e quinto ano. Já os segundos, recebiam o diploma apenas por finalizar o curso, estando habilitados para realizar curas de cirurgia e de medicina, bem como, tratar enfermidades nos locais onde não houvessem médicos licenciados por universidades europeias. Com essa mudança, as academias tinham maior autonomia em relação à Coimbra, mas essas medidas também geraram revoltas nos médicos portugueses antes únicos detentores do privilégio de exercer a medicina.<sup>131</sup>

Com a Independência do Brasil em relação a Portugal, as Academias Médico-Cirúrgicas foram sendo cada vez mais reformadas para adequar-se ao novo contexto político do país, para isso, resquícios da Velha Ordem como a dependência e

<sup>127</sup> MACEDO, Joaquim Manoel. Op. cit. p. 420.

<sup>128</sup> FERREIRA, L. O., FONSECA, M. R. F., EDLER, F. C. A faculdade de medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, M. A. M. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 62-63.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 64.

favorecimento dos diplomados em Coimbra precisavam ser eliminados. Como consequência, em 1830 a Câmara dos Deputados solicitou à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro um novo plano para as escolas médicas do país, desse projeto, surgiu a lei de 3 de outubro de 1832, que transformava as Academias em Faculdades de Medicina.<sup>132</sup>

As Faculdades de Medicina formavam não apenas médicos e cirurgiões, mas também, boticários, farmacêuticos, e parteiras e seguiam o modelo das Universidades francesas.<sup>133</sup> Disciplinas novas foram acrescentadas no currículo, e o curso de medicina foi estendido para seis anos, paralelos à um curso de farmácia de três anos e de obstetrícia de dois anos. A idade mínima do ingresso passou para 16 anos, e as exigências de ingresso incluíam conhecimento de latim, inglês ou francês, de filosofia racional e moral, aritmética e geometria, bem como, um atestado de bons costumes.<sup>134</sup>

Em 1832, quando a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro se transforma em Faculdade de Medicina, o jovem Torres Homem que já era formado na primeira, resolveu prestar concurso para uma das novas cadeiras criadas na segunda, para ter o diploma de médico. A biografia de Joaquim Manuel Macedo relata que Torres Homem vivia a ler dia e noite, preparando-se para o concurso, quando os acontecimentos políticos da época chamaram sua atenção para os debates jornalísticos.<sup>135</sup>

#### **2.4: Torres Homem, da medicina ao jornalismo:**

Não é de se surpreender que o jovem médico fosse atraído pelos debates políticos da época, a Abdicação do Imperador, e o início do período Regencial são considerados períodos de politização da sociedade, de modo que a política chamava a atenção de todos, as pessoas dividiam-se em partidos e discutiam nos espaços de sociabilidade suas ideias para o futuro do país.<sup>136</sup>

Nessa época, as ideias da Era das Revoluções chegavam ao Brasil encontrando na imprensa um terreno fértil, no qual noções de cidadania, liberdade, igualdade eram debatidas em discussões acaloradas que envolviam insultos e calúnias entre redatores e em relação aos políticos da época. Além disso, a Revolução do sete de abril, que levou à

<sup>132</sup> FERREIRA, L. O., FONSECA, M. R. F., EDLER, F. C. Op. cit. p. 65.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>134</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>135</sup> MACEDO, Joaquim Manuel. Op. cit. p. 420.

<sup>136</sup> MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 9; BASILE, Marcello. *A politização das ruas: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências*. Brasília: Senado Federal, 2022. v. 1. p. 50.

Abdicação, era aclamada por liberais moderados e exaltados, mas lamentada por liberais restauradores.

Estes partidos transformaram a imprensa numa verdadeira arena política, liberais exaltados e moderados, inicialmente haviam se aliado contra D. Pedro I e seus apoiadores, mas após a Abdicação, suas divergências em relação a detenção da soberania os separaram. Os exaltados defendiam uma soberania do povo, junto com a descentralização política e o federalismo<sup>137</sup>, já os moderados, desejavam restaurar a ordem e a civilização, ameaçadas pela instabilidade política da época, por isso, defendiam uma Monarquia Constitucional, centralizada e baseada na soberania do governo.<sup>138</sup>

Os restauradores, por sua vez, sempre foram inimigos de ambas as facções, por terem defendido D. Pedro I durante os episódios que levaram a Abdicação e, por defenderem o retorno do monarca durante a Regência, sob uma monarquia absolutista.<sup>139</sup>

Não apenas os jornais eram palco destas discussões, mas outros espaços públicos como os cafés, as Sociedades, os salões e, principalmente, as ruas. Além disso, não apenas sujeitos alfabetizados estavam inseridos nestas discussões, já que os assuntos políticos eram discutidos a todo tempo entre as pessoas, e os jornais eram lidos em voz alta por vários.

Nesta época, o deputado Evaristo Ferreira da Veiga, redator do famoso jornal Aurora Fluminense e chefe do partido moderado, buscava jovens inteligentes e ilustrados para sua facção política e, de alguma forma Torres Homem foi notado por ele, que o convidou para ser membro da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e para redigir o jornal da Sociedade.<sup>140</sup>

Assim, o jovem foi arrastado de seus estudos para a arena política da imprensa, escrevendo artigos de doutrina liberal moderada para o jornal da Sociedade Defensora. Seu artigo chamou atenção de Evaristo, que o publicou na *Aurora Fluminense*, um dos jornais mais relevantes da época.<sup>141</sup> A partir de então, Torres Homem obteve fama por sua escrita, levando-o, aos 19 anos, ainda em 1832, a se tornar redator de seu próprio jornal *O Independente*, substituindo o ex-redator Joaquim José Rodrigues Torres.

A aliança com Evaristo rendeu a Torres Homem não apenas o acesso ao mundo do jornalismo, mas também, a carreira do direito e da política. Em 1833, Torres Homem

<sup>137</sup> MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Op. cit. p. 33-34.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>140</sup> MACEDO, Joaquim Manuel. Op. cit. p. 420.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 421.

é enviado pelo governo – do qual Evaristo era parte – à Paris como diplomata, Torres Homem cursou Direito em Paris e ficou na Europa até 1836.<sup>142</sup>

Maria Orlanda Pinassi<sup>143</sup> afirma que Torres Homem já tinha o desejo de estudar Direito, mas em sua época, não havia curso de ciências jurídicas no Rio de Janeiro e o jovem não tinha como custear os estudos nos cursos de Ciências jurídicas de São Paulo ou Olinda, por isso, teria optado pelo curso de medicina na Academia Médico Cirúrgica de sua cidade natal.

Quando Torres Homem começou a escrever *O Independente*, ele já era um jornalista associado à facção moderada por meio de sua associação à Sociedade Defensora. Por isso, para entender o redator do *Independente*, precisamos compreender a agenda política desta sociedade, e do liberalismo moderado.

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional nasce de uma nova característica que o movimento associativo ganha no Período Regencial e, como parte do liberalismo político, a publicidade. Deste modo, as sociedades públicas começaram a se sobressair.

Na época, três sociedades fluminenses representavam as três facções políticas. A Sociedade Federal Fluminense representava a facção exaltada, a Sociedade Conservadora da Constituição Jurada no Império do Brasil e a Sociedade Militar a facção conservadora, ou, caramuru. E, por sua vez, a Sociedade Defensora representava a facção moderada.<sup>144</sup>

Todas as três facções tinham como base o liberalismo, porém, se posicionavam em espectros diferentes da teoria liberal. À esquerda, ficavam os exaltados, que aderindo ao liberalismo radical defendiam a soberania do povo, que envolvia reformas como; diminuir a centralização política, extensão da cidadania a todos os indivíduos livres, fim da escravidão e reforma agrária. Para isso, os exaltados acreditavam que a federação era a forma de governo ideal para o Brasil.<sup>145</sup>

À direita, estavam os caramurus, ou, conservadores, grupo formado pela classe senhorial constituída de proprietários de terra e ex-funcionários de D. Pedro I, um grupo, ainda que adepto ao liberalismo moderno, resistia as transformações da modernidade. Apegados aos elementos do Antigo Regime, pregavam um liberalismo conservador e tinham como principal causa a defesa da monarquia centralizada e o retorno de D. Pedro

<sup>142</sup> MACEDO, Joaquim Manuel. Op. cit. p. 422.

<sup>143</sup> PINASSI, Maria Orlanda. Op. cit. p. 33-34.

<sup>144</sup> BASILE, Marcello. *A politização das ruas*. v.1. Op. cit. p. 56-57.

<sup>145</sup> Ibidem, p. 299-300.

I. Os conservadores eram contra a Regência e a Abdicação, desejavam ver restaurado o governo do Primeiro Reinado.<sup>146</sup>

Já no centro da esfera política, a facção liberal moderada defendia, acima de tudo, a soberania do governo, expressa na ordem e tranquilidade pública. Os moderados defenderam a Abdicação de D. Pedro I junto aos exaltados, com o objetivo de acabar com o absolutismo do Imperador. Mas, uma vez derrubado o monarca absolutista, os moderados desejavam reestabelecer a ordem numa Regência, instaurando uma liberdade moderna que não perturbasse a ordem imperial.<sup>147</sup>

Dentre as três facções, a liberal moderada foi a que ocupou o poder por mais tempo durante a Regência, sendo, posteriormente, derrotada pelo avanço Conservador que culminou no sucesso do projeto da classe senhorial em mitigar as conquistas de liberdade e cidadania dos regentes moderados e exaltados.

Os liberais moderados conseguiram proibir o tráfico negreiro, sem acabar com a escravidão. Os homens de cor e os homens brancos pobres da facção moderada, conseguiram ocupar cargos políticos e públicos que antes lhes eram inacessíveis. Ocupando estes espaços, defenderam os direitos políticos e civis da população livre, inaugurando uma visão de cidadania que incluía os marginalizados. Todas estas mudanças, ainda que conservassem a ordem escravista, conseguiram enfurecer a classe senhorial.

Percebe-se que, na época, apesar das ambições exaltadas serem mais radicais, foram os projetos cautelosos dos moderados que de fato, provocaram transformações reais. Torres Homem e Evaristo da Veiga, parecem ter percebido isso. Os dois abraçaram o liberalismo moderado, utilizando seus autores para legitimar a cidadania e a liberdade de sujeitos que, como eles, eram considerados menos humanos que os homens brancos.

A Sociedade Defensora, da qual faziam parte, foi fundada em 10 de maio de 1831 por Antonio Borges da Fonseca, autor do jornal *O Repúblíco*, localizada em sua casa, na rua São Paulo, número 406, no centro do Rio de Janeiro. A associação seguia os moldes da Sociedade Defensora de São Paulo, que surgiu em 29 de março de 1831, como consequência da Noite das Garrafadas.<sup>148</sup>

<sup>146</sup> BASILE, Marcello. *A politização das ruas: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências*. Brasília: Senado Federal, 2022. v. 2. p. 648-649.

<sup>147</sup> BASILE, Marcello. *A politização das ruas*. v. 1. p. 93-94.

<sup>148</sup> BASILE, Marcello. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Revista de História (UFES)*, Espírito Santo, v. 18, 3 out. 2006. p. 350-351.

A Defensora carioca era inicialmente, um órgão suprapartidário, incluindo membros tanto das facções exaltada, quanto restauradora. Porém, quando a liderança passa de Borges da Fonseca para Evaristo da Veiga, a Sociedade torna-se, oficialmente, liberal moderada.<sup>149</sup>

O objetivo da Defensora era “melhorar as prisões, o seu estado penitenciário; e sustentar por todos os meios permitidos a Liberdade e Independência Nacional: 1º auxiliando a ação das autoridades públicas, todas as vezes que se façã preciso a bem da ordem e tranquilidade comum: 2º usando do direito de petição para medidas que não estiverem ao seu alcance.”<sup>150</sup>

Desta forma, o maior objetivo da Defensora, era, assim como o de todos aqueles que se diziam liberais moderados, preservar a ordem e tranquilidade pública. Não por acaso, este é um dos objetivos de Torres Homem ao publicar *O Independente*, citando-o em sua primeira edição.

De acordo com Basile, a ordem e a tranquilidade pública dependiam da sustentação da Regência, que era vista pelos sócios como “um governo legal, legítimo e capaz de assegurar a decantada liberdade e independência nacional.”<sup>151</sup> Os defensores tinham como inimigos aqueles que ameaçassem a ordem pública, posto isto, os restauradores ou caramurus, se tornaram seus inimigos a partir de 1832, quando passaram a ser vistos como perigo real por sua maior organização política.

Os jornais da Sociedade eram *O Repúblíco*, *Aurora Fluminense* e *O Homem e a América*. Como membro da Sociedade, Torres Homem publicou artigos no *O Homem e a América*, que depois foram republicados no *Aurora*, o principal jornal moderado da época (BASILE, 2006, p. 352).<sup>152</sup>

Para ser sócio da Defensora, era necessário “1º não se ter mostrado inimigo da Liberdade e Independência Nacional: 2º ter bons costumes e meio honesto de subsistência”<sup>153</sup>, o candidato também precisava ser indicado por um integrante do Conselho e aceito pela Comissão no Exame de admissão, depois, aprovado por dois terços dos votos dos membros presentes, além de ter que pagar 2\$000 réis para entrar na Sociedade e \$500 réis de mensalidade.<sup>154</sup>

---

<sup>149</sup> BASILE, Marcello. *Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial*. Op. cit. p. 354.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 351.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 351.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 352.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 352.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 352.

Torres Homem já era médico formado, o que presumia que ele já tinha um “meio honesto de subsistência”, ele foi indicado pelo líder da Sociedade, Evaristo da Veiga, o que certamente contribuiu ao seu favor no exame de admissão. O fato de ser homem de cor e ter uma origem considerada infame, não pareceu ser um obstáculo, já que a Sociedade não se opunha a participação de homens de cor ou, de mulheres em seu corpo, além do fato de que, especula-se que o próprio Evaristo era mestiço.

Quanto ao perfil de membros da Sociedade, destaca-se que 54,2% tinham formação superior, sendo a maior parte em Medicina.<sup>155</sup> A maioria era formada no Rio de Janeiro e eram deputados, o que demonstra que a facção moderada tinha um perfil específico de membros, bem diferente da facção restauradora que era composta, em sua maior parte por sujeitos formados em Portugal e por proprietários de terra e seus filhos, além de sujeitos que já eram altos funcionários públicos desde o Primeiro Reinado.

Esta diferença entre os perfis dos moderados e restauradores, nos revela o início da organização política de uma classe burguesa no Rio de Janeiro do século XIX. Uma classe formada por indivíduos de origem modesta, que não descendiam de proprietários de terra, nem da nobreza e que, portanto, recorreram à educação para se sustentar.

A burguesia fluminense emergente, se formava nas universidades locais, porque não possuíam recursos para bancar estudos no exterior, ou, em outras províncias. Formavam-se, sobretudo em Medicina, porque a Academia Médico-Cirúrgica era uma das únicas instituições de ensino superior do Rio de Janeiro até a década de 1830. Esta burguesia, se filiava ao partido moderado e à Sociedade Defensora, como forma de projeção política, afim de chegar aos cargos públicos, nos quais predominavam os membros da classe senhorial.

A associação ao partido moderado e à Defensora, funcionou como porta de acesso aos cargos públicos para estes sujeitos. Quando a Regência se estabeleceu, um dos três regentes provisórios, Nicolau Vergueiro, era um moderado membro da Sociedade Defensora. Por causa disso, o status da Sociedade e da facção moderada, foi elevado, de modo que seus membros ganhavam maior projeção, sobretudo, aqueles que publicavam em seus jornais.

Aos poucos, muitos membros da Defensora foram sendo eleitos Deputados, Evaristo da Veiga, os irmãos Andrada, Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho entre outros, até que chegou a vez de Torres Homem.

---

<sup>155</sup> BASILE, Marcello. *Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial*. Op. cit. p. 353.

Diante disso, percebe-se que o caminho trilhado por Torres Homem parece ter sido a estratégia de muitos indivíduos que não faziam parte da classe senhorial, nem dos escravizados. Demonstrando que a educação superior, sobretudo em direito e medicina, a imprensa e a associação partidária foram muito mais do que escolhas profissionais, mas verdadeiras estratégias adotadas por sujeitos que desejavam melhores condições de vida no início do século XIX.

## **2.5: Torres Homem: um dos fios de um nó de trajetórias.**

No que se refere aos homens de cor, a trajetória de alguns personagens que viveram o início do século XIX se assemelham a de Torres Homem. Por exemplo, assim como Torres Homem, Joaquim Cândido Soares de Meirelles era membro do Conselho da Sociedade Defensora, Meirelles também era “mulato”, e frequentou a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro.<sup>156</sup>

Meirelles nasceu em 1797, na província de Minas Gerais, ele vinha de uma família de médicos e cirurgiões, mas que tinham uma posição social modesta. Quando jovem, foi para o Rio de Janeiro com seu abastado tio, que era padre e professor do Seminário de São José, dando ao seu sobrinho a oportunidade de completar seu ensino secundário no mesmo.<sup>157</sup>

No Seminário, Meirelles adquiriu os conhecimentos necessários para ingressar a Academia Médico-Cirúrgica da Corte em 1817, aos 20 anos. Enquanto estudava, Meirelles trabalhava como ajudante de cirurgia no 1º Batalhão de Caçadores da Corte e prestava serviços ao Hospital Real Militar, onde também morava. Quando se formou, em 1822, Meirelles solicitou a vaga de Cirurgião-Mor e, tendo seu pedido negado, enviou uma carta ao Imperador que solicitava a revisão da negativa.<sup>158</sup>

Com o pedido atendido, Meirelles foi promovido a Cirurgião Mor em junho de 1823, sendo transferido para o Hospital Militar de Ouro Preto, em sua terra natal. No entanto, a formação que a Academia Médico-Cirúrgica oferecia até 1832, não garantia o título de médico aos seus estudantes, que no mercado de trabalho, acabavam perdendo para médicos formados na Europa, onde já existiam as Faculdades de Medicina.<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup> BASILE, Marcello. *A politização das ruas*. v. 1. p. 178.

<sup>157</sup> LIMA, Silvio Cezar de Souza. Joaquim Cândido Soares de Meirelles: um médico negro na corte imperial (1797-1868). *Revista da ABPN*, [s. l.], v. 12, 15 ago. 2020. p. 323.

<sup>158</sup> Ibidem, p. 323-324.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 325.

Por isso, assim como Torres Homem, Meirelles se viu pressionado aumentar seu nível de instrução para ter mais prestígio. Logo, assim que a oportunidade de estudar na Europa surge, ambos a aproveitam. Torres Homem foi enviado pelo governo à Paris, onde estudou Direito, já Meirelles, foi indicado junto à quinze oficiais do Exército para complementar seus estudos na Europa. Também em Paris, Meirelles se matriculou na Faculdade de Medicina para obter o título de médico.

Assim como Torres Homem, o “mulato” Francisco Gomes Brandão, que mais tarde se tornaria Francisco Gê Acabaia Montezuma, também se formou em Medicina e, depois, estudou Direito na Europa. Montezuma nasceu na Bahia, sendo filho de um mercador do mar e de uma dona. Inicialmente, Montezuma ingressou a carreira eclesiástica, na Ordem dos Franciscanos Descalços, mas quando inaugurada a Academia Médico-Cirúrgica em Salvador, em 1808, o jovem decidiu abandonar o convento e se matricular na academia.<sup>160</sup>

Em 1816, Montezuma já havia concluído seus estudos médicos e exercia sua profissão ajudando a curar escravizados doentes e feridos em navios negreiros. Depois de um tempo, Montezuma acumulou pecúlio suficiente para bancar sua passagem para Coimbra, onde estudou e se formou em Direito.<sup>161</sup>

Diferentemente dos filhos dos grandes proprietários de terra, que eram enviados ainda jovens para estudar na Europa, voltando para o Brasil para ocupar os cargos administrativos do Estado. Montezuma, Meirelles e Torres Homem, tiveram que percorrer um caminho mais lento e mais árduo para obter sua formação superior. Os jovens mestiços, de origem modesta, formaram-se nas Academias locais, trabalharam nos ofícios mais simples, até que obtivessem o pecúlio e a oportunidade para estudar na Europa e, então, pensar em ocupar cargos públicos.

O fato de que até a década de 1830 existiam apenas Academias e não Faculdades, no Brasil, motivou muitos destes jovens brasileiros a irem para as Universidades europeias. Mas um outro fator que justificava a cobiça pela formação europeia era que estas universidades tornavam-se locais de formação e contato, espaços privilegiados nos quais a troca de ideias, experiências, bem como a construção de laços de solidariedade, ampliavam as perspectivas de ascensão social dos jovens brasileiros.

---

<sup>160</sup> CASTRO JUNIOR, Sebastião E. R. de. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem e da cidadania na construção do Império do Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2023. p. 27-55.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 56-58.

As Universidades europeias eram destino certo dos filhos e netos da classe senhorial, que, uma vez formados, ocupavam os cargos públicos. Então os filhos e netos das classes burguesa, liberta e escravizada, começaram a trilhar este mesmo caminho, embora enfrentando obstáculos muito maiores.

Assim como a Medicina, o Direito também era uma formação buscada pelos homens de cor que desejavam se inserir no mundo da política. As trajetórias de Joaquim Saldanha Marinho e Antônio Pereira Rebouças são exemplos disso.

Antônio Pereira Rebouças foi o patriarca de uma família de homens de cor bem sucedidos, conhecidos por suas contribuições sobretudo na engenharia. Mas, para chegar a isso, o patriarca teve que adotar as estratégias de ascensão social disponíveis em sua época.

Filho de uma liberta e de um alfaiate português, Rebouças nasceu na Bahia em 1798. Ao contrário dos supracitados personagens, ele não frequentou a nenhuma Universidade ou centro acadêmico, mas aprendeu Direito enquanto trabalhava em um cartório, passando a exercer a advocacia como rábula. A carreira como advogado possibilitou a Rebouças o acesso a cargos públicos importantes, bem como o acúmulo de pecúlio e prestígio para sustentar seus filhos futuros engenheiros.<sup>162</sup>

Já Joaquim Saldanha Marinho nasceu no Recife em 1816, era “mulato” e se formou no curso de ciências jurídicas em 1836 na Faculdade de Direito de Pernambuco, criada em 1827. Anos depois, se tornou presidente de províncias.<sup>163</sup>

Logo, percebe-se que todos estes homens de cor utilizaram a educação como uma primeira forma de ascensão social. Para ingressar aos cargos públicos, contudo, era preciso não apenas ter formação, mas prestígio, pecúlio e boa fama. Por isso, a atividade jornalística foi a segunda estratégia de ascensão usada por estes personagens.

Para ser eleito ou indicado à um cargo público, era preciso ser conhecido e, graças à lei de liberdade de imprensa de 1827, várias pessoas passaram a publicar jornais ou artigos nos mesmos, expressando suas ideias acerca da realidade social, econômica e política do país. Com a abdicação do Imperador, a centralização política e a censura que

<sup>162</sup> GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: direito civil, escravidão e cidadania no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

<sup>163</sup> FRANCISCO, Renata Ribeiro. Joaquim Saldanha Marinho e o projeto de Brasil moderno. In: PEREIRA, D.; PAULA, J. (org.). *História: espaços, poder, cultura e sociedade*. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. cap. 4, p. 35-46.

amedrontava os publicistas se encerrou, dando início a um período no qual o número de panfletos e periódicos se multiplicou.

Por isso, entre o fim da década de 1820 e o início de 1830, muitos desses homens de cor recém-formados, cheios de novas ideias e ansiosos por algum grau de participação política, passaram a publicar em periódicos.

Em 1822, Montezuma redigia o *Diário Constitucional*, no auge das discussões sobre a Independência e dos conflitos de nacionalidades entre brasileiros e portugueses, o redator lamentava o fato de que alguns portugueses estavam chamando brasileiros de “macacos oriundos da Costa da África”<sup>164</sup>, o jornal foi censurado pelo governo local e passou a publicar apenas notícias, sem artigos de opinião.

Já em 1828, Antonio Pereira Rebouças publicou o jornal *O Bahiano*, que durou até 1831, mas também participou da redação do *Constitucional*, antigo *Diário Constitucional*, do qual Montezuma também era redator. Rebouças defendia a cidadania como um direito de todos.<sup>165</sup>

Em 1829, Meirelles publicava no jornal *Astrea* sobre um debate acerca do tratamento recebido por pacientes negros na Santa Casa da Misericórdia, seu local de trabalho.<sup>166</sup> Em 1831, Torres Homem publicava no *Aurora Fluminense* sua visão de liberalismo moderado, tornando-se redator do *Independente* em 1832, passou a defender a igualdade entre os homens, o fim do tráfico negreiro e o mérito como única forma de diferenciação social, acabando com as hierarquias raciais.

Apesar de ter se formado no mesmo período que os demais personagens, Joaquim Saldanha Marinho só publicou seus primeiros jornais a partir de 1860. Ele foi redator do *Diário do Rio de Janeiro* em 1860 e, fundou o jornal *A República* em 1870, sob o apelido de Ganganelli ficou conhecido por defender o Estado laico e o direito à instrução pública, defendia que a população negra precisava ser livre e obter educação, para que o país se adequasse aos padrões da modernidade. Também defendia a necessidade de imigrantes europeus para alavancar o trabalho livre no Brasil, já que não via aptidão nos escravizados para o mesmo.<sup>167</sup>

Fica evidente que todos estes sujeitos têm em comum o uso de duas estratégias de ascensão social: a educação e a imprensa. Estes homens de cor utilizaram os jornais para

<sup>164</sup> CASTRO JUNIOR, Sebastião E. R. de. Op. cit. p. 68.

<sup>165</sup> BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. v. 1. p. 283.

<sup>166</sup> LIMA, Silvio Cezar de Souza. Op. cit. p. 327.

<sup>167</sup> FRANCISCO, Renata Ribeiro. Op. cit. p. 36-39.

projetarem-se na arena política, transformando os conhecimentos obtidos em suas formações, em teses sobre o futuro do país. Ao fazer isso, todos eles conseguiram o que desejavam: ingressar aos cargos públicos, ao mundo do governo.

Na seguinte tabela, é possível ver os elementos comuns que unem a trajetória de Torres Homem a dos demais intelectuais de cor de sua época.

Tabela 1 - Análise Comparativa das trajetórias dos intelectuais de cor

Personagens	Nascimento	Origem	Cor	Formação	Profissão	Cargos	Partido	Titulos
Torres Homem	1812- Rio de Janeiro	Mãe (negra) Mulato, Quitandeira Mestiço Pai (branco) (branco Padre negro)	Medicina-Médico Cirúrgica do Rio e de Janeiro (1832). Direito-Universidade de Paris (1836-1837)	Academia Médico, Jornalista, Advogado e político	Diplomata, Ministro, Presidente do Banco Liberal do Brasil, Conselheiro de Conservador. Estado, Senador.	Deputado, Liberal moderado, Diplomata, Imperador, Conselheiro de Conservador. Visconde de Inhomirim	Conselheiro do Imperador, Visconde de Inhomirim	
Francisco Gê Acabaia Montezuma ou Francisco Gomes Brandão	1794- Bahia	Mãe (cor não identificada) Mulato, Pai (cor não identificada) - e branco) - e branco) dono de navios, envolvido no tráfico negreiro	Medicina-Médico-Cirúrgica da Bahia (1808-1810). Direito - Universidade de Coimbra	Academia Médico, Jornalista, Vereador, Advogado e político	Vereador, Diplomata, Conselheiro de Estado, Senador	Deputado, Liberal Ministro, apartidário.	ou Visconde de Jequitinhonha, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa	
Joaquim Saldanha Marinho	1816 Pernambuco	- Mãe (cor não identificada) Pai Mestiço (cor não (branco identificada) - mestiço) capitão	Direito- Faculdade Olinda (PE) (1836) e	Faculdade de Advogado, Jornalista e político	Deputado, Presidente de província, Senador.	Presidente de Liberal Republicano.	e Sem títulos	
Joaquim Cândido Soares de Meirelles	1797- Gerais Minas Gerais	Mãe (cor não identificada) Pai Mestiço (cor não (branco identificada) - negro) Médico	Medicina - Academia Médico Cirúrgica do Rio e de Janeiro (1822) e Faculdade de Medicina de Paris (1827)	Médico e político.	Presidente da Academia Nacional de Medicina e do Exército e da Marinha Conselheiro do Imperador.	Liberal apartidário.	ou Conselheiro do Imperador, Comendador da Ordem da Rosa, oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavaleiro da ordem de São Bento de Aviz	
Antônio Pereira Rebouças	1798 - Bahia	Mãe (negra) - Pardo, Mestiço liberta. Pai (branco e (branco) - negro) alfaiate	rábula ou advogado e secretário da Junta Provisória do Governo, político.	e	Presidente da Junta Provisória Liberal do Governo, deputado, apartidário. conselheiro de estado.	ou Conselheiro do Imperador.		

A tabela nos revela que todos eles conseguiram ocupar cargos administrativos do Estado, a maioria como Deputado ou Conselheiro. Isso mostra uma certa mudança no perfil que compunha o mundo do governo, que a partir da década de 1830 passou não apenas a incluir homens brancos pobres, mas também, homens de cor.

Segundo Marcello Basile, a imprensa servia como porta de entrada para o mundo do governo, ajudando a projetar e manter a vida pública de sujeitos de origem social modesta, que “pouco podiam contar com influências familiares ou com favores clientelísticos”.<sup>168</sup> Por isso, muitos redatores, sobretudo moderados, começaram a redigir jornais em sua juventude, a fim de conquistarem o prestígio e o pecúlio necessário para se tornarem membros do governo.

Basile demonstra, ainda, que além da atividade jornalística, a formação superior também era um denominador comum entre estes futuros homens do governo, sobretudo

<sup>168</sup> BASILE, Marcello. *A politização das ruas*. v. 1. p. 88.

a formação em Direito e Medicina. Logo, tem-se um grupo de jornalistas que, paralelamente à redação de jornais, eram profissionais liberais em exercício, convertidos, pouco a pouco, em homens do Estado.<sup>169</sup>

Percebe-se também, que estes sujeitos se diferenciam da classe política formada em Coimbra, descendentes dos proprietários de terra e símbolos da classe senhorial. São jovens de origem modesta, homens brancos e negros livres, que exerciam profissões liberais e faziam parte da classe burguesa em formação. São sujeitos que ascendem socialmente pelo mérito e trabalho e que buscam participar da formação do Estado nacional brasileiro.

Logo, o fato de termos, a partir da década de 1830, a ascensão de homens de cor como Torres Homem, Meirelles, Marinho, Montezuma e Rebouças ao mundo do governo, demonstra esta mudança na composição racial e social do aparelho estatal.

Conforme a tabela, é perceptível que, assim como Torres Homem, os demais intelectuais também são mestiços e, ainda que não falassem publicamente sobre sua cor, eram socialmente lidos como mulatos. Torres Homem, em especial, passou por um processo de tentar ocultar sua negritude, usando perucas e maquiagem. Apesar disso, o jornalista era constantemente alvo de ilustrações e poemas que escarneciavam de sua negritude.

## **2.6: O silêncio da cor e o segredo da origem:**

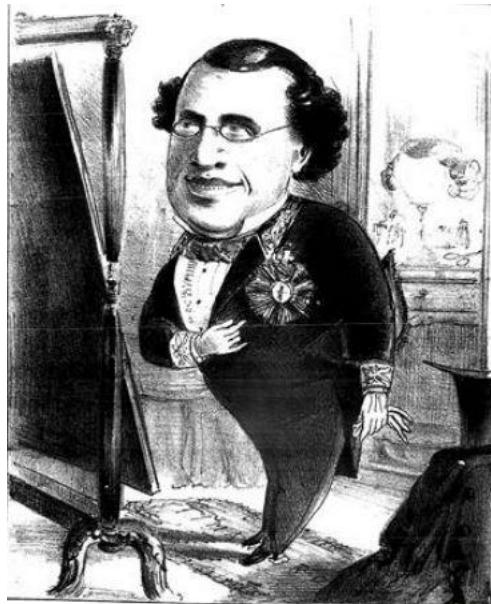
Conforme a tabela, é perceptível que, assim como Torres Homem, os demais intelectuais também são mestiços e, ainda que não falassem publicamente sobre sua cor, eram socialmente lidos como mulatos. Torres Homem, em especial, passou por um processo de tentar ocultar sua negritude, usando perucas e maquiagem. Apesar disso, o jornalista era constantemente alvo de ilustrações e poemas que escarneciavam de sua negritude.

Em junho de 1871 a *Semana Ilustrada* publicou uma ilustração de Torres Homem, já Senador, olhando orgulhoso para sua comenda no espelho, cercado por suas perucas e maquiagens ao fundo da imagem. Abaixo da imagem, um poema que ironizava a conquista do personagem.

---

<sup>169</sup> BASILE, Marcello. *A politização das ruas*. v. 1. Passim.

Figura 2 - Torres Homem de comenda. Torres Homem admirando sua nova condecoração de Visconde. *Semana Ilustrada*, 4 de junho de 1871.



Toda a gente se admira  
do macaco fazer renda,  
quanto mais de ver Cupido  
ser caixeteiro de uma venda,  
quanto mais de ver Timandro  
andar hoje de comenda!<sup>170</sup>

De maneira mais agressiva, o jornal *O Caboclo* publicou um soneto que chamava Torres Homem de “creoulo malandro”

*O Caboclo* e que um soneto de caráter depreciativo sobre o Timandro<sup>171</sup> fora publicado, sob o título “O creoulo malandro” e o acusava de ascender socialmente através do oportunismo e não por seus talentos.

O CREOULO MALANDRO  
Esse grave doutor da **mula ruça**  
Que nos lombos levou tremenda coça,  
E de Paris nos trouxe aquela moça  
Sobre a qual muita gente se debruça;  
Esse inchado pavão, que se empapuça  
Por ter casado rico, lá na roça,  
É doutor mesmo próprio de carroça,  
Servindo-lhe-a c’rapinha de c’rapuça.  
Da anarquia feroz o facho atiça  
Tratando a monarquia de chalaça  
Sem lembrar-se do pai, Padre de Missa!  
Eu já vi o Libelo inflamatório!  
Do filho do Rev’rendo Apolinário;  
Dez tostões me custou o calendário

<sup>170</sup> *Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro. n.547, 4 de junho de 1871. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 04/01/2023.

<sup>171</sup> Timandro era o pseudônimo utilizado por Torres Homem em seu jornal *O Libelo do Povo*.

Por ser obra do sábio João Tenório.  
 Poucas ideias, vasto palanfrório;  
 O diabo leve o trono hereditário!  
 É um tição que sopra o salafrário  
 P'ra acender o furor republicório!  
 O miolo esgotou nesta matéria;  
 À Casa Bragantina fez injúria,  
 O capadócio diz-lhe muita leria!  
 Leia todo o Brasil essa lamúria;  
 A Musa que a inspirou foi a Miséria  
 E o autor quem o fez foi a Luxúria!<sup>172</sup>

Por sua vez, o Visconde de Taunay retratou Torres Homem como um sujeito de má aparência, ressaltando como seus traços o desfavoreciam

Nada atraente o físico, a figura de Sales Torres Homem. De estatura baixa, tinha predisposição para engordar, com exagero, o ventre proeminente, pernas curtas em relação ao busto, o todo pesadão. **O rosto de uma tez amarelenta**, as feições inexpressivas, numa quietude apática, era pronunciadamente vultuoso, o que mais se acentuou no fim da vida, quando a bronquite crônica de que sofria em moço se foi transformando em opressora asma cardíaca; **os lábios grossos**, o inferior um tanto penso, belfo.<sup>173</sup>

O Visconde de Taunay também aponta para a enorme vaidade de Torres Homem, que buscava vestir-se como nobre, usando roupas e acessórios caros, além de perucas para “ocultar a mulatice”:

Usava óculos fixos de aro de ouro sobre os olhos pardacentos, esbugalhados, e basta **cabeleira postiça**, sob um chapéu alto de abas um tanto largas, com o rosto liso e a barba sempre escanhoada em regra, aspecto de comodista e gordalhudo pastor protestante. Vestia-se, porém, com o maior apuro, buscando conservar certa elegância de bom cunho parisiense, na sobrecasaca rigorosamente abotoada e bem assente ao corpo, nas gravatas de gosto com alfinetes artísticos, nas botinas envernizadas, sem nunca dispensar luvas, que trazia quase todo o dia calçadas. Gostava de bengalas de valor e delas tinha grande variedade; nem jamais se o via de guarda-sol ou de chapéu-de-chuva, como é tão geral no Brasil, hoje ainda mais do que outrora.<sup>174</sup>

Os relatos ruins sobre a aparência de Torres Homem e como ele tentava ocultar seus traços negros se reproduzem nas biografias, sobretudo na do padre João Manoel, que dizia “A physionomia de Salles Torres Homem era mais repulsiva do que atraente pela imperfeição dos traços que a characterisavam”: <sup>175</sup>

Um personagem de estatura abaixo de mediana, quasi rotundo, de **calbelleira postiça**, um formidavel par de **beicôs grossos**, oculos de' ouro com vidro de chrystal, cara de poucos amigos. Carrancudo, aprumado, teso, parecendo respirar orgulho, vaidade e impostura, encarar o resto da humanidade com o mais soberano desprezo, caminhando com o passo lento e firme, sem olhar para os lados, sempre empavesado, trajando caprichosamente,

<sup>172</sup> *O Caboclo*. Rio de Janeiro: Typhografia Americana. n.7. 10 de março de 1849. p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 04/01/2023.

<sup>173</sup> MAGALHÃES JUNIOR, R. Op. cit. p. 11. VIANNA, Hélio. Op. cit. p. 142

<sup>174</sup> MAGALHÃES JUNIOR, R. Op. cit. p. 12. VIANNA, Hélio. Op. cit. p. 143.

<sup>175</sup> MANOEL, João. Op. cit. p. 87.

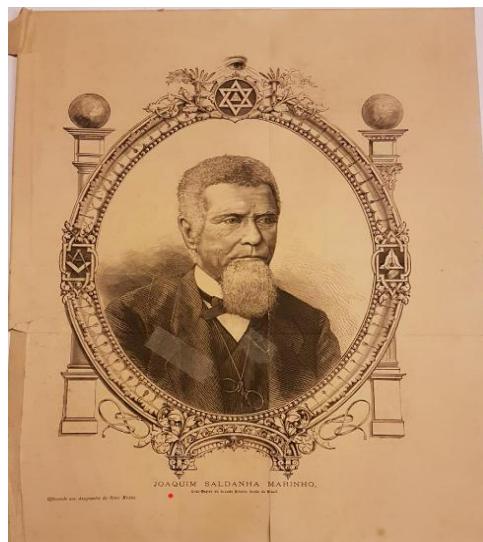
com apuro irrehrensivel, supondo talvez que elle fosse e **o unico mulato do mundo.**<sup>176</sup>

Os “beiços grossos”, o rosto de “tez amarelenta”, ou, a “mula ruça”, eram os traços fenotípicos que denunciavam, aos atentos olhares de uma sociedade onde a pureza racial ainda era requisito importante de aceitação social, a negritude de Torres Homem. Por mais que a “cabeleira postiça” funcionasse para esconder seu cabelo crespo, ou, cacheado e o silêncio ajudasse a ocultar a origem racial de sua família, Torres Homem não era capaz de esconder a cor de sua pele, o que o tornava alvo do racismo.

Por isso, ainda que ele não se declarasse negro, nem falasse sobre sua cor, a raça estava ali, presente em seus traços fenotípicos e na forma como era socialmente visto: como um mulato.

Assim como Torres Homem, Joaquim Cândido Soares de Meirelles e Joaquim Saldanha Marinho, também não se declaravam homens de cor, nem falavam sobre sua origem. Ainda assim, suas fotografias e ilustrações denunciam sua cor de pele e traços fenotípicos.

Figura 3 - Ilustração de Joaquim Saldanha Marinho




---

<sup>176</sup> MANOEL, João. Op. cit. p. 87-88.

Figura 4 - Fotografia de Torres Homem



Figura 5 - Ilustração de Joaquim Cândido Soares de Meirelles



Diante dos fatos supracitados, torna-se evidente que a trajetória de Torres Homem não é uma exceção à regra. Houveram, assim como ele, muitos homens de cor livres que utilizaram a educação e a imprensa como meio de ascensão aos cargos públicos e, que, por viverem numa sociedade que ainda tinha como parâmetro de classificação social os

Estatutos de Pureza Racial, precisaram elaborar estratégias de sobrevivência social para que fossem respeitados.

Logo, o capricho com a vestimenta, os títulos e as comandas, o silêncio sobre a própria origem e a quietude diante das vozes que os chamavam de mulatos, podem ser compreendidas como estratégias – intencionais, ou não – de sobrevivência dos intelectuais de cor do século XIX.

A trajetória de Torres Homem é um fio deste emaranhado de trajetórias que se cruzam, e são perpassadas pelo elemento racial. Há ainda muito a ser explorado no que se refere as experiências comuns dos intelectuais de cor, mas, neste trabalho, focaremos em Torres Homem, em sua agenda política e suas ideias para o futuro do país.

Torres Homem desejava ser visto não como um homem de cor, mas como um intelectual. Ele acreditava que as pessoas deveriam ser classificadas por seus talentos e virtudes, não pelas cores de suas peles. Acreditava no mérito e no uso da razão como formas dignas de ascensão social e, condenava aqueles que chegavam aos cargos públicos por meio de favores e por sua origem familiar.

Não é de se estranhar este posicionamento vindo de um jovem de mãe quitandeira e pai padre, de um indivíduo que, segundo a lógica da época, carregava em si uma “mancha de sangue”. Portanto, ao ler, no capítulo a seguir, as ideias de Torres Homem, tenha em mente que não são neutras, mas estão carregadas de suas experiências. Leiamos *O Independente*, como um jornal escrito por um jovem “mulato” pensando alternativas para o futuro de uma nação escravista.

## **CAPÍTULO 3: PERSPECTIVAS POLÍTICAS DE UM JOVEM DE COR: AS FACÇÕES DA REGÊNCIA INTERPRETADAS POR TORRES HOMEM NO INDEPENDENTE.**

### **3.1 O Independente (1832–1833): um jornal moderado escrito por um homem de cor na imprensa da Corte.**

Publicado pela primeira vez no Rio de Janeiro em 4 de fevereiro de 1832, por seu novo autor Francisco Salles Torres Homem, o jornal *O Independente* circulou até 22 de abril de 1833, totalizando 112 edições escritas por Torres Homem. Somando-se às publicações do jornal feitas por seu primeiro autor, Joaquim José Rodrigues Torres, de 3 de maio de 1831 a 28 outubro do mesmo ano, chega-se ao total de 165 edições publicadas.

Como um periódico, *O Independente* era publicado toda terça e sexta na época em que era redigido por Rodrigues Torres, sendo publicado aos sábados e as quartas por Torres Homem. Inicialmente, o jornal era impresso na Tipografia de T. B Hunt & Cia, mas quando Torres Homem assumiu a autoria, o jornal passou a ser impresso na Tipografia Nacional, sendo vendido nas casas do Sr. Albino Jordão, na Rua do Ouvidor, na de Evaristo da Veiga, Rua dos Pescadores, na de seu irmão João Pedro da Veiga, Rua de S. Pedro, na de João Baptista, Rua da Cadeia e, na de Paula Brito, na Praça da Constituinte, a assinatura do jornal custava 2000 réis por trimestre.<sup>177</sup>

Na época em que era redigido por Torres Homem, *O Independente* possuía de quatro a seis páginas por edição, divididas em diferentes colunas, sendo as mais recorrentes: “Interior”, “Rio de Janeiro”, “Variedades” e “Correspondências”. A coluna “Interior” era sempre a primeira do jornal, seguida, respectivamente, por Rio de Janeiro e Variedades, nela, Torres Homem geralmente falava sobre os acontecimentos políticos recentes no contexto nacional e internacional, tais como, a outorga da Constituição de 1824, o Sete de Abril, a Abdicação, a criação da Guarda Nacional, a Revolução Francesa, as Guerras Napoleónicas, etc. dissertando, com base em autores estrangeiros sua opinião em relação aos mesmos.

Já na coluna “Rio de Janeiro”, eram discutidas as eleições, os debates na Câmara, as falas de outros jornalistas cariocas, os discursos de parlamentares e deputados, as

---

<sup>177</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n.53, 4 de fevereiro de 1832, p. 1. A fonte se encontra disponível em um microfilme na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

discussões entre membros de diferentes facções e tudo o que acontecia na Corte e seus derredores.

A coluna “Variedades” era dedicada à reprodução de textos, discursos e provérbios de autores estrangeiros ou nacionais considerados relevantes por Torres Homem para legitimar suas posições apresentadas nas colunas anteriores. Por exemplo, em quatro edições foram citados trechos da obra "Teoria do Governo Representativo" de François Guizot, enfatizando a proposta de aplicar os princípios do governo representativo no Brasil.

Com menor frequência, aparecia a coluna “Correspondências”, ela contém cartas relevantes escolhidas pelo autor para publicação no periódico, às vezes eram acompanhadas pela resposta de Torres Homem. Geralmente, essas cartas tinham como destinatário o “Sr. Redator” e eram assinadas em pseudônimos como “O Inimigo da Restauração” ou “Um Inimigo dos Caramurus”. Outras colunas como “Avisos”, “Ceará” e “São Paulo”, aparecem quando Torres Homem apresenta discussões externas ao Rio de Janeiro, já os avisos se referem a leis e medidas implementadas pelo governo, ou novidades políticas relevantes.

Como um jornal liberal, a folha possui como epígrafe, a frase do *Droit politique*, de Torombert “Il n'y a pas de vraie liberté sans paix, comme il n'y a pas de paix sans liberté” (Não há verdadeira liberdade sem paz, como não há paz sem liberdade). Torres Homem classificou o jornal, em sua primeira edição, com um “partidista da liberdade”<sup>178</sup>, esta liberdade defendida por Torres Homem, era conforme os princípios dos liberais moderados, ou seja, “a liberdade constitucional”.<sup>179</sup> Considerando isso, pode-se afirmar que o jornal *O Independente* fazia parte da “imprensa moderada”<sup>180</sup>, tanto pelo posicionamento político de seu redator, quanto por suas propostas.

A facção liberal moderada, era formada por sujeitos que defendiam a soberania da nação, o uso da razão para a direção do país através de uma participação política restrita aos indivíduos capazes por talentos e virtudes, a defesa da ordem e tranquilidade pública<sup>181</sup>, sendo contrários àqueles que desejavam a soberania do povo (exaltados) ou a

---

<sup>178</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 53, 4 de fevereiro de 1832, p. 1

<sup>179</sup> Ibidem, p.1

<sup>180</sup> A imprensa moderada é o conjunto de jornais publicados por jornalistas que faziam parte da facção liberal moderada, ou, adotavam a moderação política como princípio norteador em seus escritos. BASILE, Marcello. Politização das ruas: projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências. Senado Federal, 2022.

<sup>181</sup> BASILE, Marcello. *A politização das ruas*. v. 1. Op. cit. p. 93-94.

soberania do monarca (restauradores). Para os moderados, a moderação representava “um ponto de equilíbrio entre o absolutismo e a democracia.”<sup>182</sup>

Na primeira edição, além de se designar “partidista da liberdade constitucional”<sup>183</sup>, Torres Homem também se colocou como alguém que possuía “amor à ordem e espírito de moderação”. Ele afirmou que esses princípios “continuariam a ressumbrar no jornal”<sup>184</sup> sob a sua redação. Além disso, Torres Homem estabeleceu como seus objetivos “combater aqueles que intentarem violá-la (a Liberdade Constitucional), ou seja, a multidão com os seus excessos, ou o Governo transcendendo da órbita da Lei.”<sup>185</sup> Tendo como princípio a liberdade de imprensa, Torres Homem argumentou que “só é verdadeiramente livre o escritor, que escreve como pensa, mesmo que estejam os seus princípios em formal contradição com os do resto dos homens”<sup>186</sup>.

Apesar de aderir aos valores da facção liberal moderada, como a liberdade de imprensa, a defesa da Constituição e da ordem pública, bem como a crítica aos restauradores por seu desejo de soberania do Rei e aos exaltados por seu desejo de soberania do povo, Torres Homem deixou claro que no *O Independente* ele nunca ofereceria suas opiniões “embaixo de holocausto à partido algum.”<sup>187</sup> Apesar de adotar a moderação política como posicionamento e prática, como redator, a prioridade de Torres Homem era sua liberdade de pensamento e expressão.

### **3.2 Traduções e citações das ideias ilustradas no *O Independente*:**

Como supracitado, além da epígrafe, outros trechos do jornal *O Independente*, correspondiam a traduções ou citações de obras de autores estrangeiros, sobretudo, pensadores da ilustração do século XVIII e XIX. Historiadores que adotam uma perspectiva global já definiram o Iluminismo do século XVIII e XIX, como um processo global, conjuntural e multifacetado.

Como afirmou Sanjay Subrahmanyam<sup>188</sup>, a modernidade, que deu início ao Iluminismo, não é como um vírus que se espalha de um lugar para o outro, mas sim, um processo global e conjuntural que colocou em contato sociedades isoladas. Nesse

<sup>182</sup> BASILE, Marcello. *A politização das ruas*. v. 1. Op. cit. p. 94.

<sup>183</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 1, 4 de fevereiro de 1832, p. 1

<sup>184</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 53, 4 de fevereiro de 1832, p. 1.

<sup>185</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>187</sup> Ibidem, p.1

<sup>188</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. Hearing Voices: Vignettes of Early Modernity in South Asia, 1400–1750. *Daedalus*, vol. 127, n. 3, 1998.

processo, houve debates interculturais, que geraram como resposta a formação de um pensamento ilustrado, cujos principais autores estavam na Europa. No entanto, como demonstrou Sebastian Conrad “*much of the debate about Enlightenment in Europe can be understood as a response to the challenges of global integration*”<sup>189</sup>.

Diante disso, o Iluminismo pode ser considerado um produto e uma resposta às interações globais do século XVIII por meio da circulação de ideias por correspondências, panfletos, livros, jornais e oralidade, “sendo o trabalho de diversos autores em diferentes partes do mundo”<sup>190</sup>.

Uma das práticas do século XVIII e XIX que permitiram esta circulação de ideias num contexto global, resultando no Iluminismo, foi a tradução. Para Fania Oz-Salzberger<sup>191</sup>, graças à tradução, conhecimentos que antes eram transmitidos apenas em latim, por ser esta, a língua universal da Europa até o século XVIII, passaram a ser traduzidos para as línguas vernáculas, que antes consideradas inferiores e passaram, no século XVIII, a ter papel essencial na disseminação do conhecimento científico.

De acordo com Fernando Novais, apesar de Portugal ter sido um dos primeiros países a iniciar reformas ilustradas, ele não foi um dos principais centros geradores do pensamento ilustrado. Isso porque, segundo o autor, uma das características da ilustração portuguesa era a efervescência de ideias. Sendo assim, facilitados pela popularização das línguas vernáculas, muitos intelectuais portugueses traduziram obras de pensadores franceses, ingleses, germânicos, etc., para sua própria língua. Dessa forma, o intelectual português “saindo para o exterior e respirando os ares da modernidade, se propunha de uma maneira ou de outra ‘arejar’ a pátria.”<sup>192</sup>

Logo, a classe intelectual portuguesa, formou o pensamento da ilustração portuguesa a partir da tradução, leitura e interpretação de ideias estrangeiras. E, por sua vez, a classe intelectual brasileira, ao frequentar a Universidade de Coimbra, bebia diretamente desta fonte, fazendo com que as ideias da ilustração europeia chegassem rapidamente às colônias. No entanto, como já defendido, o Iluminismo era um fenômeno de trocas e conexões, assim, do mesmo modo em que as ideias dos ilustrados europeus

<sup>189</sup> CONRAD, Sebastian. Enlightenment in Global History: A Historiographical Critique. In: *The American Historical Review*, vol. 117, n. 4. 2012, p. 1009. Tradução livre: Boa parte do debate sobre Iluminismo na Europa pode ser compreendido como uma resposta aos desafios da integração global.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 1009.

<sup>191</sup> OZ-SALZBERGER, Fania. The Enlightenment in Translation: Regional and European Aspects. In: *European Review of History—Revue européenne d'Histoire*, vol. 13, n. 3, 2006, p. 387-389.

<sup>192</sup> NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 105.

chegavam às colônias, elas voltavam para o resto do mundo na forma de produções intelectuais produzidas pelos colonizados.

Diante desta realidade, é possível compreender que, mesmo não havendo frequentado a Universidade de Coimbra, por ser um indivíduo alfabetizado que se considerava um homem das letras, na definição de Voltaire explicada por Chartier: “um homem de estudo e de leitura”<sup>193</sup>, Torres Homem teve acesso a diversas obras de autores da ilustração estrangeiros e locais. A partir das leituras que fez, Torres Homem construiu suas próprias concepções, seu próprio pensamento ilustrado, publicando-o no *O Independente*.

E, para legitimar e fundamentar seus argumentos no jornal, Torres Homem citava as leituras que havia feito de livros, revistas, correspondências, artigos de jornais e panfletos. Ao defender suas concepções políticas, econômicas, sociais e religiosas, Torres Homem citava trechos de obras de autores estrangeiros, muitas vezes traduzindo-as para que os leitores que não conheciam aquelas línguas, pudessem ter igual compreensão.

Nas 112 edições, Torres Homem citou trechos de obras de 85 autores listados na tabela seguinte<sup>194</sup>:

Tabela 2 - Autores citados no *Independente* por edição

Autores	Citações	Edições
Rousseau	6	53º, 62º, 79º, 118º, 128º, 159º
Mirabeau	5	54º, 61º, 77º, 106º, 123º
Guizot	8	54º, 60º, 61º, 64º, 73º, 98º, 112º, 139º, 157º
Benjamin Constant	10	54º, 55º, 56º, 57º, 73º, 77º, 92º, 106º, 134º, 155º
Burke	5	55º, 60º, 93º, 113º, 118º
Fantin	3	55º, 59º, 61º,
Aristóteles	1	59º,
SEM NOME (pseudonimo)	11	59º, 89º, 90º, 99º, 123º, 127º, 132º, 133º, 134º, 137º, 160º
Saturnino de Souza e Oliveira	1	59º,
Montesquieu	8	56º, 60º, 69º, 77º, 79º, 91º, 134º, 137º
Droz	6	56º, 89º, 97º, 139º, 145º, 146º
Thomaz Finch	1	57º,
Richard Phillips	2	57º, 125º
Bentham	9	58º, 63º, 65º, 92º, 118º, 120º, 124º, 132º, 133º
Blackstone	2	60º, 132º
Mr. His	1	60º,
Pope	3	60º, 105º, 143º (tradução e original),
Delolme	3	60º, 61º (tradução e versão original citadas), 76º (tradução e original)
Condorcet	2	61º, 154º
Godwin	1	61º,
Kant	2	61º, 118º
La Fontaine	1	61º,
Príncipe de Metternich	1	65º,
Ramon Salas	1	68º,
M. de Chateubriand	3	69º, 118º, 125º
Deprá	1	71º

<sup>193</sup> CHARTIER, Roger. O homem de Letras. In: VOVELLE, M. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 120.

<sup>194</sup> Tabela de autores citados no *O Independente* por edição, as edições em vermelho indicam citações traduzidas, as em preto, são citações não traduzidas.

Tabela 3 - Autores citados no Independente

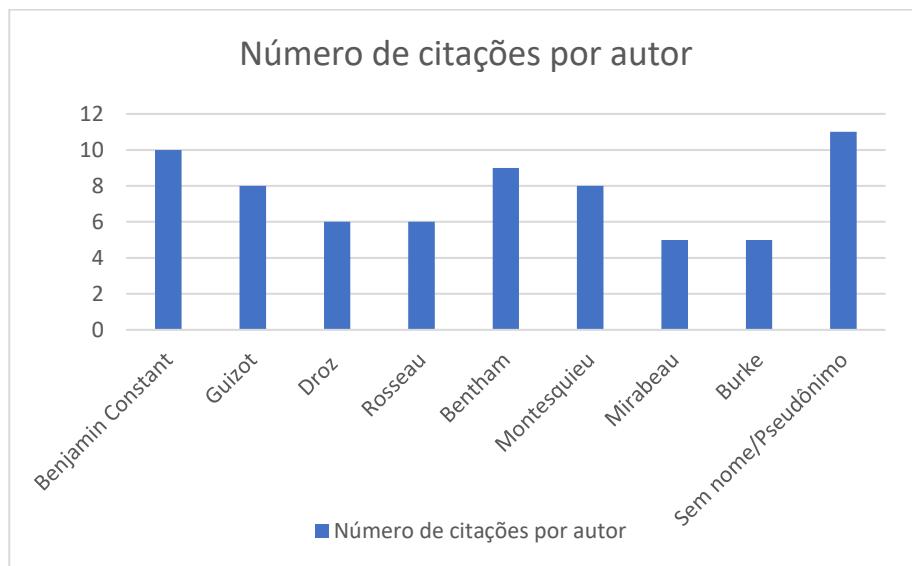
Autores	Citações	Edições
Rouilly	1 71º	
Platão	2 77º, 127º	
Segur	1 77º	
Manoel Ignacio de Mello e S.	1 78º	
Dauray de Brie	1 78º	
Brissot de Waville	1 79º	
W. Pitt	3 85º, 106º, 146º	
V. Cousin	1 86º	
Escherny	3 92º, 93º, 94º	
Raynal	1 92º	
Mably	1 92º	
Silvestre Pinheiro	2 94º, 109º	
Odilon Barrot	1 112º	
Donoyer	1 114º	
Durvergier	1 115º	
Fritot	1 115º	
Hegel	1 115º	
Horacio	2 105º, 116º	
Montagne	1 117º	
Thomas Paine	1 118º	
Bacon	3 118º, 144º, 149º	
Brougham	2 124º, 130º	
Cottu	1 125º	
Charles Comte	1 125º	
B. Saint Pierre	1 126º	
Evaristo Ferreira da Veiga	1 128º	
Adam Ferguson	1 128º	

Tabela 4 - Continuação da tabela de autores citados no Independente por edição

Loche (Locke)	1 128º
Sidney	1 128º
Plutarco	1 128º
Grotio (Grotius)	2 129º, 148º
Zeferino José de Rocha	1 131º
Howard	1 132º
John Bowring	1 132º
Destutt de Tracy	3 134º, 136º, 142º
Cousin	2 138º, 149º
David Ricardo	1 139º
J. B. Say	1 139º
Boileau	1 139º
Felice	1 140º
Dunoyer	1 141º
Vattel	3 105º, 106º, 148º
D. de Brie	1 149º
Bally	1 154º
Verginaux	1 154º
Warden	1 156º
Volney	1 160º
Pascal	1 161º
D. J. G. Magalhães	1 162º
Lord Chatan	2 104º, 106º
Charles Dupin	1 104º
Spkear	1 105º
Despreaux	1 105º
Blanc de Volx	1 105º
Persio	1 106º
Fox	1 106º
W. Doblen	1 106º
Tacito	1 106º

Os autores mais citados por Torres Homem são, nesta ordem, Benjamin Constant, Bentham, Montesquieu, Guizot, Droz, Rousseau, Mirabeau e Burke. No entanto, a quantidade de citações sem nome do autor, ou com pseudônimos, supera o número de vezes que estes autores são citados. Os demais autores são citados, no máximo, em até 3 edições. Estas informações são ilustradas na tabela seguinte:

Gráfico 1 - Número de citações por autor



Além de autores estrangeiros e brasileiros, Torres Homem cita trechos de revistas e jornais em algumas colunas, para reunir ideias concordantes com as suas. Veja a lista de jornais e revistas que tiveram trechos de suas edições transcritos no *O Independente*.

Tabela 5 - Jornais/Revistas citados no Independente por edição

Revistas/Jornais	Citações	Edições
Oxford Prize Essays	1 57º	
Diário do Governo	3 57º, 72º, 104º	
O Universal	9 66º, 70º, 76º, 90º, 94º, 109º, 116º, 122º, 159º	
Sentinella do Serro	1 67º	
Endinburgh Review	1 69º	
O Homem e a América	1 69º	
Novo Argos	6 69º, 86º, 92º, 98º, 135º, 147º	
Astro de Minas	8 73º, 78º, 91º, 113º, 140º, 144º, 158º, 161º	
Correio Paulistano	1 75º	
Novo Farol Paulistano	3 85º, 93º, 114º	
Opinião Campanhense	3 87º, 88º, 143º	
Estrella Marianense	2 95º, 101º	
Luz da Verdade	2 97º, 131º	
Homem Social	1 98º	
Paulista	4 99º, 110º, 111º, 120º	
Equinocial	3 118º, 133º, 135º	
Sermões do Papa	1 90º	
Cinq Condes	1 134º	
O Gracho	1 134º	
O Lucero	1 135º	
Órgão da Lei	2 119º, 142º	
Telegrapho del Commercio	1 135º	
Encyclopedie Moderna	3 140º, 142º, 153º	
Jornal da Agricultura da Bahia	1 146º	
Noticiador	1 147º	
Gazeta da França	1 147º	
Farol	1 150º	
Federalista	1 151º	
Jornal da Sociedade promocional	1 152º	

Tabela 6 - Jornais/Revistas citados por edição

Jornal da Sociedade promo	1 152º
Recopilador Mineiro	1 154º
Portolis. Esp. Filosof.	1 155º
Statistica dos E.U por Warr	1 156º
Diário	1 158º
Folha Inglesa Couriers	1 158º
Polit. Nat.	1 158º
Mentor Liberal	1 103º
Jornal do Commercio	1 103º
Diario de Pernambuco	1 106º
Ypiranga	1 54º

Ao todo, são citados trechos de 40 jornais/revistas, incluindo publicações internacionais como exemplo a *Encyclopedia Moderna*, a *Folha Inglesa de Couriers*, a *Gazeta da França*, o *Telegrapho del Commercio*, *Cinq Condes*, *Oxford Prize Essays*, *Statistica dos E.U Edinburgh Review*, e nacionais; *O Homem e a América*, jornal também redigido pelo próprio Torres Homem, o *Diário do Governo*, entre outros. Os jornais que tiveram seus trechos citados em mais de 3 edições do *Independente* foram *O Universal*, citado em nove edições, o *Astro de Minas*, citado em oito, o *Novo Argos*, citado em seis, o *Paulista*, citado em quatro.

Os jornais citados em três edições do *Independente* são: a *Encyclopedia Moderna*, o *Diário do Governo*, o *Equinoxial*, a *Opinião Campanhense* e, o *Novo Farol Paulistano*. Já os jornais citados em até duas edições são: *Órgão da Lei*, *Luz da Verdade* e *Estrella Marianense*, os demais jornais tem seus trechos citados em apenas uma edição do *O Independente*.

Dos 40 jornais e revistas, 8 são jornais ou revistas internacionais, que tiveram seus trechos traduzidos por Torres Homem nas edições em que são citados. A maioria dos jornais citados no *O Independente* são nacionais. os jornais que tiveram seus trechos citados em mais edições são, nesta ordem: *O Universal*, o *Astro de Minas*, o *Novo Argos* e o *Paulista*.

O jornal *Universal* é, assim como o *Astro de Minas* e o *Novo Argos*, um jornal publicado na província de Minas Gerais, seu autor, Bernardo Pereira Vasconcellos, o redigiu durante o período de 1820 a 1849, vendido em folhas avulsas por 80 réis, na Typografia do Universal, em Ouro Preto. O jornal possui colunas com o mesmo nome das colunas do *O Independente*, “interior”, “correspondência” e, “variedades”, além de também ser um jornal liberal moderado.

Como esclarecido por Vasconcellos na edição 724 do *Universal*, tanto o *Astro de Minas*, quando o *Novo Argos* eram jornais cujos redatores “pertencem ao partido

moderado e pregam a ordem".<sup>195</sup> *O Astro de Minas* era redigido por Xavier da Veiga, publicado entre 1827 e 1839, nesta folha, o jornalista mineiro pretendia “expor a vida em defesa da pátria” e, como um moderado, seu foco era a “felicidade da Pátria”, a folha também possuía as mesmas colunas do *Independente* “variedades” e “correspondências”, sendo subscrita no Rio de Janeiro, vendida na loja de João Pedro da Veiga e, em Ouro Preto, na Oficina do Astro, custando 80 reis a folha avulsa.<sup>196</sup>

Por sua vez, *O Novo Argos*, redigido por Antonio José Ribeiro Bhering, circulou entre 1829 e 1833, sendo vendido a 80 reis a folha avulsa, como um jornalista moderado, o redator defende o partido como “notável à nação”<sup>197</sup>. O jornal também possui as colunas “Variedades” e “Correspondências”.

Os três jornais possuem em comum não apenas o fato de serem propagadores das ideias do partido liberal moderado, mas também as colunas de mesmo nome, as citações de autores estrangeiros tanto na epígrafe, quanto no corpo do jornal e a citação de outros jornais moderados como o *Aurora Fluminense* ou até mesmo se citavam entre si.

Diante disso, ficam evidentes as motivações que Torres Homem teve para transcrever trechos de jornais cujo posicionamento político era semelhante, colaborando com a rede de diálogo que ocorria entre os periódicos do partido moderado. Logo, assim como *O Universal* é transcrito no *O Independente*, ele também foi, no *Novo Argos* e no *Astro de Minas*, e vice-versa.

Outra secção do jornal *O Independente* é a de “Correspondências”, Torres Homem publicou, ao todo, 20 correspondências, a maioria remetidas a ele, outras, retiradas de outros jornais.

Tabela 7 - Correspondências citadas por edição

Correspondência	Remetente	Destinatário	Edições
1 "Hum amigo dos offendidos"	Sr. Redator	Sem edição	
1 Saturnino de Souza e Oliveira	Sr. Redator	55º	
1 O Amigo da Verdade	Sr. Redator	64º	
1 O Inimigo da Restauração	Sr. Redator	65º	
1 O Confuso	Sr. Redator	66º	
1 O Inimigo dos Restauradores	Sr. Redator	71º	
1 Hum inimigo dos Caramurus	Sr. Redator	74º	
2 Hum Federalista	Sr. Redator	89º, 90º	
1 O Papa Sermões	Sr. Redator	90º	
1 Sem remetente (Correspondência Particular)	Sem destinatário	103º ( extraído do Jornal do Commercio)	
1 Odilon Barrot	Meu caro colega	112º (extraído do Jornal de Paris)	
1 O Espreitador das Contradições	Sr. Redator	115º	
2 O Epaminondas	Sr. Redator	129º, 132º	
1 Zeferino José do Roza	Sem destinatário	131º	
1 Hum amigo de Catelina	Sr. Redator	134º	
1 Hum pernambucano anti-caramuru e inimigo dos aristocratas do Sul e do Norte	Sr. Redator	136º	
1 Secretário da Sociedade de Baependy	Governo	139º	
1 Hum tropeiro	Sr. Redator do Astro	144º (extraído do <i>Astro de Minas</i> )	
1 Hum que não quer ter a sorte de S. Lourenço	Sr. Redator	164º	

<sup>195</sup> *O Universal*, Minas Gerais, n.º 724, 16 de março de 1832, p. 2.

<sup>196</sup> *O Astro de Minas*, Minas Gerais, n.º 1, 20 de outubro de 1827, p. 1.

<sup>197</sup> *O Novo Argos*, Minas Gerais, n.º 170, 2 de março de 1833, p. 1.

Das 20 correspondências, três são extraídas de outros jornais, o *Jornal do Commercio*, o *Jornal de Paris* e o *Astro de Minas*. Todas as outras se destinam ao “Sr. Redator” do *Independente*, Torres Homem, possuindo diversos remetentes, que assinam, na maior parte das vezes, com pseudônimos. Apenas quatro das 20 edições são assinadas com nomes pessoais.

Quanto aos nomes que aparecem como correspondentes, temos Saturnino de Souza e Oliveira e Zeferino José do Roza. O primeiro, era um médico, formado na mesma Academia que Torres Homem e exercia cargos públicos, sendo cônsul em Angola. Posteriormente, se tornou redator do jornal *O Philantropo*, no qual defendia o fim do tráfico de escravizados. O fato de ter escrito uma correspondência destinada ao redator do *Independente*, nos revela que Torres Homem tinha uma rede de contato com outros homens que tinham pensamento antiescravista.

A correspondência de Saturnino ao *Independente* trata de uma resposta ao jornal *O Ypiranga*<sup>198</sup>, do qual *O Independente* passou a mesma edição desmentindo boatos. O Ypiranga havia publicado em seu número 18, que um boato circulava na capital de que devido à uma denúncia feita ao Governo por um clube maçônico, Lino Coutinho, ex-presidente da província, teria proposto no Conselho que se consultasse a todos os Comandantes dos Batalhões da Guarda Nacional e seus oficiais sobre sua adesão ao Governo e perguntou se estavam prontos a empregar a força em qualquer circunstância. *O Ypiranga* diz que, apesar de ser um boato, ouviu algumas respostas dos Comandantes dos Batalhões, mas não as publicaria por amor a ordem.<sup>199</sup>

Por sua vez, Saturnino enviou como resposta ao *Ypiranga* uma correspondência publicada no *Independente*, jornal rival do mesmo. Nela, Saturnino defende que a Guarda Nacional pretende sustentar o juramento de defender o Imperador, a Constituição e as Leis do Império e que sempre estaria em defesa da ordem e da liberdade legal. O documento é seguido pelas assinaturas de Saturnino e demais membros do Batalhão.

Esse documento torna ainda mais evidente o apoio de Saturnino ao redator do *Independente*, ajudando-o a desmentir um de seus inimigos da imprensa.

No que se refere à Zeferino, este aparece nas fontes como dono de uma botica. Ele se envolveu num episódio de protesto em setembro de 1832. O estopim foi a queda do ministério de Hollanda Cavalcanti, um gabinete que era mal visto pelos moderados e,

---

<sup>198</sup> *O Ypiranga*, Rio de Janeiro, nº 18, 8 de fevereiro de 1832.

<sup>199</sup> Ibidem, p. 3.

admirado pelos restauradores. Além disso, outros fatores agitaram os ânimos da população carioca, dentre eles: a discussão na Câmara dos Deputados sobre o projeto de anistia política, que favorecia os restauradores que outrora provocaram episódios de revolta, somada aos boatos de que os moderados estavam tentando seduzir os restauradores para um conflito deles - os brasileiros adotivos - contra os brasileiros natos.<sup>200</sup>

E então, no dia 12 de setembro, iniciou-se um protesto quando José de Oliveira Porto Seguro colocou na parede da porta do Correio, no Largo do Paço, uma proclamação que lamentava a demissão do Ministro, criticava os moderados e, convocava o povo a exigir a reintegração do ministro, dando, por fim, vivas à Constituição, à D. Pedro II, ao Senado e à Câmara dos Deputados.<sup>201</sup>

Sobre o episódio, testemunhas disseram que estavam reunidas na botica de Zeferino, quando viram um ajuntamento ilícito de pessoas, homens de todas as cores. A declaração do próprio Zeferino se assemelha muito a das demais testemunhas reunidas em sua botica, ele disse ter visto um ajuntamento ilícito de mais de 50 pessoas, dentre as quais reconheceu Porto Seguro e João Carlos Corrêa Lemos Junior, que colocaram uma proclamação na porta do Correio. Também disse que o motim se manteve até as 17h da tarde, quando já haviam chegado outras figuras relevantes como o capitão Gabizo, Girão e Maurício José do Lafuente.<sup>202</sup>

Os relatos das testemunhas da botica apontam a criminalidade do episódio e os mesmos líderes. Com base neles, o juiz Nicolao Lisboa decretou a prisão dos supracitados envolvidos em segredo de justiça.

No entanto, como apenas as testemunhas que estavam na botica de Zeferino foram ouvidas e seus relatos insistiam na ilicitude do protesto, Girão declarou em seu depoimento que as únicas testemunhas ouvidas – o grupo reunido na botica de Zeferino - eram suas inimigas, por não professarem a mesma opinião política e, que, portanto, seu depoimento não deveria ser considerado, ele também encaminhou um agravo à Casa de Suplicação e ao Imperador, declarando que, por estar desarmado o conflito não poderia ser considerado ilícito.<sup>203</sup>

---

<sup>200</sup> BASILE, Marcello. *A politização das ruas*. v. 2. Op. cit. p. 807-808.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 807-808.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 809.

<sup>203</sup> Ibidem, p. 815-818.

Como consequência, o acórdão da Casa de Suplicação concluiu que o depoimento das testemunhas da botica não era suficiente para provar as acusações contra os suspeitos, decidindo por soltá-los da prisão.

Logo, na Correspondência enviada em novembro de 1832, publicada no *Independente*, Zeferino fala sobre o episódio de 12 de setembro do mesmo ano, declarando que o juiz de paz Azambuja, e o escrivão Caetano de Castro e Souza, eram caramurus, assim como o envolvido no episódio capitão Gabizo e que, por isso, o protegeram, num julgamento que Zeferino chama de “monstruoso”. Zeferino defende que o juiz Nicolao Lisboa, que considerou seu relato e das outras testemunhas de sua botica, era o verdadeiro e mais adequado juiz para o caso, no entanto, os envolvidos tiveram a proteção de Azambuja, Castro e Souza e do Acórdão.

A correspondência serve como complemento à uma edição de crítica aos Caramurus, sendo finalizada com uma coluna de Variedades que exige justiça, mostrando como Torres Homem, assim como Zeferino, estava insatisfeito com o fato de que Caramurus (restauradores) continuavam saindo impunes de seus atos, sendo o 12 de setembro um exemplo disso.

### **3.3 A primeira edição:**

Publicada no sábado, dia 4 de fevereiro de 1832, a primeira edição do ano em questão (edição número 53) foi marcada pela mudança de redator, que deixa de ser Joaquim José Rodrigues Torres, assumindo Francisco Salles Torres Homem. Esta mudança pode ser encontrada na primeira coluna, “Interior”, mas sem citar o nome do novo ocupante da cadeira. No entanto, sabe-se que Torres Homem se tornou o redator do *Independente*, na época, por meio da afirmação de diversas fontes biográficas e historiográficas.

A autoria de Torres Homem é confirmada por fontes como o jornal *Autores e Livros: Suplemento literário de A Manhã*<sup>204</sup>, que na edição de História do jornalismo do Brasil relata a trajetória de Torres Homem e afirma que o jornalista iniciou seus trabalhos na imprensa assumindo redação do *O Independente*. Em sua edição número 4 o jornal *O Grito dos Oprimidos*<sup>205</sup> também menciona que Torres Homem é o autor do *Independente*.

---

<sup>204</sup> *Autores e Livros: Suplemento literário de A Manhã*. Rio de Janeiro, n. 9, vol IX, 26 de setembro de 1948, p. 105.

<sup>205</sup> *O Grito dos Oprimidos*. Rio de Janeiro, n.4, 25 de maio de 1833.

A confirmação da autoria também é feita por biógrafos como Sacramento Blake e Hélio Vianna que incluem na listagem de obras publicadas por Torres Homem o jornal *O Independente*.<sup>206</sup> Além disso, o historiador Basile confirma que *O Independente* “Teve dois jovens e promissores redatores, que muitos serviços iriam prestar ao Império: até o nº 52 (28/10/1831) Joaquim José Rodrigues Torres e após a retomada da publicação (4/2/1832) Francisco Salles Torres Homem.”<sup>207</sup>

Entretanto, na época em que o *Independente* era publicado não havia nenhum trecho que explicitasse quem era o seu redator, nenhum pseudônimo era usado para assinar artigos na folha e todas as correspondências dirigidas ao jornal, tinham como destinatário o “Sr. Redator”, sem citar nome nem pseudônimo do mesmo.

Assim, em sua primeira edição, Torres Homem, o novo “Sr. Redator” do *Independente* fala sobre o desafio de dar continuidade ao jornal:

Tendo de continuar este jornal, não podemos lisonjear de conservar o lustre, [ilegível] a mão mais hábil que a nossa, lhe tenha sabido imprimir, alige-nos o bem fundado receio de desbotar-lhe o brilho, pois não possuímos talentos iguais aos do antigo redator do *Independente*.<sup>208</sup>

Após expressar seu receio em assumir a redação do *Independente*, comparando-se com os talentos do primeiro redator, Torres Homem afirma que, apesar de “diversos os talentos”<sup>209</sup>, o novo redator tem “igual afinco a causa e bem do Brasil”<sup>210</sup> e que, portanto, o “amor da ordem, e espírito de moderação continuarão a resumbrar neste jornal”<sup>211</sup>.

O novo redator se apresenta como um “partidista da liberdade”<sup>212</sup>, que segundo ele, “não é a liberdade acompanhada do terror e da discórdia, revoltada contra o freio das leis”<sup>213</sup>, mas parecida com escravos que lutam contra os seus senhores, mas sim, a liberdade que assemelha os indivíduos “a entes generosos e livres, trabalhando em aperfeiçoar a grande obra de sua regeneração política”<sup>214</sup> e são “contra aqueles que intentam violá-la: o governo excedendo a órbita das leis ou a multidão com seus excessos”<sup>215</sup>. Nas palavras do redator, esta é a liberdade constitucional.

<sup>206</sup> Ver biografias: BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. 7. vol. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1883, p. 117; VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 116.

<sup>207</sup> BASILE, Marcello. *A Politização das Ruas*. v.1. Op. cit. p. 68.

<sup>208</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 53, 4 de fevereiro de 1832, p. 1.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 1

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 1

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 1

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 1

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 1

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 1

Apesar de se colocar como um redator de espírito moderado, partidário da liberdade constitucional, princípios compartilhados pelo partido moderado. Torres Homem diz que “só é verdadeiramente livre o escritor que escreve como pensa”<sup>216</sup> e que, portanto, nunca ofereceria suas opiniões “embaixo holocausto a partido algum”<sup>217</sup>.

Nesse sentido, tendo como pilares o amor, a ordem, a liberdade constitucional, o espírito de moderação, e o apartidarismo, Torres Homem inicia sua redação do *Independente*.

O autor dá continuidade à primeira edição com uma crítica ao partido exaltado que se “preconiza hoje o vingador dos direitos do povo, para recorrer a uma revolução com risco de desmantelar o Brasil nos choques da anarquia, perdendo as vantagens do Governo existente e da ordem estabelecida.”<sup>218</sup>

Segundo Torres Homem, os exaltados afirmavam que o Governo é tirânico, por desejar prender quais participaram do 7 de abril. E em defesa do governo, o redator argumenta que os que participaram deste dia, haviam:

Se manchado de criminosos, excessos, queriam ditar a lei com os punhais nas mãos, queriam erigir o regime do terror. Por isso, o governo criado para defender os direitos de todos, não poderia deixar tranquilo os partidos despedaçar-se, mas disparar contra eles os canhões da lei.<sup>219</sup>

Na visão do autor, a revolução do 7 de abril foi necessária para depor D. Pedro I, e acabar com a opressão que este impunha ao povo. Porém, passada a revolução era necessário restabelecer a ordem e a tranquilidade pública. Por isso, o primeiro cuidado do governo após a revolução seria “amortecer a tendência a movimentos sediciosos, usando a espada da lei, para a tranquilidade geral”.<sup>220</sup>

Para legitimar seu argumento, Torres Homem cita o autor do Contrato Social que explica que “se os povos tentam sacudir o jugo do despotismo afastam-se tanto mais da liberdade quanto tomado por ela uma desenfreada licença, suas revoluções os entregam quase sempre a sedutores que só fazem agarrar suas cadeias.”<sup>221</sup>

Na percepção de Torres Homem, uma revolução gera outra, pois “quando a multidão está irritada pela febre revolucionária, os homens tendem a inclinar os

<sup>216</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 53, 4 de fevereiro de 1832, p. 1

<sup>217</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 2.

movimentos políticos para os seus interesses particulares, lançando mão do pretexto para operar uma nova revolução.”<sup>222</sup>

Por isso, era justificável uma ação do governo que reprimisse essa sede de revolução ativada na multidão que segundo o autor, estava incendiada pela vitória sobre o tirano deposto. E que, por isso, o governo deveria temer a anarquia e a exaltação política.

Torres Homem finaliza o artigo afirmando que, se o Brasil continuar preso às revoluções, “em curto espaço se sucederão uns aos outros mil governos efêmeros, e todas essas existências serão um dia substituídas por um tirano popular, ou por dominação estrangeira.”<sup>223</sup> Sendo necessária, portanto, uma ação firme do governo para frear o impulso revolucionário.

Na coluna Rio de Janeiro, Torres Homem disserta sobre a eleição de um novo júri e critica os jornais *Nova Luz*, *Ypiranga* e a *Matraca*, por serem contra as leis que puniam os abusos da liberdade de imprensa.

Assim, se encerra primeira edição do *Independente*, e os próximos números seguem com características semelhantes. A maioria das 112 edições do *Independente* é composta, dentre outros assuntos, pela defesa das ideias moderadas, e crítica às ideias das facções opostas: a exaltada, a restauradora e seus respectivos jornais. Logo, tendo em vista que esta era uma questão essencial para Torres Homem, faremos uma análise de como o redator do *Independente* percebia os partidos exaltado, restaurador e moderado e portanto, como gostaria que seus leitores os enxergassem na época.

Antes de entrarmos na análise das definições que Torres Homem construiu sobre as facções exaltada, restauradora e moderada, vejamos esta tabela que indica os jornais mencionados no *Independente*, afim de discutir seus ideais. Em vermelho, estão os jornais que Torres Homem classificou como jornais do partido exaltado; em azul, os que classificou como do partido restaurador; em amarelo, os classificados por ele como do partido moderado; e em laranja, os jornais que, segundo Torres Homem, eram do partido exaltado, mas passaram para o partido restaurador.

---

<sup>222</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 53, 4 de fevereiro de 1832, p. 2.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 3.

Tabela 8 - Jornais mencionados por edição.

		citações	edições
1	jornais		
2	Nova Luz	8 53º, 56º, 70º, 71º, 87º, 140º, 147º, 150º	
3	A Matraca dos Farroupilhas	16 53º, 55º, 56º, 57º, 58º, 56º, 60º, 61º, 64º, 72º, 73º, 87º, 98º, 147º, 150º, 152º	
4	Ypiranga	12 53º, 54, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 67º, 81º, 84º, 87º, 114º	
5	Tempo	8 58º, 61º, 66º, 80º, 84º, 85º, 87º, 93º	
6	Malagueta	7 59º, 60º, 61º, 63º, 64º, 65º, 71º	
7	Tribuno do Povo	1 60º	
8	O Republicano Federal	1 60º	
9	Trombeta dos Farroupilhas	11 61º, 84º, 85º, 107º, 110º, 116º, 121º, 133º, 135º, 144º, 146º	
10	Verdade	5 61º, 91º, 129º, 132º, 156º	
11	Filho da Terra	4 61º, 70º, 87º, 98º	
12	Carijó	20 61º, 63º, 64º, 66º, 67º, 73º, 76º, 83º, 93º, 94º, 96º, 97º, 107º, 108º, 109º, 117º, 121º, 133º, 147º	
13	Exaltado	3 61º, 88º, 125º	
14	O Regente	2 61º, 84º	
15	Caramuru	35 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 72º, 73º, 74º, 75º, 84º, 85º, 87º, 95º, 104º, 108º, 109º, 119º, 120º, 121º, 125º, 126º, 127º, 130º	
16	Jornal do Commercio	2 66º, 77º	
17	Paulista	1 78º	
18	Diário da Manteiga	1 84º	
19	Diário do Rio	5 86º, 107º, 123º, 126º, 133º	
20	O Clarim da Liberdade	2 110º, 125º	
21	O Nacional	2 112º, 118º	
22	O Conciliador	1 113º	
23	O Catão	26 114º, 116º, 117º, 119º, 121º, 122º, 123º, 125º, 126º, 128º, 129º, 130º, 131º, 133º, 135º, 140º, 141º, 144º, 146º, 147º, 150º, 154º, 155º, 157º	
24	Aurora Fluminense	8 117º, 126º, 127º, 129º, 130º, 142º, 149º, 152º	
25	Verdadeiro Patriota	1 121º	
26	O Equinocial	1 123º	
27	O Recopilador	2 125º, 129º	

Tabela 9: Jornais mencionados por edição

28	Sentinela da Liberdade	3 130º, 136º, 144º
29	Cometa	8 130º, 131º, 133º, 134º, 135º, 139º, 144º, 149º
30	O Epaminondas	1 132º
31	O Telegrafo del Commercio	1 135º
32	O Brasileiro Resoluto	1 135º
33	O Trinta de Julho	1 135º
34	O Sete de abril	2 140º, 154º
35	Torre de Babel	4 144º, 145º, 149º, 152º
36	Oposição Justificada	1 146º
37	Arca de Noé	1 149º

Com base na tabela, é possível perceber que os jornais mais mencionados são os do partido exaltado, em vermelho. Em contrapartida, os jornais mencionados com menor frequência são os do partido moderado. Isso se explica pelo fato de que estas menções eram feitas, geralmente, para criticar o jornal ou seu redator, logo, sendo o *Independente* um jornal da moderação, é compreensível o menor número de menções críticas aos jornais do partido. Para melhor compreender como Torres Homem classificou cada jornal, é necessário analisarmos suas definições dos partidos exaltado, restaurador e moderado.

### 3.4 A facção dos jururubas, farroupilhas, ou o partido exaltado.

Na percepção de Torres Homem, durante a revolução do dia 7 de abril de 1831 que teve por consequência a abdicação do Imperador D. Pedro I haviam três grupos políticos: os exaltados, os restauradores e os moderados. Segundo o redator, durante a revolução, moderados e exaltados se uniram para depor o imperador, enquanto os restauradores, os então “comprometidos”, defendiam o mesmo. No entanto, após a

revolução os partidos exaltado e moderado tiveram uma ruptura devido às divergências quanto aos seus projetos de regeneração política para o país.

Esta ruptura entre os partidos se deu, segundo Torres Homem, porque os exaltados pensavam que depois do 7 de abril:

Não haveria mais leis coercitivas nem se executariam as penas dos códigos, que teria cada um a faculdade de escrever o que aprouvesse aos seus caprichos, que teriam a faculdade de rusgar, que cada um poderia decidir sobre os negócios públicos e reger o Estado na praça pública.<sup>224</sup>

Esta concepção de liberdade que os exaltados tinham, divergia da concepção que os moderados e que o próprio redator acreditava. Para o autor, a liberdade dos exaltados consistia na faculdade de fazer rusgas, porém, a liberdade legal, defendida pelos moderados, tinha outra natureza, consistia em fazer aquilo que as leis não reprimem e que não prejudicam a outrem.

Para se referir a concepção de liberdade dos exaltados, Torres Homem cita Montesquieu, que diz: quando os selvagens querem frutos, cortam a árvore pelo pé e colhem, eis o despotismo. Para o autor, a imagem que Montesquieu traça do despotismo serve para a exaltação política, uma vez que, para conseguir uma liberdade ilimitada, os exaltados “tudo assolam e arruínam, subvertem o Estado à custa do sangue da miséria dos povos e não param em suas pretensões.”<sup>225</sup>

Na percepção do redator do *Independente*, os exaltados, após terem derrubado D. Pedro I através da revolução do 7 de abril, agora visavam derrubar o Governo e suas instituições, destilando calúnias contra o mesmo. Para o autor, todos os exaltados, com seus excessos “tem embaçado o brilho da revolução do 7 de abril, com tentativas de executar seus planos e projetos, tem introduzido a desconfiança em todas as classes”,<sup>226</sup> perturbando a ordem da sociedade, em nome da liberdade e do patriotismo.<sup>227</sup>

Na edição n.º 60, de modo a explicar o objetivo dos exaltados, Torres Homem traduz Montesquieu que diz:

Os grandes sucessos, sobretudo aqueles para que o povo contribui muito, lhe dão um tal orgulho que não é mais possível dirigi-lo. Inimigo dos magistrados, ele volta-se também contra a magistratura, inimigo dos que governam, em breve o será da Constituição.<sup>228</sup>

---

<sup>224</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 59, 25 de fevereiro de 1832, p. 25.

<sup>225</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 56, 15 de fevereiro de 1832, p. 13.

<sup>226</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>228</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 60, 29 de fevereiro de 1832, p. 29.

Para o autor, esta proposição é a expressão dos fatos observados acima, uma vez que, “enlevados pelo sucesso da vitória contra seus tiranos, os povos se armam de indignação contra tudo o que sabe as autoridades e como obram em virtude da lei e da constituição, estas se tornam objeto de seu ódio e aversão.”<sup>229</sup>

Para o redator, este foi o efeito que a revolução do 7 de abril gerou nos exaltados, tal como na Revolução Francesa, o triunfo contra o despotismo tornou os homens “indóceis ao jugo das leis e das autoridades.”<sup>230</sup> Ou seja, os exaltados se opuseram inicialmente a D. Pedro II, mas o sucesso da vitória sobre o mesmo, aumentou sua sede por uma liberdade ilimitada, os colocando em guerra contra o governo e todas as autoridades.

Segundo Torres Homem, as constantes rusgas dos exaltados, mesmo após concluída a deposição do ex-imperador, provavam que os mesmos “tem aversão a qualquer espécie de governo, ou ao menos ao governo que não seguir seus caprichos.”<sup>231</sup> Logo, “o sucesso do plano deles seria a sentença de morte para a liberdade, a segurança individual e a propriedade.”<sup>232</sup>

Desse modo, percebe-se que, apesar do interesse em comum de retirar D. Pedro I do poder devido aos seus atos de tirania e de despotismo, assim que este abdicou e o Brasil iniciou um período Regencial, moderados e exaltados passaram a ter opiniões e atitudes divergentes. Enquanto os primeiros procuravam manter a ordem e a tranquilidade, através de uma postura moderada e da defesa da liberdade legal, os segundos, buscavam, conforme o redator, maneiras de obter uma liberdade ilimitada, subvertendo a ordem e não obedecendo às leis.

Em algumas edições, Torres Homem cria definições dos exaltados, farroupilhas ou jururubas. Para o autor, os farroupilhas são a populaçā<sup>233</sup> que, citando Aristóteles, define como “distinta do povo *populos*, a multidão *popularis multido* é a populaçā, compõe a multidão do país de mercenários, que sem bens e sem asilo, passavam a sua vida sobre as praças públicas a fazer desordens.”<sup>234</sup>

Além da “populaçā” de Aristóteles, Torres Homem também compara os exaltados aos *sans-culotes* da França, aos *guelpos* e *gibelinos* da Itália, aos *levellers* da Inglaterra e

<sup>229</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 60, 29 de fevereiro de 1832, p. 29.

<sup>230</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>231</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 56, 15 de fevereiro de 1832, p. 13.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>233</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 59, 25 de fevereiro de 1832, p. 25.

<sup>234</sup> Ibidem, p. 25.

aos tribunos de Roma, pois, para o autor, todos eles causaram males as suas pátrias, assim, o Brasil iria passar pelas mesmas catástrofes, se se deixasse embair pelas declamações e calúnias dos exaltados contra o governo.<sup>235</sup>

Na percepção de Torres Homem, existiam várias razões para um indivíduo se tornar “exaltado”: uns ingressam ao partido e querem subverter o Estado porque acreditam ter direito de serem regentes, outros porque só na anarquia poderiam ser homens importantes para ocupar os empregos, outros por fanatismo político, outros por sua simplicidade e falta de luzes.<sup>236</sup> Além de defenderem uma liberdade ilimitada e, portanto, ilegal, segundo Torres Homem, os exaltados defendiam duas formas de governo específicas: a República e a Federação.

Ao citar o jornal exaltado *Tribuno do Povo*, que acusa os moderados de pregarem contra a estabilidade de uma República no Brasil, Torres Homem diz que ninguém quer um governo republicano no Brasil, porque “existe entre nós uma quantidade não pequena de tribunos, todos de um de espírito chinês, possuindo aqueles vícios e más qualidades de homens educados debaixo do despotismo.”<sup>237</sup> Para ele, “os que gritam em favor da República tem a cabeça cheia de prejuízos e ideias contrárias aos dogmas republicanos.”<sup>238</sup>

Segundo o autor, não seria possível existir uma República no Brasil porque o amor à igualdade, o amor ao trabalho, o desprezo do luxo, o zelo pela causa pública e todas as outras virtudes das Repúblicas não existem entre os exaltados.<sup>239</sup> Na edição n.º 78, Torres Homem cita Dauray de Brie, que diz que Repúblicas supõem um Estado pouco extenso e uma nação de costumes puros que, fora destas circunstâncias seria impossível uma república subsistir por muito tempo.<sup>240</sup> Logo, sendo o Brasil à época uma nação de vasto território, recém-independente, Torres Homem acreditava ser este país incompatível com um governo republicano e que, portanto, a ideia da facção exaltada deveria ser ignorada.

No que se refere à Federação, Torres Homem apresenta posicionamentos diversos ao longo do jornal. Nas edições iniciais, como a número 62, o autor faz uma crítica negativa à Proclamação da Federação, tecida por “sediciosos e rebeldes”<sup>241</sup> na Vila da Cachoeira, Bahia. Segundo Lina Maria Brandão de Aras, este episódio foi consequência

<sup>235</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 56, 15 de fevereiro de 1832, p. 13.

<sup>236</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>237</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 60, 29 de fevereiro de 1832, p. 30.

<sup>238</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>240</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 78, 2 de maio de 1832, p. 106.

<sup>241</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 62, 7 de março de 1832, p. 41.

de um movimento revolucionário organizado por brancos, pardos e negros, escravizados e livres que, insatisfeitos com a administração centralizada na Corte, tinham um projeto de estabelecer uma monarquia federalista no Brasil, no qual as províncias teriam maior autonomia.<sup>242</sup>

Na edição 68, o autor faz uma crítica a “Sociedade Federal”, acusando-a de ter um sentimento revolucionário e princípios opostos à ordem e felicidade da pátria.<sup>243</sup> Para o autor, diversos escritores partidários do sistema federativo reconhecem ser desvantajoso este sistema nos momentos de crise e de guerra externa, quando são necessários que movimentos rápidos partam de um só centro de ação. Nesse sentido, para o autor, a Sociedade Federal proclamava uma “heresia política”<sup>244</sup>, ao recomendar a federação para o caso de guerra externa.<sup>245</sup>

Segundo Torres Homem a Sociedade Federal também defendia uma mudança na constituição do Brasil, ou seja, “retalhar a nação em partidos, enfraquecendo para melhor cair de baixo do golpe dos inimigos.”<sup>246</sup> Logo, a Federação era imprópria para o momento em que o país se encontrava, quando era de suprema conveniência “cessar as dissensões intestinas, e que todos os partidos desaparecendo formassem um todo homogêneo”<sup>247</sup>, em outras palavras, centralizar-se politicamente.

Na ocasião de discussão na Câmara dos Deputados do projeto de federação para o Brasil, Torres Homem afirmou que a “Federação plantada em nossa terra produziria amargos e venenos frutos”<sup>248</sup>, e que o único intento da Sociedade Federal era elevar ao poder seus favoritos e subverter as leis, implantando assim a “farroupilhocracia”<sup>249</sup>.

Na edição 110, no entanto, percebe-se uma mudança de posicionamento de Torres Homem em relação à federação. No contexto de meados de 1832, as disputas entre restauradores e moderados se acirravam, e ambos os partidos buscavam uma aliança com os exaltados. Nesse sentido, os restauradores acusam os moderados de terem se tornado partidários da federação apenas para conquistar os exaltados. Torres Homem respondeu à acusação, afirmando que “não foi para transigir com uma facção, mas com a maioria do

<sup>242</sup> ARAS, L. M. B. de. Escravos nos movimentos federalistas. Bahia, 1832-1833. *Politeia - História e Sociedade*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2014.

<sup>243</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 68, 28 de março de 1832, p. 65.

<sup>244</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>245</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>246</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>248</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 89, 20 de junho de 1832, p. 152.

<sup>249</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 90, 23 de junho 1832, p. 155.

Brasil, que as ideias da federação têm grassado entre os moderados.”<sup>250</sup> E que a oposição inicial dos moderados assim como a dele próprio, era em relação à Sociedade Federal, e não aos seus princípios políticos.

Diante disso, Torres Homem afirma que todas as suas críticas dirigidas à Sociedade Federal, diziam respeito aos seus procedimentos contrários à razão e às suas tentativas de perturbar a ordem social. “Hoje, porém, que para os bons princípios parece ir se volvendo a sociedade federal, grande contentamento nos embeberia no espírito se fossem dissipados os ressentimentos, se fraternizasse com os brasileiros do partido moderado.”<sup>251</sup>

Na edição 114, o redator publicou um artigo ponderando a compatibilidade da federação com o governo monárquico. Ele apontou que a federação não se opõe ao princípio fundamental das monarquias: a perpetuidade do monarca, e que ela não é incompatível com a prerrogativa da inviolabilidade do monarca, princípio que garante a independência dos estados da união. O autor encerrou o artigo declarando seu novo posicionamento em relação à federação: “cuido ser inevitável que mais cedo ou mais tarde será o Brasil uma monarquia federativa, atenta a extensão de seu território.”<sup>252</sup>

A mudança de posicionamento em relação à federação ocorreu em conjunto com a mudança de posição de Torres Homem e dos moderados, em relação ao partido exaltado.

Na visão do autor, existiam dois tipos de exaltados: os verdadeiros e os falsos. Os verdadeiros exaltados seriam aqueles que participaram da revolução de 7 de abril junto aos moderados, lutando pela causa da liberdade legal e contra o despotismo do ex-imperador, e que, durante a Regência, buscavam a regeneração política do país respeitando o governo e suas leis. Já os falsos exaltados, ou anarquistas, são aqueles “que vivem nas desordens do Estado”<sup>253</sup>, que “servem aos grandes ambiciosos com a promessa de uma parte dos despojos do inimigo”<sup>254</sup>, este segundo grupo, não tinha como alvo apenas D. Pedro I, mas sim o governo, as leis e a constituição, pois buscavam a supracitada liberdade ilimitada.

Na edição 68 o autor explicava a diferença entre os dois tipos de exaltados:

Os exaltados são formados por duas sortes de homens, uns que formam o maior número desvairados por um excesso de zelo patriótico, cheios de intenções

<sup>250</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 110, 12 de setembro de 1832, p. 239.

<sup>251</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>252</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 114, 26 de setembro de 1832, p. 254.

<sup>253</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 131, 29 de novembro de 1832, p. 321.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 322.

puras, porém por sua ignorância e seu fanatismo querendo o bem da pátria por meios que só fariam sua ruína; outros, de uma incrível maldade procuram lançar mão dos mais atrozes para produzir a anarquia e fazer assim fortuna sobre os males da pátria. Contra estes últimos trovejam os moderados e lhe fazem desapiedada guerra; os primeiros, ao contrário, merecem atenção e conciliação, a simpatia por seu amor puro, a liberdade e afimco a causa da pátria, ainda que embutidos de erros funestos, são partidistas da liberdade.<sup>255</sup>

Portanto, quando restauradores e moderados buscavam conquistar exaltados para seus respectivos partidos para ganhar maior força política. Torres Homem, que inicialmente criticara o partido exaltado, propôs uma aliança com o mesmo, com o intuito de derrubar os restauradores e estabelecer a paz.<sup>256</sup>

No entanto, para o redator, os moderados não deviam se aliar aos anarquistas, mas sim, aos verdadeiros exaltados, que defendiam a causa da regeneração política. Para Torres Homem, a união entre moderados e verdadeiros exaltados era importante para salvar a pátria dos restauradores.<sup>257</sup>

Segundo Torres Homem, a união entre os partidos moderado e exaltado era urgente, pois o partido restaurador era inimigo de todos que participaram do 7 de abril, e pretendiam operar o retorno do despota ao país, fazendo guerra aos liberais, ameaçando as conquistas obtidas na revolução de abril ao colocar o Brasil novamente sob o domínio de D. Pedro I. Logo, o autor convocou:

A sociedade conservadora não é inimiga deste ou daquele partido; é, sim, inimiga de todos os brasileiros que aprovaram a revolução de 7 de abril. Reunamo-nos todos para combater a hidra do despotismo estrangeiro, que intenta levantar o colo para devorar a liberdade nascente.<sup>258</sup>

Para Torres Homem, os restauradores eram “adversários em fim dos moderados e dos exaltados, isto é, de todos os brasileiros que querem a liberdade, uns por meios brandos e legais, outros por meios violentos”<sup>259</sup>, uma vez que, defendiam o retorno do tirano deposto por ambos os partidos na revolução do 7 de abril. Logo, a união entre os verdadeiros exaltados e moderados era essencial para impedir os planos do partido restaurador.

A partir da edição 157, já em 1833, Torres Homem afirmou que “há somente dois partidos no Brasil”<sup>260</sup> e tratou a disputa partidária como sendo apenas entre restauradores e moderados. Para o autor, os dois tipos de membros do partido exaltado se dissolveram ao ingressarem em ambos os partidos, de acordo com seus ideais. Os exaltados

<sup>255</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 68, 28 de março de 1832, p. 67.

<sup>256</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 110, 12 de setembro de 1832, p. 239-242.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 240-242.

<sup>258</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 65, 17 de março de 1832, p. 56.

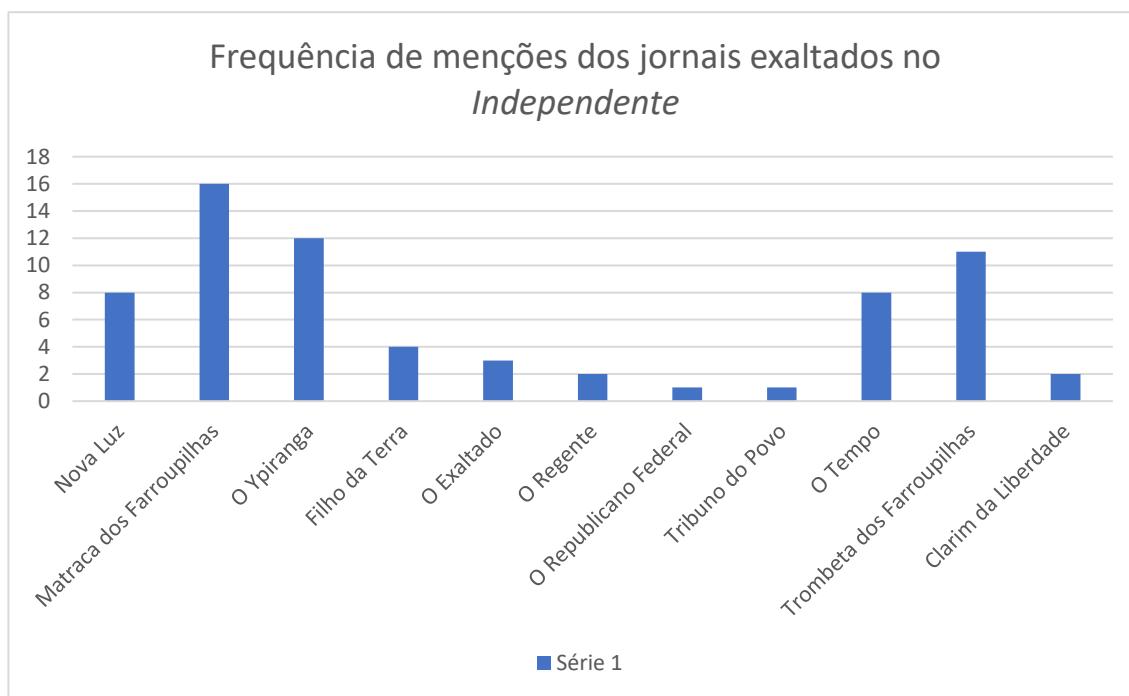
<sup>259</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 62, 7 de março de 1832, p. 45.

<sup>260</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 157, 16 de março de 1833, p. 431.

anarquistas, a “populaça inimiga de toda espécie de governo e ávida de anarquia”<sup>261</sup>, ingressaram ao partido restaurador. Já, os verdadeiros exaltados, os partidários da liberdade legal, ingressaram ao partido moderado.

Dentre os jornais do partido exaltado, Torres Homem cita: o *Ypiranga*, *A Matraca dos Farroupilhas*, *A Nova Luz*, a *Trombeta dos Farroupilhas*, o *Clarim da Liberdade*, *O Tribuno do Povo*, *O Republicano Federal*, *O Filho da Terra*, o *Exaltado*, *O Tempo*, *O Regente*. A seguir, a tabela mostra o número de menções que cada jornal teve ao longo das 112 edições.

Gráfico 2 - Frequência de menções dos jornais exaltados no *Independente*



O jornal exaltado mais mencionado pelo redator do *Independente* foi *A Matraca dos Farroupilhas*<sup>262</sup>, uma publicação redigida pelo publicista João Batista de Queiroz, que teve sua primeira edição em novembro de 1831, publicada pela Tipografia de Torres, no Rio de Janeiro, e vendida a 40 réis. Na percepção de Torres Homem, a *Matraca*, assim como a *Nova Luz*<sup>263</sup>, correspondiam “ao punhal do assassino”<sup>264</sup> e eram “instrumentos de assassinos morais”<sup>265</sup>, por isso não podiam escapar da lei e deveriam ser punidos. Por

<sup>261</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 157, 16 de março de 1833, p. 432.

<sup>262</sup> *A Matraca dos Farroupilhas*, Rio de Janeiro: Tipografia de Torres, 1831.

<sup>263</sup> *Nova Luz Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia de Torres, 1829-1831.

<sup>264</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 53, 4 de fevereiro de 1832, p. 3.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 3.

diversas edições, o autor escreveu críticas às ideias veiculadas na *Matraca* e exigiu a punição de seu redator pela lei que restringia os abusos da liberdade de imprensa.

Para Torres Homem, “o poder de um homem sobre o outro nasce da constituição, mas desde que a pisam, já não existe poder legitimo: pode-se neste caso, quando despreza a lei, abusando da força como traidor e malvado, usar da força até matá-lo, como quem mata lobos.”<sup>266</sup> E esta fala representava a atitude do “imoral *Matraca*, o qual aconselha caçar os legisladores e Governo do Brasil como se caçam feras”.<sup>267</sup> E por isso, o autor considerava que nem o jornal de Marat em 1792 era tão sanguinário quanto a *Matraca*.<sup>268</sup>

Além disso, o redator do *Independente* acusou os exaltados e a *Matraca* de subjugarem o povo ao “islamismo político”<sup>269</sup>. Para ele, os exaltados achavam que o Brasil chegou a um estado de degradação moral que só poderia ser regido pelo despotismo, pois o governo era traidor.<sup>270</sup>

Junto com a *Matraca*, Torres Homem também criticou outros jornais como o *Exaltado*. Na percepção do autor, os redatores das duas folhas “devem ser perseguidos e punidos com a severidade da lei.”<sup>271</sup> Na edição número 150, Torres Homem acusou a *Matraca* e a *Nova Luz* de apelarem ao haitianismo compartilhado por um pequeno número de exaltados”<sup>272</sup>. Finalmente, na edição 98, o autor classifica a *Matraca* e o *Filho da Terra*<sup>273</sup> como “veículos da indecência e da calúnia”<sup>274</sup>, tornando evidente sua oposição ao jornalismo exaltado.

O segundo jornal mais mencionado no *Independente* foi o *Ypiranga*<sup>275</sup>, publicado pela primeira vez em dezembro de 1831, na Tipografia de Torres, vendido a 80 réis. Seu redator era o deputado, também homem de cor, Francisco Gê Acabaia Montezuma. Segundo Torres Homem, o *Ypiranga* e a *Matraca* eram jornais que incitavam o povo contra o Governo e contra o Ministro da Justiça, Diogo Antonio Feijó.

Nesse sentido, a maioria dos ataques do *Independente* ao *Ypiranga* se dava devido à diferente percepção de liberdade de imprensa de seus autores.

<sup>266</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 55, 11 de fevereiro de 1832, p. 10.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>269</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 58, 22 de fevereiro de 1832, p. 22.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>271</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 57, 20 de fevereiro de 1832, p. 18.

<sup>272</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 150, 16 de fevereiro de 1833, p. 405.

<sup>273</sup> *O Filho da Terra*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1831-1832.

<sup>274</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 98, 26 de julho de 1832, p. 188.

<sup>275</sup> *O Ypiranga*, Rio de Janeiro: Tipografia de Torres, 1831-1832.

Os ataques entre o *Independente* e o *Ypiranga* eram recíprocos. Certa vez, o *Ypiranga* disse que o *Independente* era redigido por um dos regentes, devido ao apoio constante ao governo no jornal. Torres Homem respondeu que o *Ypiranga* não passa de um declamador de falsas acusações.<sup>276</sup>

Na percepção do *Ypiranga* “não convém nos países constitucionais restringir a liberdade de imprensa”<sup>277</sup> e afirmou que o *Independente* era contra a liberdade de imprensa.<sup>278</sup> No entanto, Torres Homem pensava diferente e defendia a necessidade de impor “restrições, para que a calúnia não prevaleça, e se não propagem os princípios subversivos e desorganizadores.”<sup>279</sup> Para o redator do *Independente*, a lei que punia os abusos da liberdade de imprensa, ou seja, “a moderada restrição, não poderia ter nome de — *an obstruction* (uma obstrução).”<sup>280</sup>

Assim, na visão de Torres Homem, “a lei que reprime os abusos da liberdade de imprensa é para o *Ypiranga* um jugo insuportável, porque defende a liberdade ilimitada dos gregos.”<sup>281</sup> E que, “todo o mundo está de acordo sobre a competência da lei dos abusos da imprensa, só o *Ypiranga* lhe recusa a aprovação.”<sup>282</sup>

Por fim, Torres Homem relatou que Montezuma, o autor do *Ypiranga*, havia se alistado à Sociedade Conservadora, deixando de ser um exaltado, para se tornar restaurador. Então, o autor direcionou as críticas ao novo jornal do redator, órgão da Sociedade Conservadora, diminuindo suas menções ao *Ypiranga*, jornal que já havia parado de ter novas publicações desde fevereiro de 1832.<sup>283</sup>

Diante destes fatos, vejamos o que Torres Homem concebeu como Sociedade Conservadora, restauradores ou caramurus.

### **3.5 A Sociedade Conservadora: restauradores, comprometidos, caramurus, liberticidas.**

Na edição número 62, Torres Homem define o partido restaurador, ou caramuru, como “os partidistas de Pedro I”<sup>284</sup> que:

Não o defendem por meios tortuosos e por uma maneira indireta, ousam agora abertamente apresentar-se na cena política levantando uma bandeira debaixo da qual convidam todos os homens que sustentavam o governo de D. Pedro,

<sup>276</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 56, 15 de fevereiro de 1832, p. 14.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>278</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 57, 20 de fevereiro de 1832, p. 17.

<sup>279</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>280</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>281</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>282</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>284</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 62, 7 de março de 1832, p. 43.

todos os inimigos da gloriosa revolução do 7 de abril, que nos pôs a salvo de príncipe déspota e fementido, adversários em fim dos moderados e dos exaltados, isto é, de todos os brasileiros que querem a liberdade, uns por meios brandos e legais e outros por meios violentos.<sup>285</sup>

O grupo restaurador estava reunido sob a Sociedade Conservadora, composta por homens que “eram partidistas de Pedro I, que o defendiam e sustentavam e contra quem se indignavam os chamados hoje moderados e exaltados.”<sup>286</sup> Para o autor, a Sociedade Conservadora era composta por inimigos da liberdade, tendo como principal veículo de suas ideias o jornal *Caramuru*.<sup>287</sup>

O surgimento da facção restauradora é retratado no *Independente* como anterior à abdicação de D. Pedro I. Para o redator, os caramurus são os mesmos indivíduos que ocupavam cargos públicos, os “funcionários perversos e todos os colaboradores de d. Pedro I”.<sup>288</sup> Esses sujeitos gozavam de favores, boas graças e privilégios, carregados de insígnias, condecorações e títulos, tudo devido ao patronato e ao favor daqueles que desfrutavam das graças do príncipe.<sup>289</sup>

No entanto, com a abdicação do Imperador que os protegia e o início da Regência, esses funcionários que antes sustentavam o monarca tiveram que mudar de linguagem, declarando-se a favor nova ordem das coisas, quando, na verdade, desejavam o antigo domínio. Assim, os empregados, antigos falsos patriotas, se introduziram com o pretexto de promover o bem público e foram preservados em segurança pela proteção do partido moderado, que freou os impulsos vingativos dos exaltados.<sup>290</sup>

Segundo o autor,

O partido exaltado de um coração incapaz de sentimentos generosos começou poucos dias depois de 7 de abril a taxar seus mandatários de traidores, porque se opunham, a que exercesse atrozes vinganças contra passadas injúrias cometidas por portugueses. Todos ainda se lembram dos esforços que fizeram os jornalistas da moderação, assim como nas câmaras os deputados, amigos da paz e da ordem se esforçaram para amortecer o espírito de vingança.<sup>291</sup>

Assim, no primeiro momento, após a revolução do 7 de abril, a ideia única e mais simples com que se depara é a da liberdade, ela tem existência exclusiva. Porém, há duas ideias de liberdade variantes: a liberdade legal, defendida pelos moderados, e a demagogia e liberdade ilimitada, defendida pelos exaltados. As ideias e interesses

<sup>285</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 62, 7 de março de 1832, p. 43.

<sup>286</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>287</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>288</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>289</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 66, 21 de março de 1832, p. 58.

<sup>290</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>291</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 59, 25 de fevereiro de 1832, p. 26.

retrógrados existem profundamente sepultados nas almas cheias de consternação dos indivíduos interessados no regime imperial, e os que existem, “se escondem trêmulos debaixo da égide do partido”.

Naquela época, para Torres Homem, não havia contra-revolucionários e “todos são patriotas, é a coisa mais difícil do mundo o encontrar homem que seja caramuru”.<sup>292</sup> Os homens que defendiam D. Pedro I, se tornaram “falsos convertidos”<sup>293</sup> do partido moderado e estavam contidos em sua maioria no Senado, fingindo abraçar-se com os princípios da revolução.<sup>294</sup>

Segundo Torres Homem, a postura amedrontada dos restauradores se deu porque temiam a vingança dos exaltados e, como naquele momento não sabiam medir a força deste partido, preferiram manter-se disfarçados entre os moderados para obter proteção. No entanto, a dissolução do antigo júri e eleição de um novo, ao qual o partido exaltado se opunha na imprensa, revelou a impotência deste partido e o reduziu a nulidade, fazendo com que os restauradores<sup>295</sup>:

Homens que em todos os lugares protestavam adesão aos princípios da revolução, que trêmulos se escondiam debaixo das bandeiras do partido da liberdade legal, uma vez dissipada a tempestade revolucionária, voltam-se contra os que os salvaram, e contra a nação que generosamente os perdoou.<sup>296</sup>

Assim, sob a bandeira da restauração, surgiu a facção dos caramurus, cujas flechas convergiam contra o partido moderado, lisonjeando e pretendendo fazer causa comum com os exaltados. Tendo sua maioria no Senado, os restauradores conseguiram implementar diversas de suas medidas.<sup>297</sup>

A primeira medida foi a demissão do Ministro Feijó, que era apoiado e louvado pelos moderados, graças à pressão que o partido caramuru exerceu sobre o mesmo na imprensa e no Senado.<sup>298</sup> A segunda, foi barrar o pedido de demissão do Tutor de Pedro II, José Bonifácio, requerida e aprovada pelos moderados, o que representou uma vitória para os caramurus, visto que Bonifácio era um de seus aliados.<sup>299</sup> A terceira, foi barrar as

<sup>292</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 120, 20 de outubro de 1832, p. 275.

<sup>293</sup> Ibidem, p. 275.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 275.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 276.

<sup>296</sup> Ibidem, p. 276.

<sup>297</sup> Ibidem, p. 276.

<sup>298</sup> Ibidem, p. 276.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 276.

reformas constitucionais propostas pelos moderados, através da predominância no Senado, que, por sua vez, era vitalício.<sup>300</sup>

Assim, tendo o tutor do jovem imperador ao seu favor e sendo a maioria no Senado vitalício, o partido caramuru conseguia ter grandes vantagens sobre o moderado. Além disso, os restauradores organizavam motins e revoltas contra o Governo, ameaçando a estabilidade e a ordem pública.

Os motins do partido restaurador relatados no *Independente* ocorreram em 3 de e 17 abril de 1832 no Rio de Janeiro, contra a demissão do Tutor do imperador José Bonifácio.<sup>301</sup> A demissão do tutor, como supracitado, era exigida pelos moderados e pelo Ministro Feijó, que acusavam Bonifácio de se aliar aos restauradores e planejar o retorno de D. Pedro I para o Brasil.<sup>302</sup>

Como resultado do motim, Feijó pediu sua demissão do cargo de Ministro da Justiça. Portanto, na visão de Torres Homem “o triunfo do tutor e a saída de Feijó foram produtos do caramurismo da maioria do Senado.”<sup>303</sup>

No dia 30 de julho, houve uma tentativa de golpe no Rio de Janeiro, após o pronunciamento da Regência que ameaçava se demitir, caso não fosse demitido o Tutor. Para o autor, “o espírito retrogrado da maioria do Senado, a sua oposição aos mais caros interesses do Brasil, conservando um tutor indigitado como chefe da facção restauradora, acabou de desaninar o governo e o dia 30 de julho foi o imediato resultado.”<sup>304</sup>

Torres Homem utiliza diversas nomenclaturas para se referir ao partido restaurador, que podia ser chamado de partido retrogrado ou pedrista, assim como de caramurus, comprometidos e liberticidas devido ao seu comprometimento com o ex-imperador.<sup>305</sup>

Como mencionado anteriormente, o principal jornal da Sociedade Conservadora e, consequentemente, do partido restaurador, é o *Caramuru*<sup>306</sup>, publicado pela primeira vez em 2 de março de 1832, na Tipografia do Diário, com a assinatura custando 6 mil réis por semestre. O jornal tem como nome completo, *O Caramuru: O Imperador e a Constituição jurada*, e seu redator é o jornalista David Fonseca Pinto, chamado por Torres Homem de Sr. David.

<sup>300</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 120, 20 de outubro de 1832, p. 276.

<sup>301</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 99, 28 de julho de 1832, p. 189.

<sup>302</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 94, 11 de julho de 1832, p. 169.

<sup>303</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 120, 20 de outubro de 1832, p. 275.

<sup>304</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 100, 1 de agosto de 1832, p. 194.

<sup>305</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 62, 7 de março de 1832, p. 43.

<sup>306</sup> *O Caramuru: O Imperador e a Constituição jurada*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1832.

Torres Homem define o *Caramuru* como “órgão da facção retrograda, que intenta acender as tochas das terríveis desavenças, que a prudência dos brasileiros honrados tem se esforçado em destruir e desvanecer.”<sup>307</sup>

Uma das críticas do *Caramuru* se dirige em relação aos regentes, não se agradando de “um governo composto por homens que no outro dia eram nada”<sup>308</sup>. Mas, como um defensor da ocupação dos cargos por mérito e talento, Torres Homem responde dizendo que os regentes eram:

Conhecidos como grandes antagonistas do despotismo imperial, severos adversários dos comprometidos e grandes servidores da Nação, porém tirados do seio ignobil do povo, sem ter por avós uma seita de tiranos, que degolaram os povos e fizeram a infelicidade das nações, ou ao menos serem marqueses.<sup>309</sup>

Diferente dos restauradores, que classifica como “funcionários públicos corrompidos, zangões políticos, homens sem probidade e sem mérito algum que sugavam o sangue da nação.”<sup>310</sup> E ainda adverte ao *Caramuru* “que os governantes mais conformes à dignidade da espécie humana seriam aqueles escolhidos pelo povo.”<sup>311</sup>

Logo, diferentemente dos restauradores, que se importavam com títulos e honrarias, como um moderado, o redator defende que os cargos públicos devem ser ocupados por indivíduos distintos por seus talentos e virtudes, eleitos pelo povo, independentemente de seu nascimento. Este posicionamento fica evidente na edição 63, quando o redator diz: “Se ainda não entramos na segunda ordem de efeitos depois da revolução de abril, podemos afirmar a nossa situação política é muito preferível aquela em que jazíamos no tempo do despotismo imperial”<sup>312</sup>.

Durante a Regência, “os empregos públicos não são mais preenchidos por homens sem talentos, cujo título único de recomendação era a baixeza do caráter. Hoje ocupam a presidência das províncias, aqueles apontados pelo dedo público como honrados patriotas.”<sup>313</sup>

Este posicionamento de Torres Homem em relação aos empregos públicos tem relação direta com a sua própria trajetória, uma vez que, sendo um homem de cor de origem modesta, o redator não tinha pecúlio ou redes clientelísticas que o catapultasse diretamente aos cargos do Estado. O personagem teve de usar seus méritos e talentos para

<sup>307</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 62, 7 de março de 1832, p. 43.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>309</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>310</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>311</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>312</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 63, 10 de março de 1832, p. 47.

<sup>313</sup> Ibidem, p. 47.

obter uma formação e, então através do exercício de uma profissão liberal, obter prestígio para ser eleito.

Logo, enquanto Torres Homem chegou aos cargos administrativos por meio do mérito, os restauradores, que eram, em grande parte, sujeitos que fizeram parte da nobreza de D. Pedro I e que já contavam com títulos, prestígio e redes de apoio financeiro. Por essa razão, o redator defendia as eleições, no lugar das indicações, a ocupação dos cargos pelo mérito e não pela condição de nascimento.

Segundo o redator do *Independente*, o *Caramuru* se apresenta como um exagerado patriota e ardente liberal e propõe-se a fazer oposição à tirania do governo e que, junto aos demais comprometidos “declararam guerra aos atos do atual governo e fazem coro com os exaltados nas calúnias contra o mesmo.”<sup>314</sup> Logo, em 35 edições, Torres Homem citou e respondeu a trechos do *Caramuru* argumentando contra suas críticas e calúnias ao Governo.

Conforme o *Independente*, uma das principais críticas do *Caramuru* era ao fato de que o governo não empregava os comprometidos.<sup>315</sup> Por conta disso, segundo Torres Homem, o redator restaurador ameaçava o governo de uma revolução, caso não fossem empregados os seus semelhantes.<sup>316</sup>

No *Independente*, também são citadas críticas do *Caramuru* ao 7 de abril e ao Período Regencial, dizendo que o primeiro foi “um dia de luto”<sup>317</sup>. Para Torres Homem, era comum que os jornais extremistas procurassem “atenuar horrorosas recordações para que se de sua comparação com o atual resulte a consequência de que sofremos mais despotismo que antes da revolução.”<sup>318</sup>

Na edição 87, Torres Homem afirma que o *Caramuru* reprova a revolução do 7 de abril porque era “contra a constituição jurada”<sup>319</sup> e responde dizendo que não existem revoluções constitucionais. Na mesma edição, o autor menciona que o *Caramuru* disse que “o governo de D. Pedro I era preferível ao atual”<sup>320</sup> e, o rebate argumentando que o *Caramuru* só afirmou “isso porque era seu escravo, recebia-lhe salário, agora só encontra

<sup>314</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 65, 17 de março de 1832, p. 56.

<sup>315</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 67, 24 de março de 1832, p. 63.

<sup>316</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>317</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>318</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 80, 9 de maio de 1832, p. 111.

<sup>319</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 87, 9 de junho de 1832, p. 142.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 142.

desprezo de um governo nacional que não compactua com os antigos encarniçados inimigos do Brasil.”<sup>321</sup>

Outro motivo de embate entre o *Independente* e o *Caramuru*, se dá pelo fato de que, para Torres Homem, o *Caramuru* procurava “semear a sizania entre os brasileiros natos e aqueles que o são pela constituição”<sup>322</sup>, afirmando que “os moderados odeiam os brasileiros adotivos de coração, e os exaltados não podem encará-los. E que, se os exaltados vencerem, eles serão sacrificados, se os moderados vencerem, eles serão preparados para a guilhotina.”<sup>323</sup> Por sua vez, o redator do *Independente* afirma que “não há provas do ódio dos moderados contra os nascidos em Portugal.”

Na percepção de Torres Homem, o *Caramuru* era mais perigoso que a *Matraca dos Farroupilhas*, isso porque, o autor via os excessos da multidão e as enormidades da anarquia, pregados pelo jornal exaltado *Matraca*, como sempre “menos aterradores do que a perspectiva da nacionalidade injuriada e destruída e do Brasil agrilhoado por um tirano da Europa”<sup>324</sup>, doutrina pregada pelo primeiro jornal. E continua dizendo que, “se a árvore da liberdade para crescer necessitasse de ser regada com sangue dos homens, preferíamos ainda sim cair debaixo dos punhais de nossos irmãos do que ver os pulsos estalados pelos ferros de um português inimigo.”<sup>325</sup>

Além do *Caramuru*, outros jornais restauradores da época foram mencionados por Torres Homem, sendo eles: o *Carijó*, a *Malagueta*, o *Catão*, o *Trinta de Julho*, *O Diário do Rio*, *O Verdadeiro Patriota*, a *Sentinela da Liberdade*, o *Cometa*, *O Brasileiro Resoluto*, a *Torre de Babel*, a *Oposição Justificada* e a *Arca de Noé*. E, alguns jornais que antes eram exaltados, segundo Torres Homem, passaram a defender as ideias restauradoras como; *O Exaltado*, a *Trombeta dos Farroupilhas* e o *Clarim da Liberdade*. O gráfico a seguir demonstra a quantidade de vezes que os jornais restauradores são mencionados no *Independente*.

---

<sup>321</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 87, 9 de junho de 1832, p. 142.

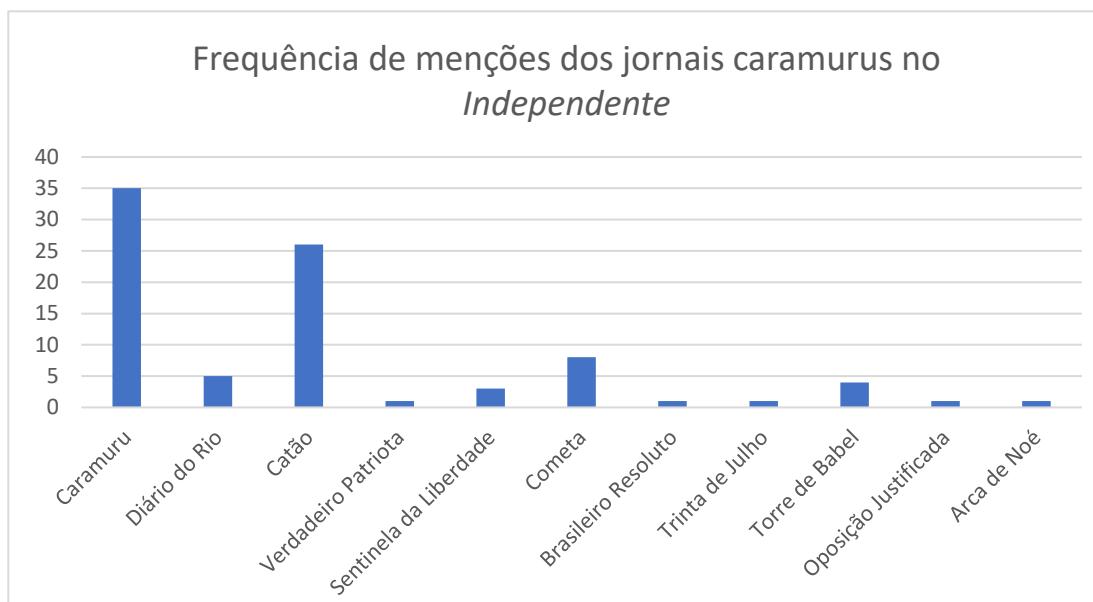
<sup>322</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 74, 18 de abril de 1832, p. 92.

<sup>323</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 87, 9 de junho de 1832, p. 142.

<sup>324</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 84, 14 de março de 1832, p. 50.

<sup>325</sup> Ibidem, p. 50.

Gráfico 3 - Frequência de menções dos jornais caramurus no *Independente*.



Conforme demonstrado pelo gráfico, depois do *Caramuru*, o jornal mais citado é o *Catão*, que tem como redator Francisco Gê Acayaba de Montezuma, o mesmo redator do jornal exaltado *Ypiranga*, o qual Torres Homem constantemente criticava. O *Catão*<sup>326</sup> foi publicado pela primeira vez em 21 de setembro de 1832 na Tipografia do Diário, sua assinatura custava 2 mil réis por trimestre.

Na edição 114, Torres Homem diz que o novo jornal *Catão* é parecido com o *Ypiranga*, que fomentou a desordem no Rio de Janeiro. Na edição 150, diz que o *Catão* é um dos mais incendiários jornais da desordem. Uma das principais críticas do *Independente* ao *Catão*, se dá à afirmação deste de que a Regência é de fato e não de direito, porque não é sobre o direito natural que se funda o direito de abdicar, mas sim sobre a própria lei do *salus populi*.<sup>327</sup>

O *Independente* refuta o *Catão*, dizendo que a regência é de direito natural e não constitucional. Pois, quando um povo é oprimido, ele sacode o jugo de seus tiranos, saltando por cima da constituição e recorrendo ao *salus populi*, fazendo valer os direitos naturais. Tal foi o procedimento da nação em 7 de abril. Logo, “a Regência tem em seu favor o direito natural, mas contra si o direito Constitucional; e que sendo este, e não aquele o que dirige a sociedade, infundado e de nenhum valor é o argumento do *Catão*.<sup>328</sup>

<sup>326</sup> *O Catão*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1832-1833.

<sup>327</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 130, 24 de novembro de 1832, p. 315.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p. 315.

Quanto a lei do *salus populi*, Torres Homem diz que o *Catão* também está equivocado, pois esta é “uma lei extraordinária e de exceção; faz emudecer todas as leis”<sup>329</sup>. É uma lei eminentemente revolucionária. Portanto, o sentimento da salvação leva os povos “a fazer calar momentaneamente sua constituição e leis para recorrer à medida extraordinária, ao princípio do *salus populi*.<sup>330</sup>

Diante disso, é evidente que, ao contrário do *Catão*, que via a revolução do 7 de abril como inconstitucional e negativa, o redator do *Independente* a via como um processo necessário para derrubar o despotismo do imperador e que, sendo uma medida emergencial/extraordinária, não tinha a necessidade de ser constitucional. Pois, “quando um povo é oprimido, nenhuma dúvida há que não possa sacudir o jugo de seus tiranos”<sup>331</sup>, logo, ele “salta por cima da constituição e recorre a *salus populi* fazendo valer os direitos naturais.”<sup>332</sup>

### **3.6 O Partido Moderado ou Partido Nacional: a moderação.**

Na primeira edição, Torres Homem diz que conduzirá o jornal com “amor da ordem e espírito de moderação”.<sup>333</sup> Apesar de dizer que o jornal não seria submisso a nenhum partido ao longo de várias edições, Torres Homem deixa claro sua simpatia pelo partido moderado.<sup>334</sup>

Na edição 79, o redator cita Montesquieu, que diz: “o espirito da moderação é o do legislador.”<sup>335</sup> Logo, as leis “são o suplemento da moderação que falta aos homens”.<sup>336</sup> Pois, não existe legislação perfeita; então, é necessário “o tocar lá de quando em quando as instituições e leis do Estado, para reformar o que nelas há de vicioso e, pô-las em harmonia com as ideias e necessidades dos povos.”<sup>337</sup> Portanto, a moderação, que Montesquieu considera “a mais essencial dos legisladores, é de suprema necessidade, ao ter de fazer alterações nas leis fundamentais do Estado.”<sup>338</sup> Por isso, “as mudanças políticas não podem ser feitas sem uma necessidade real que as justifique, só pelo delírio das inovações.”<sup>339</sup>

<sup>329</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 130, 24 de novembro de 1832, p. 316.

<sup>330</sup> Ibidem, p. 316.

<sup>331</sup> Ibidem, p. 316.

<sup>332</sup> Ibidem, p. 316.

<sup>333</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 53, 4 de fevereiro de 1832, p. 1.

<sup>334</sup> Ibidem, p. 1

<sup>335</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 79, 5 de maio de 1832, p. 109.

<sup>336</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>337</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>338</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>339</sup> Ibidem, p. 109.

Nesse sentido, para Torres Homem, baseando-se em Montesquieu, a moderação é a atitude equilibrada dos legisladores para promover mudanças políticas com base nas necessidades reais do povo, preservando a ordem e tranquilidade.

Longe de ser uma postura de mera observação diante dos fatos, a moderação, para Torres Homem, envolve sacrificar a popularidade em prol dos verdadeiros interesses públicos. Por isso, para o redator, o governo atual (o da Regência) é o melhor e possui a verdadeira moderação, pois “tem usado em todos os casos do método da expectação, exceto quando lhe cumpre conter as facções armadas.”<sup>340</sup> E também porque “tem mantido a tranquilidade geral, firmado o império da ordem e das leis”.<sup>341</sup>

Assim, na visão de Torres Homem, a atitude moderada não é simplesmente uma questão de inação, mas uma abordagem equilibrada que envolve não agir precipitadamente nem promover mudanças motivadas por paixões. A ação só ocorre quando há uma necessidade extrema, visando conter ameaças à paz e à tranquilidade pública.

Na edição número 137 o redator apresenta as seis características principais da moderação comparados ao da oposição caramuru:

I. “A moderação tende a enfraquecer a predominância do espírito militar no nosso país.”<sup>342</sup> Diferentemente dos caramurus, que aumentam o espírito militar do país, todos os escritores liberais, que se preocupam mais com o bem-estar do povo do que com o dos governos, reconhecem o quanto perigosa é para as liberdades públicas a existência de numerosas facções armadas e extremadas de seus concidadãos por costumes, hábitos e legislação.<sup>343</sup>

“O partido moderado entende que o espírito de um governo Constitucional como o nosso, o espírito de um povo agrícola e industrial deve tender ao enfraquecimento de um estado militar dispendioso e perigoso à civilização.”<sup>344</sup>

Por outro lado, a facção restauradora “procura fazer arfar os orgulhos da classe militar, restitui-lhe a influência que lograva nos dias do reinado do Déspota Bragantino.”<sup>345</sup> A seita Pedrista e Andradina pretende usar os militares descontentes para

<sup>340</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 80, 9 de maio de 1832, p. 112.

<sup>341</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>342</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 137, 19 de dezembro de 1832, p. 343.

<sup>343</sup> Ibidem, p. 343.

<sup>344</sup> Ibidem, p. 343.

<sup>345</sup> Ibidem, p. 343.

subverter o Estado, enquanto o partido moderado progressivo traça substituir as forças brutas pelo poder da razão.<sup>346</sup>

II. “A moderação é do voto das reformas na Constituição demandadas pela opinião pública e pelos reais interesses do Brasil”<sup>347</sup>, enquanto a oposição caramuru é inflexivelmente anti-reformista.<sup>348</sup>

“As leis e as instituições devem estar em harmonia om as ideias, necessidades e a civilização do povo”<sup>349</sup>, se isto não acontece, “então uma luta violenta lavra entre as ideias e instituições.”<sup>350</sup>

“Ora a civilização não sendo estacionária, e variando ao contrário na vida das nações, segue-se que as leis e as instituições devem acompanhar as variações da civilização, para se porem ao nível das ideias e das necessidades do tempo.”<sup>351</sup>

Torres Homem continua argumentando que o Conselho de Estado, um Senado vitalício e os Conselhos Provinciais têm poucas atribuições e dependem muito do poder central, portanto, só poderiam ser adequados para o Brasil na época de sua emancipação. Naquela realidade, em que o povo já possuia uma educação política e o país ja tinha alguns progressos, novas ideias e necessidades tornavam necessárias as alterações nas leis e instituições.<sup>352</sup>

III. “A moderação trabalha por economizar a substância pública”<sup>353</sup>, enquanto a oposição restauradora procura desperdiçá-la. O autor cita os gastos propostos pela oposição na Câmara dos Deputados. Enquanto os moderados rejeitam essas propostas e também reduzem significativamente os impostos.<sup>354</sup>

IV. “A moderação sustenta fervorosamente a causa da revolução”<sup>355</sup>, enquanto a oposição protege e defende os restauradores. Para Torres Homem, esta afirmação é comprovada pelos fatos, pois, logo que os Pedristas levantaram a bandeira da restauração e surgiu a Sociedade Conservadora, “o Ministério recorreu ao expediente útil, justo, político e legal de dispensar os membros influentes dessa sociedade que tramava contra revolução de abril.”<sup>356</sup>

<sup>346</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 137, 19 de dezembro de 1832, p. 343.

<sup>347</sup> Ibidem, p. 343.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 343.

<sup>349</sup> Ibidem, p. 343.

<sup>350</sup> Ibidem, p. 343.

<sup>351</sup> Ibidem, p. 343.

<sup>352</sup> Ibidem, p. 343.

<sup>353</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>354</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>355</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>356</sup> Ibidem, p. 344.

A oposição e seus jornais “desferiram uma algazarra contra o Ministério por haver dado aquele passo em prol da causa da regeneração ameaçada pelos satélites do Duque de Bragança”.<sup>357</sup> Armados, os contra-revolucionários levantam-se contra o governo, sendo defendidos na tribuna por vários deputados, que diziam vivas à aclamação de D. Pedro I.

Por outro lado, “o partido moderado tem combatido os planos que urdem para a restauração, horrível catástrofe que desmantelaria o Brasil.”<sup>358</sup> Portanto, “o partido moderado salvou a Representação nacional da desonra de conceder anistia aos que dilaceram as entranhas do nosso belo país”.<sup>359</sup>

V. “A moderação anela pelas reformas no pessoal dos tribunais civis e militares”<sup>360</sup>, enquanto a oposição, pelo contrário, defende o pessoal desses tribunais, muitas vezes conivente com todos os tipos de crimes.<sup>361</sup>

Segundo o redator, a nossa magistratura se via na mesma condição da magistratura francesa antes de 1789, onde “a venalidade, a corrupção e a imoralidade presidiam os tribunais.”<sup>362</sup> Por essa razão, “de todos os cantos do Brasil um clamor tem se erguido contra os tribunais, desde muito antes da revolução.”<sup>363</sup>

Segundo Torres Homem, naquela época, a conveniência dos juízes com as facções, que tiram a paz e o sossego da nação, é uma fonte de injustiças e de impunidade. O partido moderado grita contra estes homens, enquanto a oposição os engrandece.<sup>364</sup>

VI. “A moderação sustenta a Regência legal, de cuja estabilidade e segurança podem só porvir a estabilidade e andamento das nossas coisas políticas”<sup>365</sup>, enquanto a oposição, por sua vez, recorre a todos os meios para derrubar o governo.<sup>366</sup>

Para o autor, enquanto a oposição restauradora tenta minar o governo estabelecido pelo Corpo Legislativo para colocar em seu lugar seus próprios membros, o partido moderado impede a realização dos projetos dessa cabala conspiradora.<sup>367</sup>

Diante dessas afirmações, podemos perceber que os pilares da moderação citados por Torres Homem são: a sustentação da Regência legal e, consequentemente, do governo

<sup>357</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 137, 19 de dezembro de 1832, p. 344.

<sup>358</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>359</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>360</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>361</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>362</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>363</sup> Ibidem, p. 344-345.

<sup>364</sup> Ibidem, p. 345.

<sup>365</sup> Ibidem, p. 345.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 345.

<sup>367</sup> Ibidem, p. 345.

do Período Regencial, a oposição às facções políticas e à militarização do país, a defesa das Reformas Constitucionais que atendem às necessidades da civilização e do progresso, e o apoio à Revolução de 7 de abril e suas causas.

Inicialmente, o partido moderado se aliou aos exaltados, visando concretizar a revolução de abril e depor D. Pedro I. Logo, seu principal inimigo eram os “Pedristas”, os defensores do Imperador. Como explicado acima, principal divergência entre os exaltados e moderados, residia no fato de que os primeiros desejavam uma liberdade ilimitada, promovendo transformações políticas por meios violentos e extremistas, enquanto os moderados buscavam realizar mudanças que acompanhassem o ritmo da civilização e do progresso, sem perturbar a ordem pública, defendendo uma liberdade dentro dos limites legais, com transformações que respeitassem as leis e as instituições.

Como um moderado, Torres Homem critica os jornais exaltados nas primeiras edições do *Independente*. No entanto, em meados de 1832, com o acirramento das disputas políticas com os restauradores (os Pedristas), o autor adota a postura do partido moderado, buscando alianças com os exaltados para unidos derrotarem o partido restaurador em processos eleitorais.

Neste novo contexto, a conciliação entre os partidos é defendida da seguinte maneira:

Os exaltados, ou os que querem a liberdade por meios menos prudentes e violentos e, os moderados, que não veem a liberdade senão na observância das leis e das fórmulas, porão de parte os seus recíprocos ressentimentos e sufocarão as desavenças que envergonham o caráter nacional para debelar com os caramurus e os comprometidos, inimigos comuns a todos os brasileiros.”<sup>368</sup> Reunamo-nos todos para combater a hidra do despotismo estrangeiro, que intenta levantar o colo para devorar a liberdade nascente, sacrificaremos por agora aos interesses públicos as desavenças que nos retalham pela diferença de opinião. A sociedade conservadora não é inimiga deste ou daquele partido, mas de todos os brasileiros que aprovaram o 7 de abril.<sup>369</sup>

Na edição número 76, Torres Homem observa que, na luta dos moderados e do governo contra os restauradores, “os homens exaltados tem se conservado quedos e meros expectadores”<sup>370</sup>. Por isso, ele argumenta que é necessário que “os exaltados, convencendo-se de que o espírito de partido é oposto as prosperidades da pátria, se liguem em fraternal união aos moderados, para remover o porvir terrível que aguarda os povos divididos.”<sup>371</sup>

---

<sup>368</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 65, 17 de março de 1832, p. 56.

<sup>369</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>370</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 76, 25 de abril de 1832, p. 99.

<sup>371</sup> Ibidem, p. 99.

Além de buscar alianças com os exaltados, os moderados também pretendiam conquistar os portugueses/brasileiros adotivos e os homens de cor. Na edição número 87, quando o *Caramuru* acusa os moderados de odiarem os brasileiros adotivos, Torres Homem responde que “a causa que defendem os moderados, é a causa de toda a nação, a exceção de certas gentes arrebatadas por um falso espírito de liberdade e desses míseros escravos da restauração”.<sup>372</sup> Por isso, “os brasileiros nascidos em Portugal, marchando na mesma vereda que os moderados, defendem, pois, a causa da pátria e não a de um partido.”<sup>373</sup>

Na edição número 144, o jornal restaurador *Sentinela da Liberdade*<sup>374</sup> acusa os moderados e o governo de não empregarem os homens de cor.<sup>375</sup> Torres Homem então responde:

Eis o estribilho da *Sentinela*, relevava-lhe o mostrar com provas e não com caluniosas declamações, que o governo recusou a empregar este ou aquele individuo de mérito só pelo fato de ser homem de cor. É isto o que não faz a *Sentinela*, nem poderá fazer, porque numerosos são os daquela classe em todas as repartições públicas e em todas as corporações eletivas pelo povo.<sup>376</sup>

Portanto, para Torres Homem, a acusação da *Sentinela* era infundada, pois havia homens de cor no partido moderado e em cargos públicos, embora a *Sentinela* tenha replicado dizendo que “o número destes é diminuto equiparado ao dos funcionários brancos”.<sup>377</sup> Torres Homem então explica que isso ocorre porque os meios de fortuna e de ilustração são mais abundantes entre os brancos do que entre os negros, o que resulta em uma menor representação deste último grupo na administração pública.<sup>378</sup>

Na edição número 161, o redator do *Independente* afirma que os restauradores tentavam persuadir a todos de que do projeto de reformas do partido nacional (moderado) “proviria o arrancar os direitos políticos dos homens de cor” e que, “a liberdade completa da escravidão africana seria uma forçosa consequência dessas reformas, e que por tal motivo deveriam os liberais ser excluídos da deputação.”<sup>379</sup> O redator apenas responde dizendo que apesar destas acusações dos restauradores, o partido nacional (moderado) foi vitorioso nas eleições.<sup>380</sup>

<sup>372</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 87, 9 de junho de 1832, p. 143.

<sup>373</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>374</sup> *O Sentinella da Liberdade*. Rio de Janeiro: Tipografia de Guefier, 1832-1833.

<sup>375</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 144, 25 de janeiro de 1833, p. 377.

<sup>376</sup> Ibidem, p. 377.

<sup>377</sup> Ibidem, p. 377.

<sup>378</sup> Ibidem, p. 377.

<sup>379</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 161, 30 de março de 1833, p. 448.

<sup>380</sup> Ibidem, p. 448.

Definindo o partido moderado, na edição 103, o redator afirma que o partido moderado

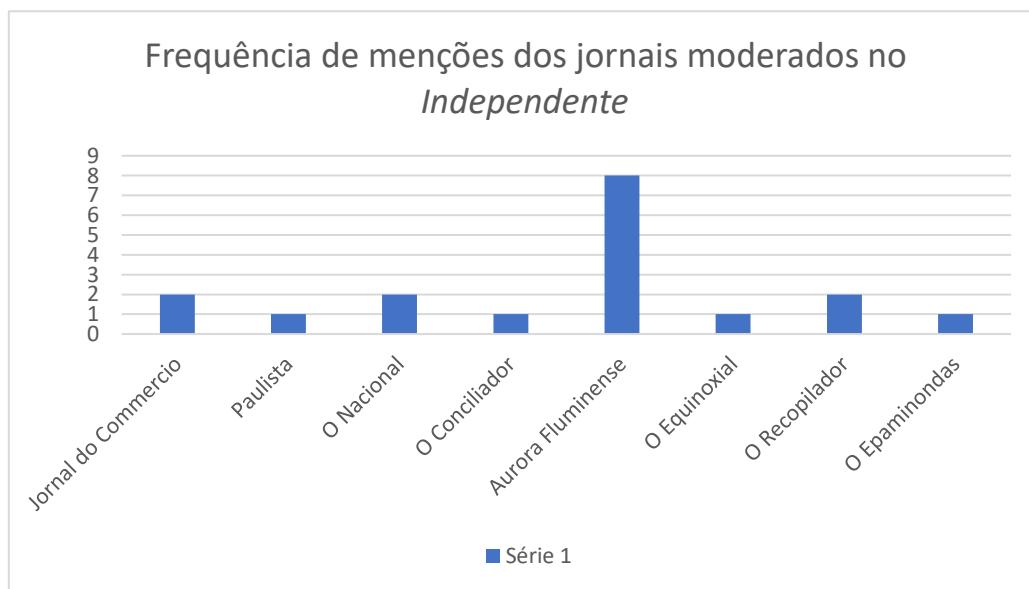
É o único partido cuja marcha é conducente à liberdade e felicidade da nação. Aconselhar o meio-termo nas coisas; combater os excessos cometidos em nome da liberdade por uma facção que a fazia consistir na contínua revolta contra o freio salutar das leis e que armada de punhais, de proscrições ameaçava o Brasil de cenas de sangue e de horror; empunhar as armas para sustentar o governo legal, debelando as facções inimigas da ordem pública; manter a obra da revolução de abril, declarando eterna guerra aos satélites do tirano, que baqueou do trono; defender uma administração patriótica e liberal contra os assaltos da ambição e de uma liberdade espúria, tais têm sido as regras de conduta do partido moderado.<sup>381</sup>

Para o redator, os moderados, são aqueles que desejam que “o governo legítimo, filho dos votos da Assembleia Geral, e que se mostrou digno de reger um povo livre, não seja derrubado pelas facções, para que a pátria, não, seja açoitada pelos flagelos da guerra civil.”<sup>382</sup>

Logo, em sua percepção, o partido moderado é o partido da maioria da nação, que representa os interesses de todos, sendo a favor da Regência, da liberdade legal, da representação política, das eleições e dos votos públicos, e da liberdade de imprensa, princípios que o mesmo defende em várias edições.

Os jornais moderados mencionados no *Independente* são: o *Jornal do Commercio*, o *Paulista*, *O Nacional*, *O Conciliador*, a *Aurora Fluminense*, o *Equinoxial*, o *Recopilador*, *O Epaminondas*. O gráfico a seguir demonstra a quantidade de vezes que estes jornais foram mencionados no *Independente*.

Gráfico 4 - Frequência de menções dos jornais moderados no *Independente*.



<sup>381</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 103, 10 de agosto de 1832, p. 104.

<sup>382</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 87, 9 de junho de 1832, p. 143.

Se compararmos os gráficos 2, 3 e 4 veremos que os jornais exaltados são mencionados com maior frequência do que os caramurus e moderados, sendo estes últimos os menos citados. Os jornais do partido moderado são mais transcritos do que mencionados no *Independente*, o que pode ser explicado pelo fato de que o autor era moderado, dando preferência à transcrição de edições de jornais moderados em vez de apenas mencioná-los. Outra explicação é que as menções aos jornais eram feitas com o intuito de criticá-los, o que justifica o maior número de menções aos jornais exaltados e restauradores, aos quais o redator se opunha.

O jornal da moderação mencionado com maior frequência no *Independente* é o *Aurora Fluminense*, que teve sua primeira edição em 1827, no Rio de Janeiro, pela Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, e seus avulsos eram vendidos a 80 réis. O *Aurora* era redigido pelo jornalista político Evaristo da Veiga, que introduziu Torres Homem à Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, da qual participavam muitos membros do partido moderado. Torres Homem também publicou números na *Aurora* antes de se tornar redator do *Independente*.

As menções ao *Aurora Fluminense* no *Independente* são feitas, sobretudo, para falar sobre seu redator, Evaristo da Veiga, e a tentativa de assassinato que ele sofreu. Para Torres Homem, os responsáveis por ordenar o assassinato de Evaristo foram os restauradores, por isso diz:

Os homens da facção Andradina e restauradora, vivamente debelados pelo Sr. Evaristo já no jornalismo, já na tribuna da representação nacional, vendo que as leis podem servir às suas vinganças, porque as leis não protegem o crime e a ambição e não se lhes antolhando outro meio de se livrar do corajoso defensor da causa do país, recorreram ao horroroso expediente do assassinato.<sup>383</sup>

Na edição seguinte, ainda se referindo à tentativa de assassinato planejada pelos restauradores, Torres Homem exclama: “Guerra ao sonhado jacobinismo dos moderados é hoje a sanha da facção assassina do Evaristo, e a palavra de ordem da escravatura.”<sup>384</sup> Torres Homem frequentemente utilizava a expressão: “o redator da *Aurora Fluminense*” para se referir a Evaristo, tanto em relação à sua tentativa de assassinato, quanto às suas ações como político, como na edição 135, que diz:

Um Evaristo, o digno e redator da sábia *Aurora*, o chefe dos moderados, que com tanta firmeza como dignidade tem sabido defender os direitos do seu país, é uma das vítimas cuja imolação se decreta em obséquio a d. Pedro I, é uma das vítimas, que deve aplacar o monstro da vingança revoltado contra o Brasil

---

<sup>383</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 127, 15 de novembro de 1832, p. 304.

<sup>384</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 128, 17 de novembro de 1832, p. 307.

e contra os seus defensores! Assim, pretendem os caramurus descarregar o mortal golpe sobre o partido moderado, começando na corte, e pela *Aurora*, o negro plano que tem de estender-se aos moderados das províncias, assim querem eles mostrar a justiça de sua causa que não pode ser defendida se não pela força.<sup>385</sup>

Por ser a *Aurora* um jornal moderado, Torres Homem não faz muitas críticas a ele. Apenas na edição 117, em que o *Aurora* supõe que:

Se os poderes para as reformas constitucionais devem ser conferidos pelos eleitores aos deputados da próxima legislatura no próprio ato das eleições, ou, se pode essa concessão de poderes ser para diversa transferida após nomeados os depurados e, neste último caso, talvez novas reformas constitucionais passem para o ano que vem, na Assembleia Geral e então à par das primeiras poderiam os colégios conferir poderes para as novas.<sup>386</sup>

Torres Homem diz que sua opinião é oposta à da *Aurora*, pois, “os cidadãos têm direito de mudar de opiniões e até de partido, mas não lhe é dado o direito, moralmente falando, de votar por um modo contrário ao partido que o nomeou”.<sup>387</sup> Logo, os deputados da próxima legislatura têm a obrigação de reformar os artigos da Constituição apontados pela Assembleia Geral mesmo que as reformas sejam contrárias às suas vontades, pois, “os deputados devem seguir o espírito das eleições.”<sup>388</sup>

Diante disso, com a exceção desta edição, percebemos, em geral uma concordância de Torres Homem com os jornais moderados, mencionando os mesmos em contexto de elogio aos seus escritos, ou aos seus redatores.

Um destes exemplos é a menção do jornal *O Nacional*, que, segundo Torres Homem, surgiu para

Unir os seus esforços aos dos outros escritores que pelejam no campo da imprensa pela causa da pátria, porque as tramas da facção contrarrevolucionária, é o principal fim do *Nacional*. Para ele caminha, ora gritando, o alarme contra o bando liberticida: alerta ó, patriotas, velai como velam os restauradores e ponde alerta as províncias como fazem os restauradores, combinando suas agressões como fizeram nesta corte, Pernambuco e Ceará.<sup>389</sup>

Para engrossar as fileiras dos escritores moderados, outro jornal mencionado por Torres Homem é *O Conciliador*, que, segundo ele, foi “escrito nos princípios da ordem e da legalidade. Bastante moderação ress umbra em cada uma de suas linhas.”<sup>390</sup>

Posto isso, a moderação, o respeito às leis e as instituições, bem como, a Constituição, a preservação da ordem e da tranquilidade pública, a defesa da liberdade

<sup>385</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 135, 12 de dezembro de 1832, p. 338.

<sup>386</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 117, 6 de outubro de 1832, p. 266.

<sup>387</sup> Ibidem, p. 267.

<sup>388</sup> Ibidem, p. 267.

<sup>389</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 112, 19 de setembro de 1832, p. 247.

<sup>390</sup> *O Independente*. Rio de Janeiro, n. 113, 22 de setembro de 1832, p. 251.

legal, da Regência e dos princípios do 7 de abril, são os lemas do partido moderado, aos quais *O Independente* está mais alinhado, podendo ser considerado um jornal que representa o pensamento e o vocabulário político do partido moderado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta obra, exploramos os escritos e a trajetória de um intelectual de cor, inscrito no século XIX, partindo do pressuposto que há uma relação entre estes.

Ao mergulharmos no contexto histórico de Torres Homem, percebemos que se trata de uma época política e socialmente agitada. A Era das Revoluções marcava a transição entre o mundo moderno e o contemporâneo. A modernidade e seus pensadores criaram a teoria do estado-nação moderno, que teria seu pacto selado com o povo através de uma Constituição.

No Brasil, a escravidão africana e os valores do Estatuto de Pureza Racial continuaram a ditar as normas de classificação e de diferenciação dos indivíduos, mesmo sob o governo liberal que pregava a igualdade e a liberdade entre cidadãos.

Muitos pensadores da modernidade acreditavam na igualdade entre os seres humanos, o que criava a possibilidade de encerrar a escravidão. Este pensamento, representado por Raynal, de Pradt, entre outros, ficou conhecido como “antiescravista”.

A Revolução Francesa tinha como lema a igualdade, liberdade e fraternidade, e durante a revolução, a França declarou a igualdade entre todos os homens livres em sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no entanto, o país mantinha escravidão em suas colônias, já que esta igualdade era pensada apenas para seres humanos plenos, ou seja, os homens brancos.

Mesmo assim, os princípios de igualdade e liberdade levantados pela Revolução Francesa e por seus pensadores, ganharam repercussões diversas em outros lugares. Durante sua Revolução de Independência, os colonos dos Estados Unidos declararam que todos os homens nascem livres e iguais todos tendo direito à vida, a liberdade e à busca por felicidade. Porém, esta declaração não contemplava os homens e as mulheres negros e escravizados.

Embora não incluídos no corpo de cidadãos, muitos escravizados utilizaram a Declaração para exigir sua liberdade, o que abriu as portas para um movimento abolicionista. Em São Domingos, a população escravizada utilizou a Declaração francesa para defender seu direito à liberdade, iniciando uma Revolução que teve como consequência o fim da escravidão e da colonização, criando o Haiti.

No Brasil, as ideias de igualdade e liberdade também foram pensadas para a população branca, que formaria o corpo de cidadãos do Estado nacional em formação.

Então, a constituição brasileira foi formada tendo como base os princípios do liberalismo moderno, mas mantendo a escravidão e marginalização da população negra.

Entretanto, assim como nos outros países, a população negra não se manteve inerte diante destas mudanças. Ao saberem da Revolução do Haiti e das novas ideias de liberdade e igualdade, os escravizados e seus descendentes adaptaram as ideias que chegavam, às suas próprias ideias de liberdade. Assim, houveram diversos levantes no início do século XIX, revoltas se estendiam pelo país e causavam o medo na população branca, o medo do Haiti.

No século XIX, além do Haiti, havia revoluções negras em todo o mundo colonial, de revoltas de escravizados nos EUA a revoltas como a dos Malês no Brasil. Conflitos que ameaçavam o mundo senhorial, e causavam o pânico do haitianismo. Mas enquanto batalhas físicas eram travadas nas colônias, havia outras revoluções acontecendo, cujas batalhas se davam no campo intelectual.

O contexto histórico dos oitocentos abriu brechas para várias pequenas revoluções intelectuais negras. Enquanto os brancos proclamavam liberdade e igualdade, jovens negros que já se consideravam livres e iguais, aproveitaram estas Declarações nacionais de liberdade e igualdade para reivindicarem a aplicação destes princípios a si mesmos.

Assim, intelectuais negros como Francisco Gê Acabaia Montezuma, Antonio Pereira Rebouças, Frederick Douglass, Anténor Firmin, Joaquim Saldanha Marinho e, Francisco Salles Torres Homem, estiveram, durante as primeiras décadas do século XIX, até 1850, a frente desta revolução intelectual negra, que mais a frente, culminou nos movimentos abolicionistas da década de 1850 a 1888.

Ler as ideias destes intelectuais, é ter acesso às raízes do abolicionismo, ver aquilo que os consagrados intelectuais abolicionistas leram, ter acesso às suas fontes, suas inspirações. Por isso, ao destrincharmos *O Independente*, estamos acessando o pensamento de um jovem intelectual negro, como redator de seu primeiro jornal.

Devemos ler *O Independente*, compreendendo quem foi seu redator. Um homem de cor, de família modesta, inscrito numa sociedade racializada e escravista, mas que encontrou nos pensadores iluministas, nas notícias das revoluções e, nas mudanças que a sociedade brasileira enfrentava, brechas para manifestar publicamente seus interesses para o futuro do país.

Entretanto, não se pode esquecer que, ainda que Torres Homem desejasse a liberdade e o fim da escravidão, ele não poderia expressar isso de forma tão aberta, uma vez que, era apenas um jovem de cor, recém formado, necessitado de pecúlio e prestígio

para obter um cargo público que lhe garantiria um pouco de estabilidade. Um jovem de cor, numa sociedade que via indivíduos mestiços com desconfiança e num mundo que temia os acontecimentos do Haiti.

Por isso, é preciso ler as entrelinhas dos escritos de Torres Homem, para perceber seu pensamento. Assim percebemos que, quando se posiciona como liberal moderado, o faz porque acredita nesta vertente liberal, ou porque é membro da Sociedade Defensora e é apoiado por seu líder, Evaristo da Veiga. Além disso, se posicionar como alguém a favor da ordem e da tranquilidade pública, e contra o federalismo e a exaltação política, ajudaria a afastar suspeitas de haitianismo, o que era útil a um jovem jornalista de cor.

Ao defender a liberdade de imprensa, Torres Homem está defendendo seu direito de se posicionar publicamente, sua liberdade de expressão. Ao defender a Regência, está defendendo a manutenção daquela configuração política, que permitia maior liberdade de imprensa e maior participação política do que o governo de D. Pedro I.

Sua oposição aos restauradores, não era motivada somente por divergências de princípios políticos, mas por acreditar que eles eram funcionários privilegiados, que foram escolhidos por D. Pedro I por seu nascimento e por seus favores e não por sua capacidade e mérito. Como um homem de cor, Torres Homem acreditava que os cargos públicos deveriam ser ocupados por indivíduos eleitos por sua capacidade e mérito. Por causa disso, defendia o fim do Senado vitalício, como forma de expulsar os funcionários privilegiados que passavam a vida no poder e substituí-los por sujeitos capazes, inclusive homens de cor como ele.

Por fim, consideramos *O Independente* uma excelente fonte que pode ser lida como a introdução do que viria a ser o futuro Visconde de Inhomirim, um sujeito abertamente abolicionista. Uma introdução ao pensamento do intelectual negro Torres Homem, que ainda tímido e apoiado no liberalismo moderado, conseguiu defender seus projetos para o futuro do país, que seria uma Monarquia Constitucional, cujo corpo de funcionários seria eleito de acordo com as suas capacidades intelectuais e não pelo nascimento, um país sem tráfico negreiro e sem escravidão.

## BIBLIOGRAFIA CITADA:

### **III.I Fontes:**

#### **III.I.I. Jornais:**

- A Contrariedade Pelo Povo.* Rio de Janeiro: Typhografia Brasiliense, 1848.
- A Matraca dos Farroupilhas,* Rio de Janeiro: Tipografia de Torres, 1831.
- Autores e Livros: Suplemento literário de A Manhã.* Rio de Janeiro, 1941-1950.
- Nova Luz Brasileira.* Rio de Janeiro: Tipografia de Torres, 1829-1831.
- O Astro de Minas,* Rio de Janeiro: Tipografia do Astro de Minas, 1827-1839.
- O Caboclo.* Rio de Janeiro: Typhografia Americana. 1849.
- O Caramuru: O Imperador e a Constituição jurada.* Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1832.
- O Filho da Terra.* Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1831-1832.
- O Grito dos Oprimidos,* Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense, 1833.
- O Novo Argos,* Minas Gerais: Tipografia do Universal, 1829-1833.
- O Sentinelha da Liberdade.* Rio de Janeiro: Tipografia de Gueffier, 1832-1833.
- O Universal,* Minas Gerais, Tipografia do Universal, 1825-1842.
- O Ypiranga,* Rio de Janeiro: Tipografia de Torres, 1831-1832.
- Semanal Ilustrada.* Rio de Janeiro: Livraria F. L. Pinto & C, 1860-1876.

#### **III.I. II Biografias:**

- BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro.* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1883. v. 7.
- BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. v. 1.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Suplemento do ano biográfico.* Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1880. v. 1.
- MAGALHÃES JUNIOR, R. *Três panfletários do Segundo Reinado:* Francisco Salles Torres Homem e o “Libelo do Povo”, Justiniano José da Rocha e “A conferência dos divinos”. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1956.
- MANUEL, João. *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República.* Amparo: Correio Amparense, 1894.

- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

### **III.III Bibliografia:**

- ARAS, L. M. B. de. Escravos nos movimentos federalistas. Bahia, 1832-1833. *Politeia - História e Sociedade*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2014.
- BASILE, Marcello. *A Politização das ruas*: projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências. Senado Federal, 2022. v. 1.
- BASILE, Marcello. *A politização das ruas*: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências. Brasília: Senado Federal, 2022. v. 2.
- BASILE, Marcello. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Revista de História (UFES)*, Espírito Santo, v. 18, 3 out. 2006.
- BARREIRO, José Carlos. O botânico George Gardner e suas impressões sobre a cultura escrava no Brasil: Rio de Janeiro, 1810-1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, n.3, jul.-set. 2017.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. "Entre a cruz e a coroa, o trono e o altar, a fé e o império": o padroado real e a colonização brasileira a partir das minas do Serro do Frio e Vila do Príncipe, Minas Gerais, 1702-1721. *Caminhos da História*, Minas Gerais, v. 26, n. 2, 1 jul. 2021.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CASTRO JUNIOR, Sebastião E. R. de. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem e da cidadania na construção do Império do Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2023.
- CHARTIER, Roger. O homem de Letras. In: VOVELLE, M. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- CONRAD, Sebastian. Enlightenment in Global History: A Historiographical Critique. In: *The American Historical Review*, vol. 117, n.4, 2012.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

- FERREIRA, L. O., FONSECA, M. R. F., EDLER, F. C. A faculdade de medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, M. A. M. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.
- FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. *Almanack*, Guarulhos, n. 3, p. 37-53. jun. 2012.
- FRANCISCO, Renata Ribeiro. Joaquim Saldanha Marinho e o projeto de Brasil moderno. In: PEREIRA, D.; PAULA, J. (org.). *História: espaços, poder, cultura e sociedade*. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. cap. 4.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: direito civil, escravidão e cidadania no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. São Paulo: UNESP, 2023.
- HALL, Stuart. *Raça, o significante flutuante*. Revista Z Cultural: Ano VIII, n.2, 2013.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789 -1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIMA, L. L. G. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *SÆculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 30, 30 jun. 2014.
- LIMA, Silvio Cezar de Souza. Joaquim Cândido Soares de Meirelles: um médico negro na corte imperial (1797-1868). *Revista da ABPN*, [s. l.], v. 12, 15 ago. 2020.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*: Tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A, 1942.
- MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Repensando o brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2017.

- MEIRELLES, J.G. *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)*. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.
- MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. 1. ed. São Paulo: Paco, 2017, p. 164.
- MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 9; BASILE, Marcello. *A politização das ruas: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências*. Brasília: Senado Federal, 2022. v. 1.
- NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: *Aproximações: Ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Trajetórias de clérigos de cor na América Portuguesa: catolicismo, hierarquias e mobilidade social. *Revista Andes*, Argentina, v. 25, jun 2014.
- OZ-SALZBERGER, Fania. The Enlightenment in Translation: Regional and European Aspects. In: *European Review of History—Revue européenne d'Histoire*, v. 13, n. 3, 2006.
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Discriminação racial e cidadania no Brasil do século XIX (1829-1833). *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. 1-37, 2 jul. 2020.
- PÉRES, Maria Luiza. Quitandeiras e domésticas na Desterro do século XIX (1835-1870): os mundos do trabalho e suas representações. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, ano 2021, v. 15, ed. 1, 2 fev. 2023.
- QUERINO, Manuel. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018. v. 5.
- REGINALDO, Lucilene. André do Couto Godinho: homem preto, formado em Coimbra, missionário no Congo em fins do século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 173, p. 141-174, jul-dez. 2015.
- RIBEIRO, Deivide Júlio; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. O Haiti como Memória Subterrânea da Revolução e do Constitucionalismo Modernos. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 165-192, 2 out. 2024.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Orientador: Robert Wayne Slenes. 1997. 550 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- ROCHA, Juliana de Holanda Alves. Pela honra pública e notória: A familiatura do Santo Ofício da Inquisição em Pernambuco (1750-1800). In: *IX SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES: RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES*:

- ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE*, 2007, Viçosa-MG. Anais Eletrônicos. Viçosa-MG: UFV, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3593>. Acesso em: 02/10/2024.
- SAID, Edward. *Representações do Intelectual*: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. *Almanack*, Guarulhos, n. 24, ed. 519, p. 1-31, 30 abr. 2024.
- SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação*: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Editora Plano, 2000.
- SOARES, C. M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, 19 jan 1996.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Hearing Voices: Vignettes of Early Modernity in South Asia, 1400–1750. *Daedalus*, vol. 127, n. 3, 1998.
- TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de Crioulas: Subversão e Poder no Brasil Colonial. *Antíteses*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 829-856, 1 dez. 2017.
- Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. *Uma história do negro no Brasil* / Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006, p. 204. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>.